

GT 01 – Saberes e experiências de trabalho

Coordenadores: Dra. Maria Clara Bueno Fischer (UFRGS); Dra. Maristela Vargas Losekann (UFRGS); Dr. José Newton Garcia de Araújo (PUC-Minas); Dra. Neusa Maria da Silva (FaE/UFGM); Dra. Mariana Cavaca Alves do Valle (FaE/UFGM) e Doutoranda Vanessa Aparecida Alves (FaE/UFGM).

Ementa: O tema central deste GT são os saberes da experiência de trabalho. Propõe-se discutir resultados de pesquisas e de intervenção em situações de trabalho. Parte-se da hipótese de que, em sua vivência no cotidiano do trabalho, os sujeitos produzem, mobilizam, acumulam e transmitem saberes e experiências coletivas e singulares. São acolhidos trabalhos de pesquisa de diversas abordagens teóricas e metodológicas que se apoiam em semelhante hipótese, como: a ergologia, clínicas do trabalho, além da ergologia, ou seja, a psicodinâmica do trabalho, a clínica da atividade e a psicossociologia do trabalho, o trabalho como princípio educativo, a ecologia de saberes, entre outras.

Apresentação Oral

Anália Bescia Martins de Barros.
Palavras da Experiência.

Clarinha Glock, Maria Clara Bueno Fischer.
A Práxis Crítica encarnada no sorriso do Bocão.

Elaine Ribeiro; Neuzer Helena Munhoz Bavaresco; Ernani César de Freitas.
A atividade de trabalho como espaço de mobilização, produção e encontro de saberes.

Fernanda Freire Fonseca.
Gestão Integrada de Vara Judiciária em Sistema Híbrido de Trabalho: Contribuições da Ergonomia e da Clínica da Atividade.

Janair Machado de Souza; Johannes Doll .
As relações entre educação e trabalho na experiência de corretores de imóveis.

Jurema Luzia Ribeiro Pereira.
Análise do mapeamento da produção acadêmica de servidores em desenvolvimento profissional: um estudo de caso sobre os trabalhadores da Secretaria Municipal de Esportes e Lazer da Prefeitura de Belo Horizonte.

Mislene Aparecida Gonçalves Rosa; Daisy Moreira da Cunha.
Abordagem ergológica do trabalho: normas, saberes e valores no ofício de costureira.

Apresentação em Pôster

Vanessa Aparecida Alves.
2020: O ano que não acabou – um olhar para o trabalho docente na Rede Municipal de Belo Horizonte.

PALAVRAS DA EXPERIÊNCIA

doi: 10.47930/1980-685X.2022.0101

BARROS, Anália B.M. de – analiamartins8@gmail.com
Universidade Federal do Rio Grande do Sul/PPG/EDU
Rua São Mateus, 648.
CEP 91410-030 – Porto Alegre/RS –Brasil.

***Resumo** :O artigo *Palavras da Experiência* apresenta alguns dos resultados obtidos na pesquisa de Mestrado em Educação, realizada no PPE/EDU da UFRGS e concluída em 2010. O objetivo da pesquisa era compreender as relações entre os saberes experiências do trabalho dos estudantes do PROEJA e a relação que eles estabeleciam com os saberes escolares. Os estudantes participavam de um curso técnico de administração que articulava a elevação de escolaridade de nível médio e a formação profissional e acontecia no Instituto Federal de Educação em Sapucaia do Sul, região metropolitana de Porto Alegre. As técnicas de coleta de dados foram: entrevistas semiestruturadas, grupo focal e o sócio-substituto, dentro do campo da pesquisa qualitativa. Este artigo apresenta as Experiências de Trabalho dos participantes e os saberes fruto de suas atividades de trabalho e se alicerça na concepção do Trabalho como princípio educativo e na categoria Experiência de E. P. Thompson. Os resultados evidenciaram que os estudantes atuavam com: cuidado com o outro – reprodução da vida - saber utilizar o tempo - saber utilizar o telefone - limpar, lavar, passar, organizar, coordenar equipes, conhecer a realidade em que está trabalhando, estabelecer relações, informática/computador, reciclagem e revelaram: necessidade de afastamento da escola, antecipação da vida adulta, papel de mediadores, apreensão em relação ao futuro, sabedoria nas relações de trabalho e na escola, saber de classe.*

***Palavras chave:** Experiência. Saberes. Trabalho. Educação. PROEJA.*

1 INTRODUÇÃO

O trabalho que deixou de ser o que havia sido,
e nós que só podemos ser o que fomos,
de repente percebemos que
já não somos necessários no mundo...
José Saramago

O objetivo deste artigo é socializar parte dos resultados da pesquisa de Dissertação de Mestrado, defendida em 2010, junto ao PPG/EDU da Faculdade de Educação da UFRGS, sob a orientação da prof.^a Dr.^a Naira L. Franzoi, e que versa sobre os saberes-experiência de trabalho de estudantes do curso técnico noturno de Administração do PROEJA (Programa de Educação de Jovens e Adultos articulados a Educação Profissional) do IFSUL¹ – Instituto Federal Sul Rio-grandense de Sapucaia do Sul, no Rio Grande do Sul.

O método de pesquisa utilizado foi o materialismo histórico e dialético e algumas de suas categorias de análise que possibilitaram uma aproximação com o real, considerando seus limites, contradições e conflitos. Compreendo que não existe pesquisa neutra e que todos os aspectos da vida estão imbricados com o movimento do real e que a melhor forma de conhecer os saberes dos estudantes é dialogando com eles, pois a classe trabalhadora cumpre um papel singular, na produção de riqueza de um país e na produção e reprodução da sua vida e de todos ao seu redor, assim concorda-se com Minayo (1997, p. 21) quando afirma que as ciências sociais são “intrínseca e extrinsecamente ideológicas”.

Foram analisados os depoimentos de onze estudantes entre aqueles que contribuíram com a pesquisa. Utilizou-se, na coleta de dados, diferentes técnicas: entrevistas individuais e coletivas, sócia substituto, fotografias e um grupo focal. Produziu-se, também, um diário de campo, com uma memória dos diferentes momentos vividos pela pesquisadora e pelos sujeitos da pesquisa. Ele serviu como um instrumento auxiliar importante, no momento da análise da pesquisa.

Do ponto de vista teórico três categorias foram fundamentais no processo de desenvolvimento e análise dos dados da pesquisa: Experiência de Trabalho, Trabalho como Princípio Educativo e Saberes do Trabalho. Utilizamos como fundamento teórico autores como Thompson (1981, 1998), Odone (2008), Freire (1975, 1992), Marx (1977). Além de Fernandes (2001) e Schwartz (2003, 2008), entre outros, para analisar a experiência e os saberes de trabalho dos participantes.

¹ Encontram-se abertas as inscrições para o curso técnico em administração do IFSul, modalidade EJA-EPT em Sapucaia do Sul, para o ano de 2022.

A categoria Trabalho como princípio educativo, contribuiu no sentido de ajudar a compreender e conhecer o lugar do trabalho em suas vidas e os saberes-experiência deles decorrentes, neste sentido utiliza-se Max, Frigotto, Kuenzer, Schwartz, pois compreende-se que através do trabalho, os homens e as mulheres transformam o mundo deixando rastros, pegadas, marcas que humanizam o mesmo. O trabalho é uma ação especificamente humana e desenvolvida de forma dialética entre mente e corpo. Marx (1985, p.149-150) afirma que “Uma aranha executa operações semelhantes às do tecelão; uma abelha, ao construir suas celas de cera, desconcerta alguns arquitetos. Mas o que distingue o pior dos arquitetos da mais hábil das abelhas é que o primeiro, antes de realizar a cela em cera, constrói-a mentalmente”.

O ser humano nasce em um mundo já marcado pela ação dos seus antepassados e encontra uma linguagem, uma herança cultural, um patrimônio, a memória e a história. Na luta pela sobrevivência “[...] o trabalho [...] é a atividade vital própria do operário, a sua maneira específica de manifestar a vida. E é essa atividade vital que ele vende a um terceiro para conseguir os necessários meios de subsistência.” (MARX, 1985, p. 18). Os estudantes do PROEJA começaram, ainda muito jovens, a vender essa atividade vital, como pudemos confirmar nos depoimentos sobre suas trajetórias de trabalho.

Frigotto (2005), considera que o trabalho só pode deixar de existir quando os seres humanos desaparecerem ou se transmutarem em anjos. O princípio educativo do trabalho está presente nas diferentes formas de trabalho desenvolvidas, das mais complexas as mais simples, mas deve-se levar em conta o alerta de Lukács (1978) de que “Não se pode [...] confundir o trabalho na sua essência e generalidade ontocriativa com certas formas históricas que o trabalho vai assumir – entre elas a servil, a escrava e a *assalariada* [...]”. Os estudantes do PROEJA são trabalhadores assalariados que demonstraram uma larga experiência de trabalho e uma variada rede de saberes-experiência constituídos ao longo de suas vidas, sempre em uma relação contraditória entre a necessidade do trabalho para realização de suas necessidades e a exploração vivida nos espaços de trabalho capitalista.

Mas quem é o assalariado? É alguém que não tem propriedade, que tem apenas a força de seus braços e sua mente para vender e que o faz geralmente de forma frágil e desprotegida. É o proletário, por exemplo, do início da industrialização, mas essa situação se prolonga até quase o início do século XX, onde o salariado é sempre expropriado de seus direitos e garantias! No Brasil, a Reforma Trabalhista de 2017, cumpriu o papel de fragilizar ainda mais essas relações sociais de trabalho, tendo uma dimensão devastadora na vida das pessoas.

Os participantes da pesquisa trabalhavam desde criança e adolescentes, na época eram adultos que voltaram a estudar e estavam cheios de esperança e expectativas porque iam aprender uma nova profissão e assim sonhavam em poder ascender em relação ao seu lugar no mundo do trabalho. Por isso deve-se levar em consideração que “Toda educação que faz jus a esse nome envolve a relação de mutualidade, uma dialética, e nenhum educador que se preze pensa no material a seu dispor como uma turma de passivos recipientes de educação.” (THOMPSON, 2002, p. 13).

Vivemos em uma sociedade na qual a maioria dos sujeitos sociais têm sua inserção social relacionada ao lugar que ocupam no mundo do trabalho assalariado, ou seja, não somente sua renda, mas, também, seu status, sua proteção, sua identidade. Poder-se-ia dizer que a sociedade salarial inventou um novo tipo de seguridade ligada ao trabalho, e não somente à propriedade, ao patrimônio (Castel, 2000) e quando esses direitos vão sendo perdidos provoca um sentimento de apreensão nos trabalhadores.

Thompson em seu livro *A Miséria da Teoria* (1981) ressalta a agência humana nas relações sociais, políticas e econômicas, lembrando que a história humana é feita por pessoas, a partir da sua cultura e das condições objetivas nas quais se desenvolvem as forças produtivas. Para ele, homens e mulheres atuam e constroem suas vidas, em condições determinadas, e vivem esta experiência, tanto no âmbito do pensamento, como no sentimento.

Compreendendo a experiência enquanto um conceito thompsiniano que se opõe a uma concepção estruturalista de mundo e do lugar das pessoas no mundo, entre eles o mundo do trabalho, foi possível analisar e conhecer como se deu a construção de seus saberes de trabalho, a partir do real, sem correr o risco de cair na armadilha estruturalista, em que os sujeitos são marionetes e não são considerados como construtores de sua história.

Marx (1961, p. 329), também, destaca em sua produção o papel dos sujeitos na construção de sua história quando afirma que as pessoas fazem a sua própria história “[...], mas não a fazem como querem; não a fazem sob circunstância de sua escolha e sim sob aquelas com que se defrontam diretamente, legadas e transmitidas pelo passado”. Schwartz (2003, p. 23) também nos lembra essa perspectiva, destacando o protagonismo presente na produção da existência pois “[...] enquanto produzem sua existência, possuem uma igual dignidade, na medida em que [...] eles realimentam e transformam as configurações culturais e sociais, eles fazem a história”.

Na pesquisa desenvolvida partiu-se de um pressuposto: a experiência de trabalho produz saberes que são fundamentais e que devem ser considerados e valorizados pela escola e pelos professores em suas práticas pedagógicas, pois “[...] a experiência é formadora pela contribuição que traria à formação profissional e à formação contínua” (SCHWARTZ, 2009, p. 2).

Mas, como conseguimos identificar seus saberes? Eles foram explicitados através de suas narrativas sobre o seu cotidiano de trabalho e são esses depoimentos que vamos dar destaque neste artigo. Afinal, toda ação é pensada, e todo pensamento é fruto da ação (Thompson, 2002).

Uma dimensão a ser considerada em relação à pesquisa desenvolvida é que se trata de um curso de educação de jovens e adultos, que se supõe atravessada de múltiplas vivências pois ser trabalhador-estudante é ter muitos saberes e ter com que contribuir em sala de aula, desde as suas trajetórias, pois como afirma Thompson (2002, p. 13). “[...] o que é diferente *acerca do estudante adulto é a experiência* que ele traz para a relação. A experiência modifica, às vezes de maneira sutil, e às vezes mais radicalmente, todo o processo educacional [...]”.

A educação e a escola são constituídas, fundamentalmente, de relações humanas e sociais e não sendo ilhas, acabam, assim, reproduzindo e produzindo muito das relações sociais capitalista, seja na concepção de currículo, seja na visão sobre os sujeitos que estudam em seus cursos. Mas também podem produzir novas experiências e saberes para que os trabalhadores possam resistir a opressão. Por isso, é central conseguir enxergar quem são esses sujeitos que constroem a educação de adultos, particularmente quem são esses trabalhadores-alunos que estão inseridos em um ambiente político, econômico e social, ao mesmo tempo em que estão “fora”, visto que nem sempre acessam um conjunto de direitos que lhes são próprios. Assim eles devem ser vistos

Não como sujeitos autônomos, indivíduos livres, mas como pessoas que exprimem suas situações e relações produtivas determinadas como necessidades e interesses e como antagonismos, e em seguida ‘tratam’ essa experiência em sua consciência e sua cultura [...] e em seguida [...] agem sobre sua situação determinada. (THOMPSON, 1981, p. 182).

Os depoimentos dos/das estudantes expressaram as condições de trabalho, as hierarquias, as variedades de tarefas, as relações com os colegas. Denota, também, os saberes passados, dando conta que eles foram jovens, que fizeram escolhas, que foram demitidos e admitidos, mas, sobretudo, indica que não pararam de buscar a sua utopia de uma vida melhor, que, nesse momento, se traduz na opção por voltar a escola para conseguir um trabalho melhor.

Suas trajetórias de trabalho mostraram-se, como já referenciado na literatura especializada, fragmentadas e/ou erráticas (Franzoi, 2006), com alta rotatividade (Pochmann, 2005), fruto da necessidade (MARX, 1985) e que a maioria atuava no setor de serviços: o trabalho doméstico e serviços de manutenção e serviço. Esses trabalhos caracterizam-se por serem trabalhos precários.

Neste artigo optou-se por agrupar os depoimentos dos/as participantes por tipo de ocupação. Essa opção de agrupamento possibilitou encontrar aspectos comuns, o que facilita a análise, e, também, verificar suas singularidades, em relação às suas experiências e aos saberes do/no trabalho.

Assim, para conhecer e refletir sobre os saberes-experiência nas trajetórias de trabalho dos estudantes do PROEJA, debruçamo-nos sobre seus depoimentos para a pesquisa destacando que suas práticas econômicas são, fundamentalmente, práticas econômicas culturais.

Inicia-se a exposição, com os depoimentos dos/as alunos/as que atuaram nos serviços domésticos e nos serviços gerais: limpeza, jardinagem, varrição. Todo esse bloco de depoimentos são atividades que se identificavam com o trabalho de cuidado e manutenção do espaço doméstico. Depois, é apresentada a análise das falas daqueles que trabalham com prestação de serviços em empresas terceirizadas, os que trabalhavam como recepcionistas/telefonistas, que se caracterizam pelo acolhimento ao público e, por último, alguns estudantes que trabalhavam na no setor da produção.

2 SABERES-EXPERIÊNCIA DE TRABALHO

Os participantes da pesquisa nos primeiros contatos tiveram muitas dificuldades para expressar em palavras os seus conhecimentos. São vários os motivos que podem ter levado a isso, entre eles: timidez, falta de hábito de falar de si e de seu trabalho, uma certa desvalorização, pela sociedade e por eles, dos trabalhos desenvolvidos, entre outros aspectos que pode ter envolvido as próprias questões de pesquisa, por isso utilizou-se várias técnicas, entre elas a do sócia-substituto², que destacamos, pois, com ela eles conseguiram expressar

² Trata-se de uma técnica, que consiste em solicitar, ao participante da pesquisa, que imagine a seguinte situação: ele vai ter que faltar ao trabalho, no dia seguinte, só que ninguém pode saber e nem desconfiar, sob pena de demissão. Para tanto, ele terá um substituto, e esse substituto assumirá a sua atividade de trabalho, de forma idêntica à sua. Então, em função disso, ele precisa descrever todo o seu trabalho, passo a passo, para o seu substituto, nos mínimos detalhes. Segundo CLOT (2007, p. 147), “Ao longo desse exercício o sujeito tenta ser aquilo que ele pensa que deveria ser, servindo-se de sua situação profissional como mediação, como meio de ação sobre o sócia.”

clara e minuciosamente o que faziam e como faziam suas atividades de trabalho. São os saberes-experiência fruto desses relatos que serão apresentados neste artigo.

Apresenta-se, inicialmente, o depoimento de Marinubia, 39 anos, casada, mãe de uma filha e que era empregada doméstica, na época da pesquisa. Ela havia trabalhado como vendedora, caixa operadora de supermercado, atendente e operadora de máquina, em uma indústria.

Vejamos a descrição feita por Marinúbia (2009) de um dia de trabalho:

Eu chego, vou direto para a cozinha, que é pra fazer tudo bem rápido. Aí, eu já recolho o lixo [...], limpo a sujeira do cachorro, limpo a calçada, passo a mangueira na calçada. Nisso, ela tá lá na burocracia com a filha, que a filha não quer ir pra escolinha [...]. Aí, eu vou, converso um pouco com a guriuzinha [...]. Aí eu dou aquele incentivo pra guriuzinha. Pego um brinquedo, pego a cachorrinha, ponho do lado dela, pego pela mão. Aí convenço a guriuzinha e levo até o carro [...] aí eles vão e eu pego a sacola de roupa suja. Sempre tem um baita de um sacolão de roupas, todos os dias eu lavo roupa [...] tem que fazer a volta, aí eu ligo a máquina, que fica na outra casa – que era da mãe dela que morreu – boto a roupa na máquina e espero a máquina encher, que ela tá com aquele negócio automático estragado. Aí tem que esperar a água todinha entrar na máquina e desligar o registro da água. É uma máquina bem velha (risos), como é a empregada que lida né (risos)? E tu volta pra cozinha e lava a louça toda que tiver na pia, lava o fogão, passa o pano na mesa, bota as cadeiras pra cima. Aí, vou pro banheiro de baixo; depois, o de cima. Aí nisso fico na escuta da máquina, porque quando a máquina largou a água, eu tenho que correr lá do outro lado e ligar o registro da máquina pra dá o enxágue. Aí volto e limpo, varro e aspiro. Depois, pego o balde e já passo pano na cozinha e na varanda, onde eles jantam. Por último, limpo a garagem. Depois vou lá, pego a roupa e estendo todinha na sacada. Tudo isso até ao meio dia, mas dá tempo, porque eu corro, não paro. Depois eu vou varrer a rua [...]

Seu depoimento revela que em sua atividade de trabalho a depoente precisava dar conta de muitas tarefas mesmo com uma jornada de trabalho de apenas quatro horas diárias. Ela relata a necessidade de controlar o tempo para que tudo pudesse ser executado nesse prazo. Sabe-se que essas atividades de trabalho demandam tempo para serem feitos, e que no cotidiano de uma família não se conseguiria fazer todas em apenas quatro horas, talvez ao longo do dia, ou em dois dias ou mais. Assim pode-se concordar com Thompson que afirma que há “[...] uma diferença entre o tempo da patroa e o da empregada, pois aqueles que são contratados experenciam uma distinção entre o tempo do empregador e o seu ‘próprio tempo’ [...]” (THOMPSON, 1998, p. 272).

Marinubia desenvolve seu trabalho em condições precárias, isso aparece em seu depoimento em vários momentos. Por exemplo quando ela, ironicamente, afirma que se a patroa usasse a máquina de lavar roupas ela já teria sido consertada e conclui afirmando que não o fez ainda “porque é a empregada que lida, né!”. O depoimento de Marinúbia e dos demais participantes da pesquisa deixam transparecer aquilo que Freire (1992, p. 108) denomina de saber de classe

pois “[...] é de aprendizado em aprendizado que se vai fundando uma cultura de resistência, cheia de manhas, mas de sonhos também. De rebeldia, na aparente acomodação [...]”.

Ela contou, ainda, que atendia ao telefone e tinha que dar o recado à patroa, de forma compreensível. Sabia que devia tratar com educação quem estava ligando, sabia que devia agradecer à filha da patroa. Enfim, observa-se que seus saberes são tantos, porque suas funções são muitas. Marinubia não trabalhava com um tipo de família que contrata, separadamente, cozinheiras, lavadeiras e/ou babás. Ela era uma empregada doméstica que fazia quase tudo na casa, apesar de não trabalhar durante o dia todo e não ter essa previsão, no contrato inicial de trabalho.

Ao final da pesquisa, ela estava chateada, pois teria que mudar seu horário, para poder pegar a filha da patroa na creche. Não gostou da alteração pois modificava o contrato de trabalho feito, exatamente em um aspecto que ela considerava importante em seu trabalho, que era o mesmo ser pela manhã e ele seria alterado devido as necessidades da patroa.

Os colegas presentes na entrevista expressaram que o trabalho dela era exaustivo e afirmaram que “só de ouvir o seu depoimento” estavam cansados e, no burburinho que se estabeleceu entre eles, demonstraram espanto, como se não tivessem dimensão da rotina de uma trabalhadora doméstica, ou mesmo do trabalho doméstico em sua unidade familiar.

Sobre o espanto dos colegas em relação as suas tarefas, Marinúbia pondera o que seguinte: “Escuto amigas minhas dizerem que empregada doméstica é desgastante. Esse meu não, é maravilhoso. Ela me entusiasma a estudar, até pra eu estudar aqui foi a minha patroa, que fez o tecnólogo aqui, que me incentivou bastante [...]”. A sua fala expressa uma contradição latente em sua fala, que ora identifica a exploração da sua força de trabalho e falta de esperança em um futuro melhor e hora acha que seu trabalho é bom, que sua patroa é muito boa e que se está estudando é porque ela a incentivou. Entendemos a contradição como um “[...] antagonismo, um ‘motor’ de luta; não é um momento de possibilidades opostas coexistentes [...]” (THOMPSON, 1981, p. 128). Marinubia, em vários momentos da pesquisa, reiterava a ideia de mudar de trabalho, querer uma coisa *melhor*, pois afirmava que, ser doméstica é algo apenas de um momento. Ela disse querer se aposentar, trabalhando em algo melhor.

A minha expectativa é sair desse trabalho, que não é muito bom, não tem expectativa de sucesso, de progredir e de conseguir um emprego melhor. Sem dúvida, o segundo grau técnico de administração vai ajudar, e que Deus ajude também, que a minha idade (risos dela), tenho 39 anos. A minha expectativa é

terminar o curso e sair atrás de alguma coisa, principalmente agora que a gente pega o estágio no terceiro ano e vou à busca de alguma coisa. Eu pretendo me aposentar melhorzinha. (Marinubia)

Para ela, não havia futuro, na profissão de doméstica e por isso ela estava cursando o PROEJA e se qualificando. Segundo Sennet (2008, p. 115) essa busca constante por algo melhor demonstra uma “apreensão, que é uma ansiedade sobre o que pode acontecer [...]”. O futuro dela estava em aberto, sujeito a aspectos econômicos e sociais sobre o qual ela tinha pouco controle, assim ela vivia uma satisfação sempre adiada, sempre em busca de algo melhor, talvez com a formação técnica em administração ela consiga sentir-se satisfeita.

Outro aspecto que Marinúbia explicita se refere a dificuldade que ela poderá enfrentar futuramente na disputa por uma vaga no mercado de trabalho: o fato dela já estar com 39 anos de idade. Ele sabia que estar mais velha traria novas dificuldades.

O trabalho doméstico está de tal modo naturalizado para o conjunto da sociedade que fica difícil visualizar a sua execução. Neste sentido, a utilização da fotografia foi muito interessante, porque possibilitou, à pesquisadora e aos entrevistados, ouvir/sentir como esse trabalho acontecia no cotidiano. Para o senso comum esse trabalho é considerado simples, simples aqui no sentido posto dado por Marx (1998, p. 138), ou seja “[...] um trabalho ao qual qualquer indivíduo médio pode ser adestrado e que pode executar de uma ou de outra forma [...] o trabalho simples constitui de longe a maior parte do trabalho total da sociedade burguesa [...]”. Além do mais sabe-se que o trabalho doméstico no Brasil segue entre as principais ocupações femininas (LEÃO, 2020).

Outro depoimento importante é o de Catiúcia (2009), ela descreve seu cotidiano de trabalho para que seu substituto, os colegas e a pesquisadora conheçam:

Eu [...] as distribuo as mulheres para limpar a escola. Minha função é gerenciar essa parte e deixar a escola sempre com bem-estar, essas coisas assim. E eu entro em contato com o pessoal da escola, também. Precisa limpar uma sala lá, tá faltando alguma coisa, preciso de uma mulher pra limpar uma sala tal. Eu sempre vejo essas coisas. O meu chefe mesmo é de Santa Maria. Eu conhecia todos os setores da escola, conhecia como funcionavam os horários. Então pra botar alguém lá de fora, sem conhecer o sistema da escola, eu acho que é meio difícil. Então mais vale uma pessoa que, como eu, sabia de tudo. Como fazia café pra reunião, eu já transito no meio deles, e sabia já a maneira deles lidar, daí eu já tinha todo conhecimento que precisa lá para aquele setor. Sou a ponte entre eles e o chefe.

Ela considerava que sua função era garantir o bem-estar em seu local de trabalho, que é uma escola, a mesma em que estuda, o IFSUL. Segundo ela proporcionar o bem-estar significava manter o espaço da escola sempre limpo e organizado, segundo as normas da instituição. O espaço escolar, que é de trabalho, para alguns sujeitos, e de estudo, para outros precisa estar

limpo, cheiroso, as cadeiras em ordem, ter um cafezinho nas horas de reunião; os professores desejam dar aula em uma sala bem organizada e sem papéis pelo chão. Tudo isso dependia da equipe que Catiúcia coordenava.

Dentro os saberes necessários a execução de seu trabalho destaca-se o *saber fazer*, o *conhecimento da realidade em que está inserida*, o “*saber lidar com eles*”, os professores, no sentido de estabelecer relações, foi considerado em seu depoimento um saber importante que fez com que ela fosse promovida para ser a líder da equipe. Apesar de ser líder de equipe ela não recebia nenhum valor a mais em sua remuneração, só mais trabalho a mais responsabilidade. Importante destacar que a figura do líder de equipe apareceu nos depoimentos de vários dos participantes. Sempre com essa característica: mais obrigações e responsabilidades e o mesmo salário.

Entre as funções que Catiúcia exercia como líder da equipe, estava a de buscar responder, a contento, às questões relativas ao dia-a-dia do seu trabalho, e uma das que mais se destacavam eram aquelas relativas à compreensão do que vinha descrito no contracheque, no final do mês. Catiúcia, Joelcir e outros líderes usavam dos saberes que possuíam para ajudar a tirar as dúvidas dos colegas, saberes que resultaram de muitos anos de trabalho. Outro aspecto que se destacou foi que, mesmo lidando com dimensões que dizem respeito aos direitos dos trabalhadores, eles nunca mencionaram os sindicatos como um espaço que poderia ajudar, em relação às dúvidas que surgiam. Sempre iam atrás das informações junto a empresa ou as pessoas conhecidas e até em notícias de jornais.

Outra hipótese é que eles, talvez, não vissem saber naquilo que faziam. Para Santos (1987, p.20), “[...] o fato de que na produção há saberes e sujeitos em relação aponta para a articulação entre a experiência do trabalho do saber, a linguagem e a formalização deste saber.” O status social de profissões como a doméstica e a de limpeza e manutenção ainda é muito baixo e faz com que esses trabalhadores tenham suas subjetividades também capturadas e sintam que aquilo que executam não necessite de maiores conhecimentos e saberes. Na sociedade capitalista o trabalho aliena e afasta o homem da sua capacidade de escolher o que, como e onde trabalhar, levando-o a exercer, muito cedo - às vezes ainda na infância - o trabalho em sua forma mais precária, exploradora e alienante. Muitas das trajetórias dos alunos do PROEJA trazem a marca da exploração e da desvalorização do seu ofício.

Mas não era só com limpeza e higienização dos espaços os trabalhos exercidos pelos estudantes, como exemplo trago o depoimento de outra participante que atuava como recepcionista em uma empresa:

Geralmente eu limpo a sala, os bancos da recepção, deixo tudo ligado. Aí tu vai tirar o telefone do gancho e puxar o ramal, porque o ramal à noite fica no seu Claudio, que é da portaria. Tu liga o computador, deixa ele aberto. Já vai abrir na agenda de telefone é o normal, não tem nenhum mistério. Ai, depois é só o normal, atender ao telefone: 'construtora pré-mold bom dia'. E vê o que a pessoa deseja. Do ladinho, tu vais achar ali os ramais que tem. Ah! Todos os diretores tá sublinhado ali, e os outros setores também. Qualquer pessoa que ligar, pedindo uma informação, passa pro doutor Jorge, os outros eles geralmente vão pedir. A pessoa pediu: gostaria de um orçamento de obra. Aí tu diz: 'só um instante'. Se informe de onde é a empresa, porque só trabalhamos com pavilhões, nós não trabalhamos com obras pequenas de casa (Patrícia).

Com seu relato pode-se conhecer como Patrícia exercia a sua função e o tipo de saberes que eram necessários para limpar, organizar os bancos, ligar os aparelhos e as luzes, saber os ramais dos telefones, usar o computador, organizar a agenda, atender o telefone, se comunicar com os clientes e com os patrões. Em sua descrição pode-se perceber que é necessário que ela tivesse um conhecimento mais global da instituição e a disponibilização desse saber, sempre que fosse necessário, usando sua memória e seu corpo (SCHWARTZ, 2007). Patrícia, também possuía experiências anteriores de trabalho, que constituem as suas habilidades e competências. É o que demonstra este outro relato dela:

Comecei minha trajetória bem cedo, tinha 17 anos, e depois, na verdade comecei com 16 anos, fiz um estágio no INSS que eu amava, depois trabalhei como auxiliar numa transportadora de Porto Alegre, depois eu trabalhei nas lojas Renner, bastante tempo, eu era caixa lá, tanto de pagamento como de loja [...] eles te ensinam a operar, tu aprende todas as funções: recebimento de carnês, como é que tu tens que carimbar, como é que não, eles já têm o sistema deles e lidar com os clientes, principalmente, o cliente tem sempre razão, na verdade minha vida inteira eu só lidei com pessoas desde o estágio [...] trabalhei numa gráfica durante quatro anos, eu era representante de vendas, nós fazíamos os contatos ou eu ou os vendedores, conheci a Bahia inteira, porque eu viajava muito, aí nós voltamos prá cá e eu comecei a trabalhar em vendas de loja, foi uma experiência nova para mim também, nas lojas Herval que eles vendem de tudo, desde material de construção [...]. Depois disso eu fui para a Pré-mold, que é a firma atual.

Um aspecto importante que fica explicitado na fala de Patrícia e das dos demais participantes é a rotatividade em suas caminhadas no mundo do trabalho. Um dos principais efeitos do entra-e-sai de trabalhadores nas empresas é a dificuldade de os profissionais acumularem conhecimento, já que uma parte da formação profissional deriva do nível de escolaridade e a outra, do acúmulo de experiência. Se o trabalhador não fica muito tempo em um emprego, como vai adquirir experiência? Essa tem sido, no Brasil, a experiência da classe trabalhadora, trabalhar muito, trabalhar em diferentes funções, ser despedida e começar a procurar trabalho

novamente, provavelmente em uma função que ainda não exerceu, essas heranças e as posições de classe fazem parte de suas trajetórias e imprimem suas marcas nas mesmas.

A ética do trabalho é a arena que mais se “contesta hoje a profundidade a experiência.” (SENNT, 2008). Em cada empresa a experiência anterior na conta, os trabalhadores devem estar disponíveis para se adequar as novas necessidades do seu local de trabalho. Há assim uma sobrecarga de saberes construídos e que devem ser ignorados pois em cada novo espaço de trabalho as habilidades necessárias são outras.

Recuperar os saberes da “experiência feitos” (FREIRE, 1992), dessas/es trabalhadores, para poder compreender como eles percebem a relação entre as experiências e os aprendizados no PROEJA, foi muito rico e importante, pois vive-se em uma época em que “tudo que é sólido se desmancha no ar”. Esse sentimento de esvaziamento da experiência já caracterizava uma parte dos trabalhadores, durante a Revolução Industrial. Atualmente, contudo, ele se encontra ampliado, no cenário em que o bom é ser novo, é ter o último modelo, seja de carro, celular ou computador. Aos trabalhadores, então, é dada a tarefa da eterna qualificação, já que tudo que é novo hoje já é considerado ultrapassado, amanhã. Acredita-se que seus saberes são muito importantes, no sentido de pensar a relação educação e trabalho na atualidade, principalmente quando se trata de um curso técnico.

Os estudantes quando relataram os seus saberes de trabalho não destacaram os denominados saberes técnicos, ou falaram muito pouco e, em geral, como pano de fundo. Podemos ver essa dimensão no depoimento de Camila, 25 anos, solteira, empregada de uma empresa terceirizada que presta serviço na Refinaria Alberto Pasqualini, estudante do PROEJA, sobre seus afazeres como recepcionista ela nos diz que

[...] eu trabalho na recepção da refinaria em Canoas, em primeiro lugar tenho que saber as normas da empresa, as its que são as instruções de trabalho, código de ética, para poder realizar meu trabalho, então como eu trabalho com atendimento tenho que *saber me expressar*, ter *noções de informática*, *noções de inglês*, *noções de espanhol*. Tenho que atender ao telefone, encaminhar as pessoas pro briefing de segurança que é o vídeo que a pessoa tem que assistir antes de acessar a refinaria, faço relatório de atendimento, estatísticos mensais e anuais. Já trabalhei em outras três empresas, antes da atual, todas elas na área administrativa. Ah! Trabalhei menos de um ano numa empresa de beneficiamento de couro, em Novo Hamburgo. Trabalhava no administrativo, não tinha experiência nenhuma e não tinha apoio nenhum também né (risos)? Acabei saindo por frustração, assim, por não ter nenhum apoio, sabe? Por não ter ninguém para conviver, eu praticamente ficava sozinha. Trabalhava no administrativo, fazia tudo de tudo, tudo sozinha, tudo sozinha. Aí, então, assim, eu tava no fogo cruzado, assim, não tinha experiência nenhuma, não tinha chefe, não tinha nada. O dono da empresa morava no interior e vinha aqui uma vez por mês. Aí eu via o cara lá, que cuidava da produção roubando, sabe cego em tiroteio? Este trabalho foi muita frustração...

Marinubia, Patrícia e Camila trabalham com o atendimento ao público e com a manutenção e higienização dos espaços de trabalho, no que pese as singularidades de suas experiências de trabalho havia muitas coisas em comum, entre eles o fato de muito do que faziam não poder ser antecipado, principalmente por serem atividades que envolvem se relacionar com pessoas, essa constatação vai ao encontro do que afirmam Schwartz e Durrive (2007, p. 35) de que “É preciso fazer a ligação disso com as pessoas que se apresentam, que são todas diferentes, interpretar pelo conjunto dos nossos sentidos [...], quais são os problemas das pessoas, como vai responder-lhes, etc. É realmente toda a pessoa que está à espreita. E o corpo é atenção, vigilância”.

Nessa modalidade de trabalho, tem-se, também, a experiência de Cristenluam, 25 anos, casada, em seu primeiro trabalho fora de casa. Ela trabalhava como “bolsista”, na instituição em que estudava. Suas funções eram próximas às de recepcionistas, como demonstra seu relato:

[...] Aí chega alguém pra pedir pra sair mais cedo, porque quase todo dia acontece isso. Pessoa, no caso o aluno, diz: “tenho que ir embora”. Aí tu vai dar um requerimento, pro aluno preencher o requerimento. Vai trazer uma foto três por quatro e, se for menor, botar o telefone pra gente ligar, pra saber se é pra sair mais cedo mesmo, pra ver se não tá só de bobeira mesmo né? A gente liga pro responsável e, se ele dizer que é pra sair mesmo, a gente faz a carteirinha, bota a foto, turma, nome e pede pro professor assinar [...] quando o telefone tiver tocando, tu vais ter sempre que está atendendo e explicando, porque cai aqui muita ligação que não é lá do meu setor, e tu vai ter que explicar como é que é a coisa. Assim, vai levar um xingão, porque as telefonistas passam, pensando que é do meu setor, e aí a mulher diz: “mas é o quinto setor que me passaram e não resolveram”. Geralmente, eu tento resolver, sabe? Também chega alguém pra pedir uma declaração. (Cristenluam).

Como recepcionista, ela atendia os alunos, pais, comunidade em geral; como auxiliar-administrativo, fazia o trabalho de cuidar do ponto dos professores e dos bolsistas, digitar ofícios, fazer planilhas, atender ao telefone, entre um conjunto de outras funções.

Cristenluam considerava que não tinha experiência de trabalho e que, portanto, não tinha muito que dizer, mas, pelos seus depoimentos, mostrou compreender as suas tarefas como trabalhadora, de forma bem clara. Ela se mostrou muito ética, ao cuidar o que relatava, pois havia coisas que ela considerava errado falar.

Os saberes em uso, por parte de Cristenluam, envolvem a habilidade para se relacionar com diferentes públicos que batem à sua porta, desde professores, alunos, pais e pessoas em geral, que precisam de informações da escola e entram em contato. Para Malglaive (1995), o saber em uso, reúne vários saberes, tais como os saberes teóricos, saberes práticos, saberes

processuais, saber-fazer. Ela também conhece as regras da escola, como aluna e como funcionária temporária. Seus saberes mobilizam a memória e ela precisa, tanto quanto Camila e Patrícia, conhecer os setores e os responsáveis, para poder fazer o seu trabalho, afinal

Se tem alguma coisa que mobiliza o corpo e a alma, a mente o conjunto da pessoa humana, é justamente a atividade de recepção, na medida em que a pessoa procura dar informações às pessoas e a estar atenta a toda uma série de coisas [...] (SCHWARTZ; DURRIVE, 2007, p. 35).

Carina, 22 anos, era estudante, solteira e estagiária de RH, em uma agência de empregos. No início da pesquisa, estava desempregada e, em outubro, havia conseguido um trabalho, como estagiária. Tinha a possibilidade de ser contratada com carteira assinada, em dezembro, pois nessa época terminaria o curso, o que faria com que seu estágio também fosse concluído. Sobre o seu trabalho, Carina contou que trabalhava em uma microempresa, como estagiária e que fazia intermediação de mão-de-obra, encaminhando estudantes para o mercado de trabalho. Sobre os saberes utilizados em suas atividades de trabalho, ela contou:

Eu atendo o telefone, atendo as empresas, atendo os estudantes e atendo as mães de estudantes, que ligam bastante; basicamente, os estudantes e as empresas. Esse é o contrato que eu tenho. Eu utilizo computador no trabalho, uso o sistema interno, e-mail, orkut, todos os meios de comunicação, a empresa tem bastante. Então, a gente tem que tá sempre envolvido com esses meios de comunicação.

Seus saberes de trabalho envolvem as relações com as pessoas e as empresas, assim como a utilização de novos meios de comunicação, uma das características da denominada sociedade informacional, segundo Castells (2000).

Carina tinha uma experiência de trabalho bem menor do que a maioria do grupo entrevistado. Apenas Cristenluam possuía uma trajetória menor do que a dela, estando em seu primeiro emprego. No depoimento abaixo, ela contou sobre os seus trabalhos:

Meu primeiro emprego foi com vendas no comércio e, depois, a única experiência que eu tive em empresa foi no meu último emprego, antes do atual, que eu trabalhava na Vigilância Pedrosa, uma empresa de segurança, em Porto Alegre. Onde eu trabalhava? Dentro do setor de recursos humanos, e lá eu fazia de tudo um pouco. A minha principal função era cadastro de funcionários e contratos, todo tipo de contratos. Ainda dava um auxílio pras meninas a recrutar alguns candidatos e também no setor de desenvolvimento e treinamento. Essa foi a minha única experiência. *Eu adoro trabalhar com recursos humanos. Pretendo, mais adiante, me especializar. E eu acho que o aprendizado que eu tive foi que eu aprendi a lidar com as pessoas em geral. Aprendi a lidar com os superiores.* (Carina)

Há uma dimensão educativa, em toda experiência de trabalho. Ela indica essa dimensão, quando afirma que aprendeu a ser

“[...] uma pessoa muito mais responsável, uma pessoa mais ética. Acho que aprendi de tudo um pouco. Acho que vou levar isso pra minha vida inteira, sempre procurando ser uma pessoa melhor, uma profissional melhor”

Outro participante foi Francisco, ele tinha 35 anos, era mecânico de manutenção, era casado e trabalhava há bastante tempo, na mesma empresa, acumulando a função de mecânico de manutenção e de líder de equipe. Ele começou o seu depoimento contando:

Trabalho de mecânico de manutenção. Na verdade, para ser mecânico tem que fazer um curso antes. Então, a gente usa bastante aparelho de medida, paquímetro. Essas coisas assim, e também a gente tem que ter bastante paciência, porque a gente desenvolve partes de manutenção que requer paciência. Tem que conhecer a máquina, também saber o processo que a máquina faz. Acho que tem que saber também trabalhar com as pessoas. Por exemplo, quem solicita o serviço de manutenção, fora o preventivo, é o pessoal da produção, que trabalha e que opera a máquina. Então, a gente tem que saber trabalhar com essas pessoas, porque eles querem urgência. Estraga uma máquina, eles querem urgência. Então, são várias máquinas e tu não tem como atender. Assim tem dias que tu fica irritado e nada melhor que um dia após o outro. (Francisco)

Segundo Schwartz (2009, p.10), “Podemos dizer que toda situação de trabalho é, sempre em parte, e esse ‘em parte’ é sempre imprevisível [...], aplicação de um protocolo e experiência ou encontro de encontros”. Francisco não sabia como as pessoas da produção iam reagir, ao saber que o conserto da máquina demoraria. Ele também não sabia quanto tempo duraria o diagnóstico do problema e a solução do mesmo. Reconhecia que há muita imprevisibilidade e que, por isso, não é possível antecipar o vai acontecer exatamente, “[...] esses saberes produzidos nas atividades de trabalho não podem ser cercados, circunscritos, antecipados [...]” (SCHWARTZ, 2003, p. 26). É o que mostra o depoimento abaixo

A gente todo dia tá aprendendo coisas novas, porque nem sempre é o mesmo problema que aconteceu na máquina ontem que acontece hoje. Às vezes, dá certo. A gente vai lá e faz aquele mesmo processo e resolveu o problema, mas tem outras vezes que é demorado e envolve partes da máquina que nunca foram mexidas [...] Outras vezes, a gente sabe que o problema é ali, só que a gente faz o procedimento certo e, mesmo assim, continua dando problema. Aí a gente tenta de várias formas, pois a gente trabalha na produção e a produção tá sempre querendo. (Francisco).

Primeiro ele destacou a necessidade da formação técnica, para ser mecânico. Depois, salientou a importância de “conhecer a máquina, saber o processo que a máquina faz”. A máquina é um objeto de trabalho atravessado de história. Para ela existir, homens a desenharam, planejaram, criaram, testaram. Várias tecnologias foram incorporadas, para que cada máquina chegasse, finalmente, a ser útil ao capital e ao trabalhador. Há saberes inseridos, há histórias nesses equipamentos. Assim, há um ‘encontro dos encontros’, em seu trabalho. Encontros com outros trabalhadores, encontros com as tecnologias e com a história. Segundo Schwartz (2003, p. 23), “Toda atividade de trabalho encontra saberes acumulados nos instrumentos, nas técnicas, nos dispositivos coletivos; toda situação de trabalho está saturada de normas de vida, de formas de exploração da natureza e dos homens uns pelos outros”. Francisco falou mais sobre os seus saberes do/no trabalho.

O depoimento dele deixa ver que o imprevisto faz parte de suas atividades e da curiosidade dele na tentativa de resolver o problema difícil. É neste momento que ele se via desafiado, demonstrando uma visão de processo sobre a sua atividade de trabalho. Francisco afirmou que, às vezes, “tem que sair e respirar, ir ao banheiro, tomar uma água e, depois, voltar e tentar tudo de novo”.

Francisco falou mais sobre os seus saberes do/no trabalho

Acho que tem que saber também trabalhar com as pessoas. Por exemplo, quem solicita o serviço de manutenção, fora o preventivo, é o pessoal da produção, que trabalha e que opera a máquina. Então, a gente tem que saber trabalhar com essas pessoas, porque eles querem urgência. Estraga uma máquina, eles querem urgência. Então, são várias máquinas e tu não tem como atender. Assim tem dias que tu fica irritado e nada melhor que um dia após o outro. (Francisco).

Segundo Schwartz (2009, p.10), “Podemos dizer que toda situação de trabalho é, sempre em parte, e esse ‘em parte’ é sempre imprevisível [...], aplicação de um protocolo e experiência ou encontro de encontros”. Francisco não sabia como as pessoas da produção iam reagir, ao saber que o conserto da máquina demoraria. Ele também não sabia quanto tempo duraria o diagnóstico do problema e a solução do mesmo. Reconhecia que há muita imprevisibilidade e que, por isso, não é possível antecipar o vai acontecer exatamente, “[...] esses saberes produzidos nas atividades de trabalho não podem ser cercados, circunscritos, antecipados [...]” (SCHWARTZ, 2003, p. 26).

3 CONCLUSÃO

Neste artigo, sobre os saberes-experiência de trabalho dos estudantes trabalhadores do PROJEA, foi importante poder conhecer suas trajetórias e histórias de vida, com todos os percalços típicos das classes trabalhadora brasileira. Elas e eles, em sua maioria, eram casadas (os), tinham filhos (as), já haviam iniciado e ensino médio e não haviam concluído, haviam exercido muitas e diferentes funções no mercado de trabalho e todos eram assalariados no sentido mais típico do termo: eram trabalhadores com carteira assinada e um salário fixo. Apenas duas depoentes fugiam a essa regra, uma era estagiária e a outra bolsista.

Outro aspecto importante é que a maioria havia interrompido o ensino médio e agora estavam tentando ter uma profissão nova e concluir a educação básica, uns por imposição da empresa outros por que acreditavam que o curso técnico em administração lhes abriria novas “portas”, sonhavam em ascender socialmente através de uma formação técnica, em alguns casos mais uma formação e um mais um certificado.

Sobre os objetivos da pesquisa, que era conhecer e entender os saberes-experiência do trabalho dos participantes da pesquisa, pode-se afirmar que foi alcançado e que eles são muitos e variados. Um saber que atravessa todos os depoimentos e a questão das relações humanas e sociais, expressa quando eles destacam o saber ouvir, o se relacionar bem, *a calma e a paciência*. Os alunos, quando relatam os seus saberes de trabalho, não destacam os saberes técnicos, ou falam muito pouco sobre ele, em geral como pano de fundo.

Seus saberes se concentram em dois grandes campos: O cuidado com o outro e com os espaços de trabalho, seja o doméstico ou na empresa. Assim pode-se afirmar que a maioria das (os) participantes possuíam os seguintes saberes de trabalho: cuidar de crianças, limpar, arrumar, operar máquinas em indústrias, vender diferentes produtos, lavar roupas e louças, varrer, cozinhar, arrumar a casa e espaços de trabalho, enfim, todos aqueles saberes típicos dos trabalhos socialmente destinados às mulheres, em diferentes sociedades e épocas históricas. São saberes em uso para garantir o bem viver e que estão à espera de uma conceituação (SANTOS, 2006).

As (os) depoentes destacaram, ainda um saber essencial, “saber lidar com pessoas”. Preocupação, portanto, com as *relações interpessoais*. Questiona-se, então: ‘Que conhecimentos específicos são esses, para ‘saber lidar com as pessoas? Por que eles importante tanto para aparecer em praticamente todas as falas? Talvez pela especificidade dos tipos de trabalho que os participantes desempenhavam e que se afastavam do trabalho fabril de operar máquinas, utilizar computadores, etc. Poucos destacaram esses aspectos.

A maioria dos estudantes atuavam no setor de serviços, particularmente no setor de manutenção e limpeza, que se caracterizava por ser um trabalho manual, sendo sim uma atividade que não exige uma qualificação profissional técnica.

Não se sabe em que medida sua experiência foi ou será considerada, em seu trabalho atual, na escola ou por todos aqueles que convivem com ela. Como diria Walter Benjamin (1994, p. 114), “[...] está claro que as ações da experiência estão em baixa [...]”. Se é verdade que as experiências estão em baixa, nesses tempos de tantas e tão rápidas modificações no mundo do trabalho, é interessante o questionamento, feito por Benjamin (1994, p. 115): “Qual o valor de todo nosso patrimônio cultural, se a experiência não mais o vincula a nós? “

REFERÊNCIAS

BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e histórias da cultura.** 7.ed., São Paulo: Brasiliense, 1994. (Obras escolhidas).

CLOT, Yves. **A função psicológica do trabalho.** 2 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

FERNANDES, Alicia. **O saber em jogo: a psicopedagogia propiciando autorias de pensamento.** Porto Alegre: Artmed, 2001.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Esperança: um reencontro com a Pedagogia do Oprimido.** 7. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

FRIGOTTO, Gaudêncio. A Dupla Face do Trabalho: criação e destruição da vida. *In: _____; CIAVATTA, Maria (Orgs.). **A Experiência do Trabalho e a Educação Básica.*** 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2005a. p. 11-27

LEÃO, Natália. MORENO, Renata, et ali. Trabalho e vida das mulheres na pandemia. *In: Pochmann, Marcio. Oliveira, Dalila Andrade (org.). **A Devastação do trabalho: a classe do labor na crise da pandemia.*** 1. ed. -- Brasília: Gráfica e Editora Positiva: CNTE - Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação e Grupo de Estudos sobre Política Educacional e Trabalho Docente, 2020.

MARX, Karl. **Trabalho assalariado e capital.** São Paulo: Global editora e distribuidora. 1985. (Coleção bases, 27).

MARX, Karl; ENGLS, Friedrich. O manifesto comunista. *In: REIS FILHO, Daniel Aarão et al (Org.). **O manifesto comunista 150 anos depois: Karl Marx, Friedrich Engels.*** Rio de Janeiro: Contraponto; São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1998.

ODONE, Ivar. **Experiência Laboral.** Laboreal, v. 3, p. 52-53. Disponível em: <http://laboreal.up.pt/revista/artigo>. Acesso em: 24 jun. 2008.

SANTOS, Boaventura Sousa. **Um discurso sobre as ciências.** Porto: Afrontamento, 1987.

SENNETT, Richard. **A corrosão do caráter.** As consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo. 8. ed. Rio de Janeiro: Record, 2008.

SCHWARTZ, Yves. Trabalho e saber. **Trabalho e Educação** v.12, jan. /jun. 2003.

SCHWARTZ, Yves. **A experiência é formadora?** 2009. Texto digitado.

THOMPSON, E. P. **Os Românticos.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

THOMPSON, E. P. **A Miséria da teoria, ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser.** Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

THOMPSON, E. P. **Costumes em comum.** São Paulo; Companhia das Letras, 1998.

A PRÁXIS CRÍTICA ENCARNADA NO SORRISO DO BOCÃO

doi: 10.47930/1980-685X.2022.0102

GLOCK, Clarinha¹ – clarinhaglock@uol.com.br

Faculdade de Educação - Programa de Pós-Graduação em Educação - UFRGS
Rua José do Patrocínio, 515/12
90.050-003 - Porto Alegre/RS Brasil

FISCHER, Maria Clara Bueno² - mariaclara180211@gmail.com

Faculdade de Educação - Programa de Pós-Graduação em Educação - UFRGS
Rua Ramiro Barcelos, 1410/602
90035-002 - Porto Alegre/RS Brasil

***Resumo:** Este texto tem como base a análise de documentos - fotos, vídeos, textos em jornais, blogs e livros - e memórias de uma das fundadoras do jornal Boca de Rua, publicação da organização não governamental ALICE (Agência Livre para Informação, Cidadania e Educação) de Porto Alegre (RS). Os processos de aproximação, construção coletiva de textos, registro em vídeos e áudios, “com” e “por” pessoas em situação de rua e vulnerabilidade social, na época em que uma das autoras atuou como supervisora do jornal Boca de Rua (2000-2007), constituem a origem desta análise. Entre estas pessoas, Alexsandro Rocha da Silva, conhecido por seu apelido Bocão, já falecido, foi escolhido para uma reflexão sobre a experiência de trabalho, desde o processo de elaboração até a venda do jornal, vivida pelos integrantes do Boca de Rua. O sorriso de Bocão, neste artigo, é a unidade de análise e metáfora para inclusão, pertencimento, potência e afirmação do trabalho como a práxis crítica.*

***Palavras-chave:** Trabalho. Práxis Crítica. Pessoas em Situação de Rua.*

1 INTRODUÇÃO

Como identificar se o diálogo produzido em meio ao afeto e às leituras de mundo propostas por Paulo Freire resultam em experiências de práxis crítica no trabalho e na vida de uma pessoa? Este artigo propõe analisar documentos públicos – fotos, vídeos e textos de jornais – de registro das experiências de Alexsandro Rocha da Silva (1978-2011), o *Bocão*, desde o período em que ele se alfabetizou na rua até se tornar um dos vendedores e integrantes da equipe de elaboração

¹ Mestranda em Educação pelo Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPGEDU/UFRGS).

² Doutora em Educação pela Universidade de Nottingham/Reino Unido. Bolsista PQ/CNPQ.

do jornal Boca de Rua de Porto Alegre (RS). Para realizar a análise proposta utilizamos os conceitos de trabalho e práxis crítica em Paulo Freire.

2 O TRABALHO DE FAZER E VENDER O JORNAL

O jornal Boca de Rua, feito e vendido por pessoas em situação de rua de Porto Alegre (RS), começou a circular durante o Fórum Social Mundial de 2001³. Foi inspirado na Revista *Big Issue*, da Inglaterra. Uma das autoras deste artigo, a jornalista Clarinha Glock foi uma das fundadoras e supervisoras deste projeto. As experiências relatadas neste artigo englobam os anos iniciais do Boca de Rua, quando se iniciou o processo de aproximação com os integrantes na praça, a construção do jornal, o treinamento para vender a publicação e a mudança de perspectiva de seus integrantes que passaram a se apresentar como trabalhadores, em vez de assumirem o estereótipo de “mendigos, vagabundos, drogados”, como era senso comum na época.

A persistência e permanência de Bocão na vida e no jornal, em meio a tantas violências do contexto em que vivia, fizeram com que a jornalista Clarinha Glock optasse por analisar os documentos e memórias que deixou. Minayo (2002), em sua proposta dialética para análise qualitativa de dados, diz que a fala dos atores sociais deve ser situada em seu contexto para ser melhor compreendida. E que essa compreensão deve ter como ponto de partida o interior da fala, e como ponto de chegada “o campo da especificidade histórica e totalizante que produz a fala” (MINAYO, 2002, p.77). Sugere que a interpretação de dados, em um primeiro nível, leve em conta a conjuntura socioeconômica e política de que faz parte o sujeito estudado. E, numa segunda etapa, propõe considerar a observação de condutas e costumes, comunicações individuais e análise de instituições.

Gomes (*apud* MINAYO, 2002), por sua vez, observa que podemos utilizar várias unidades de registro para analisar o conteúdo de uma mensagem, e que estas unidades se referem a elementos obtidos pela decomposição do conjunto da mensagem. Cita como exemplos palavras destacadas e/ou repetidas, frases, temas que se referem a uma unidade maior, acontecimentos

³ .A primeira edição do Fórum Social Mundial foi realizada em 2001, na cidade de Porto Alegre, capital do Rio Grande Sul, Brasil. Reuniu mais de 20 mil pessoas de 117 países diferentes, sob o lema “Um outro mundo é possível”.Disponível em: <https://mundoeducacao.uol.com.br/geografia/forum-social-mundial.htm> Acesso em: 15 abril 2022.

relatados e livros, filmes, artigos. Ao mesmo tempo, salienta a necessidade de analisar unidades de contexto da mensagem.

O sorriso de Bocão é o tema mais repetido e evidente na observação das imagens que acompanham esta análise, bem como nos trechos de um vídeo com seus depoimentos. Espontâneo, tímido e quase infantil em suas falas e trejeitos, Bocão foi um dos primeiros integrantes do jornal Boca de Rua. Sua história está ilustrada em várias reportagens, tanto de Zero Hora⁴, onde foi notícia pelo fato de ter se alfabetizado na rua com outros jovens que fugiram da violência de casa ainda crianças – a Turma dos Cachorrinhos -, como na capa anunciando sua morte, no próprio Boca de Rua.

Nos anos 1996 e 1997, Bocão e os demais jovens de sua turma foram foco de uma reportagem porque pediram para uma professora para lhes ensinar a ler e a escrever. Essas crianças não eram enxergadas como “meninos” por parte da sociedade, e a notícia do jornal Zero Hora refletiu esse estereótipo. O tratamento de vários meios de comunicação dado a estes jovens, na época, quando apareciam em notícias, era “pivetes”, “menores”, guris sem identidade, sem história. Bocão ainda não sorria nas fotos destas reportagens.

Quando o jornal Boca de Rua chegou a Bocão, ofereceu a ele outro tipo de reconhecimento: pelo trabalho de fazer e vender seu próprio jornal. Embora Bocão e seus amigos já trabalhassem na rua como cuidadores de carro, puxando carrinhos de papel reciclável, catando latinhas, foi o trabalho “letrado” que lhes deu visibilidade. E é a partir da leitura do jornal pela população com o qual os vendedores dialogam que se abrem possibilidades de transformação - dos próprios integrantes, e da sociedade em geral que também é convidada a refletir sobre as realidades ali abordadas. A metodologia do Boca de Rua de criação coletiva de textos e fotos que depois eram impressos no jornal e vendidos pelos próprios integrantes representou um megafone para suas vozes e apareceu na grande mídia corporativa.

Os documentos que deixou e que serão analisados são gravações originais, colhidos nos anos iniciais quando a jornalista Clarinha Glock era supervisora do jornal, e outros em que ele foi retratado pela mídia ou deu seu depoimento em história oral. Todos os artigos, fotos e vídeos são públicos, ou foram cedidos pelos responsáveis. A experiência dos saberes de Bocão é

⁴ O Jornal Zero Hora faz parte do Grupo RBS (Rede Brasil Sul). Este Grupo é um conglomerado de mídia brasileiro.

analisada de duas formas: pelo jornal e pela música, já que Bocão fez parte do grupo de rap Realidade de Rua, composto por outros integrantes do Boca de Rua.

2.1 Trabalho e práxis crítica: conceitos que ajudam a refletir sobre a expansão e o recolhimento do sorriso do Bocão

As reflexões do educador Paulo Freire nos inspiram a relacionar as mudanças – de sorriso, de postura, de trabalho – manifestadas por Bocão nas fotos e no vídeo tomados como corpus de análise neste estudo. O educador afirma que a educação libertária começa quando se pensa o conteúdo do diálogo (FREIRE, 2011, p.84). Para chegar à práxis crítica, segundo Freire, é preciso que as pessoas se sintam “sujeitos de seu pensar”, discutindo a sua visão do mundo, manifestada implícita ou explicitamente em suas sugestões e nas de seus companheiros. Assim, o fazer é práxis crítica enquanto ação e reflexão para a transformação do mundo injusto.

Alinhado ao pensamento de Freire, o conceito de práxis crítica é definido por Paula Allman e John Wallis (1992, p. 5) como “... o esforço crítico de abolir ou transformar as relações sociais que possibilitam todas as formas de problemas e opressões. Isto pode ser aplicado a esforços de transformação de microssituações bem como também a nível macro, até mesmo esforços de dimensão global” (FISCHER, MCB 1999, p. 105). O trabalho como práxis é central neste processo.

Na obra de Freire o trabalho⁵ é concebido tanto na sua dimensão ontológica – como condição do processo de humanização do ser – quanto histórica, no reconhecimento que o autor faz das suas diferentes manifestações nas sociedades humanas ao longo do tempo. Destaca-se a singular e profunda relação que Freire estabelece em alguns de seus escritos entre linguagem (palavra/diálogo), consciência (de classe) e experiência do trabalho. A defesa do uso consciente e crítico da palavra individual e coletiva construída com e no mundo – e neste o trabalho –, através do diálogo, como chave para a libertação das classes populares, insere Freire entre os pensadores progressistas não deterministas dos rumos da história humana. O trabalho, do ponto de vista ontológico, é entendido na sua acepção mais ampla, enquanto práxis humana material e não material, não se reduzindo à produção de mercadorias. É, portanto, produção cultural, constitutiva do ser humano. Na forma histórica que assume no modo de produção capitalista torna-se opressor porque é trabalho explorado e alienado, produtor de mais-valia. A assunção

⁵ As reflexões trazidas aqui sobre o trabalho, numa leitura de sua compreensão na obra de Paulo Freire, reproduzem, com pequenas alterações, o verbete de Maria Clara Bueno Fischer (2010, 401- 403).

dessa perspectiva terá consequências importantes para a visão de mundo orientadora de sua obra.

A análise crítica marxista do modo de produção capitalista remeterá à incorporação progressiva da categoria classe social que adensará seu posicionamento sobre o papel político da educação e a natureza do diálogo numa sociedade de classes. É visível que a esfera de trabalho é abordada em sua obra sob forte influência da matriz marxista de pensamento. Perspectiva que se expressa, ao final dos anos 1960, especialmente a partir da Pedagogia do Oprimido. A perspectiva da luta de classes como “o motor da história”, marca importante dos discursos revolucionários da época, não será, ao longo de sua vida e obra, algo assumido por Freire, mas sim um dos motores da história, confirmando seu não dogmatismo. A categoria explorada está na de oprimido, mas esta permite o realce das marcas de dominação ideológica e cultural de classe: o opressor que habita o oprimido, questão fundamental para o trabalho educativo que se orienta pela emancipação social.

Em seus escritos é possível perceber que o trabalho, ao ser entendido nessa perspectiva, está na fundamentação de outro conceito chave: o de práxis. O trabalho é uma expressão fundamental da condição ontológica do ser humano como um ser de relação e de transformação do mundo natural e cultural, um ser da práxis, de ação e reflexão. O trabalho, no entanto, é histórico e, portanto, gera simultaneamente humanização e desumanização (especialmente no capitalismo).

Assim, ao trabalhar, o homem cria condições econômicas, sociais, políticas e culturais que favorecem e, ao mesmo tempo, desfavorecem sua condição ontológica de ser mais. Nesse sentido, a condição humana ontológica de ser capaz de agir e refletir não garante, por si só, um entendimento das complexas relações que fazem a realidade ser o que ela é e orientar o ser humano a agir na perspectiva de sua humanização. Os processos de trabalho e de produção são espaços-tempo de formação do trabalhador. Podemos dizer que há um conjunto de saberes técnico-produtivos e ético-políticos que são produzidos e mobilizados no trabalho. No capitalismo, a condição de trabalho alienado contribui para a desarticulação e a desapropriação do saber e, conseqüentemente, para a desqualificação do trabalhador. Muito da obra de Freire está, então, direcionada para o entendimento das tramas que favorecem e, ao mesmo tempo, impedem a leitura do mundo e, por outro lado, desenvolvem proposições político-pedagógicas que a possibilitem. (FISCHER, MCB, 2010, p.401- 403).

Nosso argumento é que o trabalho de produção e de distribuição do Jornal Boca de Rua distancia-se das características de organização do processo de trabalho capitalista contribuindo para o desenvolvimento de uma práxis crítica dos sujeitos envolvidos. Focamos aqui, em particular, o caso de Bocão.

3 A EVOLUÇÃO DO SORRISO DE BOCÃO

3.1 O trabalho na produção e distribuição do Jornal Boca de Rua

O jornal Boca de Rua é uma publicação feita e vendida por pessoas em situação de rua de Porto Alegre desde o ano 2000. Textos, fotos e ilustrações são elaborados coletivamente durante oficinas semanais, sob a orientação de jornalistas e outros profissionais, que atuam de forma voluntária. O dinheiro arrecadado com a venda reverte integralmente para os participantes do grupo. As informações contidas neste artigo referem-se ao período até 2007, enquanto a jornalista Clarinha Glock atuava como supervisora e facilitadora.

Este jornal nunca teve objetivo de lucro, nem se propunha a suprir todas as necessidades de renda daquela população, mas ser uma alternativa de geração de renda. Era mantido inicialmente pela doação da Fundação Maurício Sirotsky Sobrinho, que pagava a impressão das tiragens na gráfica do jornal Zero Hora, além de ter apoio de sindicatos e outras instituições ou pessoas.

A ideia de trabalho coletivo, colaborativo e sobretudo aberto para acolher as pessoas em situação de rua que demonstravam interesse e comprometimento em participar das reuniões foi constituidora da experiência do jornal desde o começo. Aqueles que, como Bocão, passaram a integrar a equipe, não sabiam no início o que era e como se fazia um jornal. E levaram um tempo para perceber que poderiam ganhar algum dinheiro vendendo um veículo de comunicação com conteúdo que era resultado das reflexões feitas em conversas semi-orientadas sobre temas e contextos de suas vidas - violência, uso de drogas, falta de acolhimento nas escolas, falta de moradia - transcritas na forma de texto jornalístico.

À medida que o grupo foi sendo estruturado, os integrantes foram convidados a elaborar juntos as regras de convivência: não era permitido participar das reuniões ou vender o jornal sob uso de drogas, nem brigar ou bater em ninguém. Horários, formas de abordagem do texto, sugestões de pautas - tudo era debatido pelo grupo. E havia uma recomendação em especial: o jornal não deveria ser usado para pedir esmolas. A publicação era o produto de um trabalho e descrevia

uma realidade - a realidade do povo da rua. Portanto, quem comprasse o jornal estaria acessando informações que não encontraria em outros veículos de comunicação.

Não havia salários, ou contrato de trabalho por escrito, mas um acordo oral feito “com” e “por” todos do grupo no momento de sua entrada. A cada semana, eram distribuídos exemplares da edição impressa - 20 a 30, conforme o número de integrantes. Só recebiam suas quotas aquelas pessoas que participavam das reuniões e atividades que envolviam a elaboração do jornal. Três faltas sem justificativa ou a quebra das regras significavam uma suspensão da quota. Cada caso era avaliado de acordo com a situação.

Identificamos a importância do trabalho no jornal a ponto de alguns integrantes recortarem a foto da carteira de identidade para colarem no crachá do jornal Boca de Rua. No texto coletivo do qual Bocão participou, na edição 0 do jornal Boca de Rua, o grupo definiu assim o trabalho:

“Enquanto o cara não trabalha, é como se não existisse. Está marginalizado. Mas é difícil conseguir trabalho porque a maioria só tem a quarta série. Muitos são analfabetos e não têm documento.”

E, no penúltimo parágrafo, acrescentou:

“Acreditamos que o jornal Boca de Rua vai ser importante para os que convivem nas ruas, porque será a sua voz. Também para a sociedade vai ser importante, porque vai botar na cabeça das pessoas o pensamento do pessoal que convive nas ruas”.

É quando fala do trabalho do jornal Boca de Rua, nas fotos em que está de crachá, ou tem o nome do jornal no peito, que Bocão escancara seu sorriso, como é possível constatar a seguir.

3.2 A experiência singular de Bocão a partir do diálogo e da reflexão

O diálogo com outros integrantes e com as jornalistas por meio do Boca de Rua abriu um espaço de ação e reflexão de Bocão sobre suas próprias experiências e as experiências compartilhadas com as pessoas que “convivem” (termo usado por eles) nas ruas, como se pode constatar na análise, a seguir, de suas falas em vídeo. O trabalho de concepção e venda da publicação gerou uma outra forma de relação de Bocão com a sociedade, caminho que ele começou a trilhar quando aderiu ao grupo de alfabetização da Turma dos Cachorrinhos, conforme retratado nas matérias de jornal de 1997, que foi interrompido pela violência.

Portanto, a identidade de “jornalista e jornaleiro” - como definiu um de seus colegas de jornal -, representou uma retomada, nos anos 2000, de sua vontade - e do grupo - de mudar a realidade. Bocão adicionou à sua bagagem de vida a criação coletiva de textos com demandas de transformação do mundo injusto, seja através do Boca de Rua, como no grupo de rap Realidade

de Rua, segundo relatado no vídeo. Ele leu e cantou o seu mundo, como diria Freire, e contribuiu assim para criar novas formas de produção cultural, históricas, inseridas, mas não limitadas pelo determinismo da opressão capitalista, nem submetidas à mais-valia.

Sendo um dos primeiros e mais assíduos colaboradores, Bocão teve a oportunidade de viver muitas situações como integrante do Boca de Rua, desde a venda em fóruns (incluindo o Fórum Social Mundial), passando por um curso com dinâmicas para treinar como vender jornal organizado em parceria com a equipe de Zero Hora, até a participação em palestras e entrevistas sobre seu trabalho. Como era extremamente tímido, a jornalista Clarinha Glock ensaiou com ele, mais de uma vez, como se aproximar das pessoas para oferecer o jornal na hora da venda.

Negro, alto, vestido com roupas simples e muito usadas, Bocão havia se acostumado a ser ignorado nas ruas. Com o tempo, a prática - e o sorriso aberto -, ele se tornou um grande vendedor. Paralelamente, assumiu com segurança o papel de cantor de rap. Seu sorriso esmaecia, no entanto, quando era vítima de preconceito ou de repressão por parte da polícia, às vezes só por estar em locais frequentados por outras parcelas da população de diferente classe social. Nestas horas, ficava cabisbaixo, triste, agressivo.

Nas páginas digitalizadas a partir dos originais do jornal Zero Hora, cedidas pelo Centro de Documentação e Informação (CDI), acompanhamos a evolução de Bocão. Há reportagens e fotos dele antes e depois de ingressar na equipe do Boca de Rua.

Na Figura 1, Bocão está à direita. Não sorri, não olha para a câmera. A Turma dos Cachorrinhos do qual fazia parte se tornou pauta de reportagem do jornal Zero Hora quando descobriram que meninos em situação de rua estavam sendo alfabetizados numa praça por uma professora voluntária.

Figura 1 - Bocão e a Turma dos Cachorrinhos



Fonte: Centro de Documentação e Informação (CDI), Jornal Zero Hora, 1997

Na Figura 2, Bocão é o segundo, da direita para a esquerda (se sobressai, porque está mais alto que os outros). Está olhando para a esquerda. Não sorri, não olha para a câmera. Nota-se que na foto apenas estão sorrindo a professora Deidre Bicca (ao centro) e Alca (como era conhecido André de Araújo, o jovem à sua esquerda na foto), também já falecido.

Figura 2 - Bocão e a Turma dos Cachorrinhos



Fonte: Centro de Documentação e Informação (CDI), Jornal Zero Hora, 1997

As Figuras 3a e 3b reproduzem a reportagem “Sete mortes derrubam um sonho”, que descreve como, do grupo alfabetizado, sete morreram. Os jovens ganharam doações de roupas, remédios, refeições e até de uma casa pré-fabricada. Mas foram empurrados de volta à realidade das ruas ao serem espancados pela polícia, por moradores da região, e por garis. Esta reportagem ajuda

a entender o contexto da vida de Bocão antes da sua experiência com o jornal. Na Figura 3a, Bocão é o terceiro, da esquerda para a direita, na fila de trás.

Figuras 3a e 3b- Bocão e a Turma dos Cachorrinhos



Fonte: Centro de Documentação e Informação (CDI), Jornal Zero Hora, 1997

Bocão, que tinha um sorriso largo e contagiante, aparece de boca cerrada na foto da primeira linha, da direita para a esquerda, da Figura 4 a seguir. Nos contatos iniciais com os integrantes do Boca de Rua havia muita desconfiança em relação às jornalistas da ALICE. É preciso lembrar que alguns integrantes do jornal eram sobreviventes da Turma dos Cachorrinhos. A elaboração e a construção conjunta de textos e fotos e sua posterior impressão, em um período de seis meses, que resultou na edição número 0 (piloto), foi uma estratégia definida pela ALICE para provar aos integrantes que eles tinham capacidade de fazer a sua própria publicação, e que a proposta não era de um projeto de pesquisa ou uma entrevista de imprensa de quem sumiria depois do primeiro encontro. Neste contexto, é compreensível que Bocão ainda não estivesse com sua bocarra escancarada, como aconteceu à medida que foi incorporando a identidade de trabalhador do jornal Boca de Rua.

Figura 4 - Edição-piloto do Jornal Boca de Rua, Bocão ainda não sorria



Fonte: Jornal Boca de Rua, Arquivo, 2000

Na Figura 5, Bocão está sorrindo, e ele já é autor e vendedor do Boca de Rua. A foto foi tirada na esquina da rua José do Patrocínio com a Avenida Perimetral, no bairro Cidade Baixa, em Porto Alegre, local em que há uma sinaleira, e ele costumava vender o jornal quando o sinal fechava. Bocão leva no peito o crachá que o identifica como parte da equipe.

Figura 5 - O sorriso de Bocão vendendo o jornal



Fonte: Clarinha Glock, Arquivo Jornal Boca de Rua

Bocão gostava de cantar rap. A foto em que ele aparece sorrindo, com os braços cruzados em frente ao corpo (Figura 6), foi feita no pátio da sede do Grupo de Apoio à Prevenção da Aids (GAPA/RS), onde o grupo de rap Realidade de Rua se reunia e durante um tempo aconteceram reuniões do jornal Boca de Rua. O GAPA oferecia atendimento psicológico gratuito, fornecia

camisinhas e acompanhava as pessoas em situação de rua no encaminhamento para hospitais e exames de saúde.

O grupo de rap começou a se reunir dentro do Auditório Araújo Vianna, em oficinas gratuitas coordenadas por Mário Pezão, dentro do projeto de descentralização da cultura promovido pela Prefeitura de Porto Alegre. Foi transferido depois para o GAPA/RS. Pezão foi assassinado e este fato teve um impacto no grupo de rap. Assumi as oficinas o rapper e instrutor Luciano Marino, o Tiano. “Ao se integrar ao projeto Hip Hop Saúde do GAPA/RS, o grupo cresceu, ganhou força nas letras das músicas, e pouco a pouco está se profissionalizando”, diz a postagem de setembro de 2007, publicada no blog Ideias e Experiências⁶. Os integrantes tiveram apoio do rapper Nitro Di para gravar um CD, que foi finalizado, mas nunca lançado. Em 2009, já fora da equipe do jornal, Clarinha Glock realizou ali oficinas de inclusão digital com alguns integrantes do Boca de Rua⁷. Textos desta oficina foram registrados no blog Realidade de Rua⁸.

Figura 6 – O sorriso de Bocão no GAPA/RS e no vídeo



Fonte: Clarinha Glock, Arquivo do Jornal Boca de Rua

E Bocão escancarou seu sorriso (Figura 7). Parece feliz. Esta foto provavelmente foi feita por outro integrante do Boca de Rua durante uma das reuniões, quando o grupo se encontrava nas laterais do Auditório Araújo Vianna (antes do cercamento). Ao fundo, se vê a parede de vidro do auditório e, no chão, o saco em que costumava carregar suas coisas. Ilustrou a capa em homenagem a Bocão, na ocasião de sua morte, em 2011. Os dentes dele parecem mais alinhados,

⁶ Disponível em: <http://claraglock.blogspot.com/2007/09/turma-do-realidade-de-rua.html> Acesso em: 15 abril 2022.

⁷ Disponível em: <http://rapdomercedez.blogspot.com/2009/> Acesso em: 15 abril 2022.

⁸ Blog Realidade de Rua. Disponível em: <http://rapdomercedez.blogspot.com/> Acesso em: 15 abril 2022.

e chama a atenção o símbolo do Boca de Rua pintado à mão em seu blusão. O título foi escolhido após elaboração de texto coletivo com os colegas de trabalho de Bocão. Do número 0 até esta edição, há diferenças visíveis em Bocão: no sorriso, na forma de encarar o/a fotógrafo/a, na postura diante da câmera.

Figura 7 - O sorriso de Bocão na edição sobre sua morte



Fonte: Jornal Boca de Rua, Arquivo, 2011

3.3 Sorrindo, Bocão expressa sua práxis

O vídeo que compõe essa análise apresenta Bocão cantando rap e falando sobre o seu trabalho⁹. É intitulado “Saudades do MC Alex”, como era conhecido no grupo Realidade de Rua, e reúne gravações feitas ao longo dos anos em que Clarinha Glock atuou como supervisora do jornal e nas oficinas de rap e de computação no GAPA/RS. Foi editado após sua morte, em 2011, como uma homenagem, e exibido, em momentos distintos, para integrantes do Boca de Rua e para equipes de atendimento a pessoas em situação de rua do GAPA/RS.

Em um depoimento de 2007 reproduzido neste vídeo, Bocão aborda a relação da metodologia de elaboração coletiva do jornal associada à da cultura do rap, de saberes e trocas que o fizeram,

⁹ O vídeo está disponível em: <http://rapdomercedez.blogspot.com/2012/02/saudades-do-mc-alex.html> Acesso em: 15 abril 2022.

como ele mesmo diz, “perder a vergonha” de se tornar visível na sociedade. E seus amigos comentam sobre o abandono e o cansaço de se viver invisível no mundo capitalista. Algumas vozes e imagens que aparecem ali são de pessoas que fizeram parte do jornal e do grupo de rap, e que também já morreram. Foram captadas com uma câmera de vídeo analógica, de forma amadora. Em cada um dos trechos transcritos com a linguagem do próprio Bocão há gestos, olhares, silêncios e sorrisos, que relacionamos com os conceitos de trabalho e práxis crítica; ou, podemos dizer, como expressão de que o trabalho do Jornal Boca de Rua (incluindo os momentos de produção e de venda do Jornal) permitiu aos seus participantes vivências de práxis crítica.

A vivência do desencontro de olhares na venda do jornal: o trabalho - e o trabalhador - não reconhecido pelo outro

Diz Bocão no vídeo que as pessoas não olhavam para ele enquanto ele oferecia o jornal para compra. Ou só olhavam para a cara dele, sem sequer espiar a publicação. E acrescenta: “*Não adianta falar*”. Depois, sério, olha para baixo e afirma: “*Eu gostaria de trabalhar. Tirar cursos, estudar* (silêncio). *Aprender mais um pouco coisas da vida* (faz silêncio, olha para o teto)”.

Porém... “começou a entrar na minha mente, eu não esqueci mais. Aí o sonho que eu queria fazer, eu consegui realizar”

Em outro trecho do vídeo, Bocão fala olhando para baixo, sem encarar a câmera, às vezes levantando a cabeça e olhando para o teto. Diz que gosta de rap, era seu sonho, e com a morte do amigo e compositor Mercedez – também integrante do jornal Boca de Rua -, ele passou a interpretar o tema principal do grupo, criado por Mercedez. Nesta hora, explica, “*começou a entrar na minha mente* (abaixa o braço direito, apoia o rosto no braço esquerdo, e olha rapidamente para a câmera), *e eu não esqueci mais* (baixa os olhos novamente e diz). *Aí, o sonho que eu queria fazer* (olha para a câmera), *eu consegui realizar*”.

O rap criado pelo “falecido Mercedez” virou uma espécie de hino do jornal Boca de Rua. A letra diz: “Me diga uma praça que não seja habitada por criança doente, criança abandonada. Ao chegar ao seu mocó você logo vai ver: falecido Mercedez é que tava com a razão. Tenta

tapar o sol com a peneira, joga o lençol em cima da fogueira. Deus criou o mundo, e junto a miséria. Brasil tem que mudar. Aqui é nossa terra, aqui é nosso lugar”¹⁰.

Poderíamos então pensar que o trabalho do jornal, por ter características que se afastam do trabalho de teor capitalista, permitiu a Bocão incorporar saberes e valores emancipatórios sentidos, vividos, experimentados pelos seus participantes, a ponto de representá-los coletivamente, como acontecia com o hino.

Então ... “não tem que ter vergonha”.

Bocão abre um sorriso, apoia a cabeça nos braços erguidos atrás do pescoço, e fala:

“Ah, quando me olham no palco, eles acham legal (olha para frente, ri, coça o nariz). Bah! Eles aplaudem a gente, é muito legal mesmo (abaixa o rosto, coça o braço e olha para o braço), muito bom. (sorrindo, olha para o lado e para a câmera)”.

Lembra do instrutor de rap e do que aprendeu:

“Que nem o Mário Pezão falou pra mim: O que, ô, Bocão, não tem que ter vergonha, tem que botar é medo neles (ri, divertido, olha pra frente e para baixo, brincando com os próprios dedos). Falei assim: o que é isso? Botar medo! Não precisa botar medo! (olhando para baixo).”

Em seguida, ele diz, como se estivesse refletindo sobre a fala do instrutor, o conselho de Clarinha Glock na hora de vender o jornal (que capturava nesse momento sua imagem com a câmera), e sobre sua própria experiência de trabalho, a partir dos valores e saberes incorporados de outros espaços de sua vida:

“É só...é só...é só não ter vergonha, que nem... que nem tu diz pra mim - não precisa ter vergonha (olha rapidamente para a câmera). Agora eu tô querendo perder a vergonha, daí...perdi a vergonha”.

Bocão gesticula, olha para a câmera, abre um leve sorriso e fala para a câmera:

“E agora tô falando na frente de uma câmera que tá me filmando. E tô gostando (olha para baixo novamente). E duvido que as pessoa que vão me olhar (olha pra câmera) vão gostar também”.

Ri, olha para baixo e em seguida encara a câmera novamente:

“Ah! A realidade é essa: (coça o olho, fica sério e fala para a câmera) morador de rua tem vários sonho (apoia o dedo da mão esquerda na cabeça, mantém assim, coça atrás da orelha), mas eles sabe qual que eles vão escolher (balança a cabeça em sinal de sim, tira o dedo, baixa o olhar). Bah, tem mais um monte de coisa ainda pela frente....”

Se considerarmos como uma categoria de análise o tom e a colocação de voz de um sujeito de pesquisa, poderíamos afirmar que o jornal Boca de Rua ampliou o alcance dos saberes de Bocão

¹⁰No vídeo *Saudades do MC Alex*, Bocão aparece cantando essa parte da música no trecho 2:56. Disponível em: <http://rapdomercedez.blogspot.com/2012/02/saudades-do-mc-alex.html> Acesso em: 20 mar. 2021.

por meio da palavra escrita no jornal e da palavra cantada no grupo de rap, como ele descreve na entrevista recém mencionada. Ao ouvir Bocão cantando (é possível assistir ao vídeo, veja nota da página), sua voz ganha força e segurança. Sorrindo, no vídeo, ele resume o prazer de ser Bocão, sem estereótipos:

“Ah, quando me olham no palco, eles acham legal. (olha para frente, ri, coça o nariz). Bah! Eles aplaudem a gente, é muito legal mesmo (abaixa o rosto, coça o braço e olha para o braço), muito bom.”

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho no jornal Boca de Rua deu visibilidade e, nas palavras de Bocão, fez com que ele retomasse sonhos e projetos, em meio ao contexto de violência e mortes em que viveu. Em contraposição ao modelo capitalista de empresas de comunicação que visam ao lucro e muitas vezes discriminam raça, gênero e classe social ao retratarem a realidade, o jornal Boca de Rua abriu um canal de participação e escuta, de diálogo e representação social, de luta e de esperar. Além disso, como discutido neste texto, o próprio trabalho de produzir o jornal se distanciou das características do trabalho orientado à exploração e, portanto, marcado pela alienação. Consideramos, então, que se constituiu como uma experiência de práxis crítica. Particularmente, ao encontrar espaço para denunciar, por meio do jornal Boca de Rua, múltiplos aspectos da vida subalternizada, com autoria reconhecida e produção de uma publicação da qual se orgulhava e que lhe rendia um mínimo de renda, Bocão em algum momento resignificou carências - de políticas públicas nas áreas de educação, moradia, habitação, saúde, lazer - e de outras oportunidades de trabalho, inclusive. E assim, como que subjetivando uma inversão da ordem capitalista, abriu um largo sorriso que, neste artigo, interpretamos como um sinal de práxis crítica encarnado em seu corpo como um todo.

Agradecimentos

Às integrantes atuais da ALICE, que apostaram no sorriso de Bocão e seguem incentivando outras pessoas a sorrirem por meio do trabalho no jornal Boca de Rua.

REFERÊNCIAS

FISCHER, Maria Clara Bueno. Trabalho. In: STRECK, Danilo R.; REDIN, Euclides; ZITKOSKI, Jaime José. **Dicionário Paulo Freire**. Belo Horizonte: Autêntica, 2010, pp. 401-403.

FISCHER, Maria Clara Bueno. Um lugar para a educação numa prática sindical transformadora. **Estudos leopoldenses - Série Educação**. Vol.3, n. 4, 1999, pp. 21-37.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 21. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

***Abstract:** This article is based on the analysis of documents - photos, videos, texts in newspapers, blogs and books - and memories of one of the founders of the newspaper Boca de Rua, publication of the non-governmental organization ALICE (Free Agency for Information, Citizenship and Education) of Porto Alegre (RS). The processes of approximation, collective construction of texts, recording in videos and audios, "with" and "by" people in street situation and social vulnerability, at the time when one of the authors acted as supervisor of the newspaper Boca de Rua (2000-2007), constitute the origin of this analysis. Among these people, Alexandro Rocha da Silva, known by his nickname Bocão, now deceased, was chosen for a reflection on the work experience, from the elaboration process to the sale of the newspaper, lived by the members of Boca de Rua. The smile of Bocão expresses the unit of analysis and metaphor for inclusion, belonging, power and affirmation of work as the critical praxis.*

***Keywords:** Work. Critical Praxis. Homeless People.*

A ATIVIDADE DE TRABALHO COMO ESPAÇO DE MOBILIZAÇÃO, PRODUÇÃO E ENCONTRO DE SABERES

doi: 10.47930/1980-685X.2022.0103

BAVARESCO, Neuzer Helena Munhoz¹ – neuzermunhoz@gmail.com
Universidade de Passo Fundo – UPF
Endereço: Av. Brasil Leste, 285
99052-900 - São José, Passo Fundo – RS – Brasil

RIBEIRO, Elaine² – elaine.ribeiro@ifc.edu.br
Universidade de Passo Fundo – UPF
Endereço: Av. Brasil Leste, 285 - São José, Passo Fundo - RS, 99052-900
Instituto Federal Catarinense - IFC
Endereço: R. Cruz e Souza, 100 - CENTRO, Fraiburgo - SC, 89580-000

FREITAS, Ernani César de³ – ecesar@upf.br
Universidade de Passo Fundo - UPF
Endereço: Av. Brasil Leste, 285
99052-900 - São José, Passo Fundo – RS – Brasil

Resumo: *Com base nos estudos sobre linguagem e trabalho, mais especificamente, nos preceitos teóricos da Ergologia, esta pesquisa tem por objetivo investigar e compreender os saberes mobilizados pela atividade de trabalho com base nos dizeres sobre o fazer laboral manifestados pelo protagonista entrevistado. A fim de concretizar nosso objetivo, amparamo-nos nos pressupostos teóricos de Schwartz (2006, 2010a, 2010b, 2010c, 2013), Schwartz e Durrive (2010) e Trinquet (2010). A pesquisa caracteriza-se como exploratória, bibliográfica, com abordagem qualitativa. O corpus selecionado para análise é composto pelo depoimento de um profissional atuante no mercado de trabalho como marceneiro, profissão que aprendeu e herdou de seu pai. Os resultados da ação investigativa nos permitiram constatar que, na atividade real de trabalho, os saberes constituídos e os saberes investidos interagem resignificando e renormalizando normas antecedentes, resultando na produção de novos*

¹ Doutoranda em Letras pela Universidade de Passo Fundo (UPF), mestre em Letras pela Universidade de Passo Fundo (UPF) e especialista em Ensino e Aprendizagem de Língua Espanhola pela mesma instituição. Possui graduação em Letras (português e espanhol) pela UPF. Tem experiência na área de Letras com ênfase em Português, Literatura e Língua Espanhola. Bolsista Prosuc/Capes.

² Doutoranda em Letras pela Universidade de Passo Fundo (UPF); mestre em Letras – Estudos Linguísticos pela Universidade de Passo Fundo (UPF); Professora titular com dedicação exclusiva, no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense (IFC) – Campus Fraiburgo, em Santa Catarina.; Bolsista Prosuc/Capes.

³ Doutor em Letras (PUCRS), com pós-doutorado em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem (PUC-SP); professor orientador do Programa de Pós-graduação em Letras da Universidade de Passo Fundo/RS, Brasil; docente permanente do Programa de Pós-graduação em Processos e Manifestações Culturais da Universidade Feevale/RS, Brasil.

saberes. Embora existam inúmeros espaços de aprendizagem, a atividade laboral assume uma posição central no que se refere ao encontro, produção e mobilização de saberes.

***Palavras-chave:** Linguagem e trabalho. Trabalho prescrito e trabalho real. Saberes constituídos e saberes investidos.*

1 INTRODUÇÃO

A formação acadêmica nem sempre é uma conquista de todos. Muitos trabalhadores conquistam seu espaço no mercado de trabalho exercendo atividades que aprenderam e desenvolveram ao longo da vida. Muitas dessas profissões foram passadas de geração para geração, como uma herança, outras adquiridas na própria atividade laboral, pela necessidade de trabalhar para sobreviver. Nesse contexto, o sujeito é convocado a colocar em prática os conhecimentos adquiridos ao longo de sua trajetória, ou seja, saberes advindos de sua própria história, suas experiências de vida profissional ou pessoal. É um saber não formalizado, um saber singular, ligado ao potencial de agir de cada um. De acordo com a perspectiva ergológica, é um saber investido e/ou um saber da experiência.

Ainda que esses saberes investidos tragam uma bagagem significativa de conhecimento, uma outra forma de saber é o que de fato define a ação laboral. É o saber formalizado, ensinado nos livros, na academia, nas normas técnicas, organizacionais; é, segundo a Ergologia, um saber constituído e/ou um saber acadêmico. Esses saberes são indispensáveis, no entanto, não dão conta de explicar a situação real de trabalho, sendo necessário recorrer aos saberes investidos, construídos na ação laboral, na vida cotidiana. Na visão ergológica, um saber complementa o outro e, juntos, constituem a atividade de trabalho.

Diante dessas considerações, esta pesquisa situa-se na interface linguagem e trabalho e tem por objetivo investigar e compreender os saberes mobilizados pela atividade de trabalho com base nos dizeres sobre o fazer laboral manifestados pelo protagonista entrevistado. A fim de concretizar nosso objetivo, amparamo-nos nos pressupostos teóricos de Schwartz (2006, 2010a, 2010b, 2010c), Schwartz e Durrive (2010) e Trinquet (2010). A pesquisa caracteriza-se como exploratória, bibliográfica, com abordagem qualitativa. O *corpus* selecionado para análise é composto pelo depoimento manifestado por um profissional sem formação acadêmica, mas atuante no mercado de trabalho como marceneiro, profissão que aprendeu e herdou de seu pai.

A seguir, abordaremos, de modo sucinto, aspectos importantes relacionados aos saberes mobilizados no ambiente de trabalho pela perspectiva ergológica. Na sequência, apresentaremos a metodologia e a análise e, por fim, as considerações finais.

2 OS SABERES MOBILIZADOS NA ATIVIDADE

Nos encontros com si mesmo, com os outros e com o meio, os sujeitos desenvolvem, mobilizam, encontram e compartilham saberes e vivências coletivas e singulares. São saberes advindos de diferentes esferas, produzidos, inclusive, pelas experiências vividas ou ensinadas. Para melhor compreender os saberes mobilizados durante a atividade de trabalho, neste estudo, tomamos como base os preceitos teóricos da Ergologia desenvolvidos por Schwartz (2010a, 2010b, 2010c), Schwartz e Durrive (2010) e Trinquet (2010).

A Ergologia estuda o trabalho em sua complexidade, suas histórias, relações, conflitos, normas e renormalizações, seu debate de saberes e valores, enfim, o uso que o sujeito faz de si mesmo em atividade laboral. Essa perspectiva, vista como “[...] um projeto de melhor conhecer e, sobretudo, de melhor intervir sobre as situações de trabalho para transformá-las” (SCHWARTZ, 2010a, p. 37), toma como inspiração os estudos ergonômicos sobre a distância entre aquilo que é prescrito e aquilo que, de fato, se faz na atividade real de trabalho. De acordo com Schwartz e Durrive (2010), entre toda ação laboral, previamente à sua realização, seja por quem exerce a atividade, seja por quem a prescreve, e o exercício efetivo desse trabalho, há uma distância. Segundo esses autores, essa distância é sempre, em parte, ressingularizada, pois haverá a interferência do sujeito que trabalha, que faz a gestão dessa distância, conforme ele percebe e sente o mundo laboral que o cerca. Dessa maneira, a Ergologia amplia a análise ergonômica, “[...] interessando-se pelos saberes construídos e pelas competências desenvolvidas pelo homem enquanto ser produtor” (DURRIVE; JACQUES, 2010, p. 295).

Segundo Trinquet (2010, p. 100): “Para a Ergologia, em toda a atividade e, portanto, em toda a atividade de trabalho, coloca-se em prática um saber pessoal, para preencher e gerir a distância prescrito/real”. São, conforme os preceitos ergológicos, os saberes da experiência ou saberes investidos, os quais resultam da história individual de cada um, sempre singular, ou seja, adquiridos da própria experiência profissional e de outras experiências (social, familiar, cultural, esportiva etc.) que remetem a valores e à educação – em resumo, à própria personalidade de cada um. Trinquet (2010, p. 101) assevera que esse saber é “[...] adquirido em

todas as atividades e/ou experiências”, remetendo à “[...] especificidade da competência adquirida na experiência da gestão de toda a atividade de trabalho”.

Conforme conceitua Schwartz (2006, p. 458), são habilidades e competências desenvolvidas em suas vivências, são “[...] os saberes ‘engajados’ pelos trabalhadores no mundo do trabalho” e que “[...] se enraízam, que se ancoram, inclusive, no que chamamos ‘corpo-si’”. Trinquet (2010, p. 101) reitera essa premissa afirmando que esse saber está cravado “[...] no intelecto e/ou no corpo, no corpo-si, como diria Schwartz, quer dizer, ao mesmo tempo no corpo e na mente ou na alma”.

De acordo com Trinquet (2010), o saber investido é um verdadeiro saber e é complementar ao saber constituído, o qual se constrói no espaço científico, pelos conceitos aprendidos nos livros, na escola, nas normas, nos formulários, ou seja, fora de situações particulares e reais de atividade. Schwartz (2013, p. 19) sustenta que, em toda situação laboral, há “[...] uma dimensão estabelecida de ‘protocolo’”, a qual pode ser ensinada relativamente à distância, quase independentemente de sua condição real e singular de realização. São, conforme esse autor, “[...] saberes se traduzindo em sequências estabelecidas, procedimentos lógicos, técnicos, organizacionais, jurídicos... Protocolos se expressando em um conjunto de conceitos, com a ambição de generalidade que define todo o uso dos conceitos” (SCHWARTZ, 2013, p. 19).

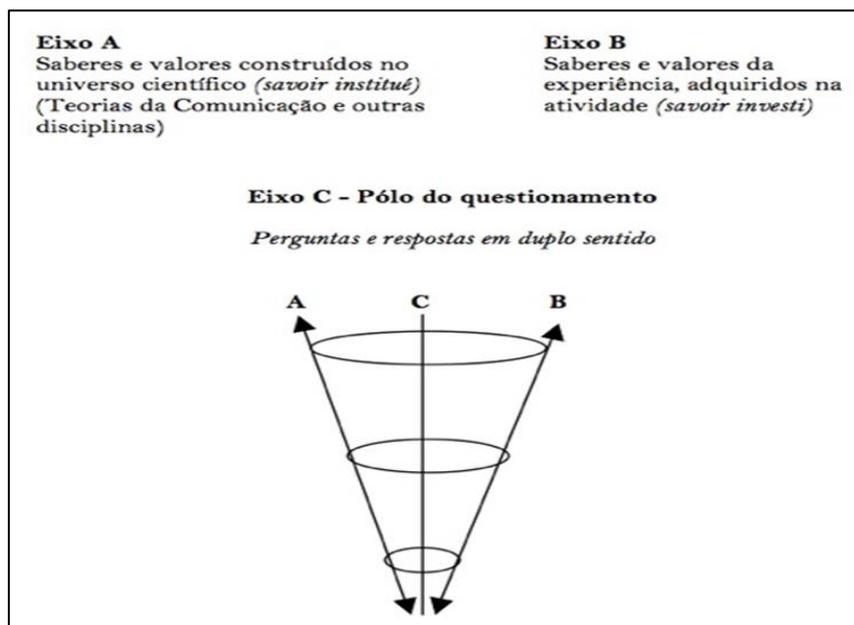
No entanto, por mais importante e primordial que seja, o saber constituído “[...] não é capaz de sozinho explicar o que acontece no trabalho tal como ele é exercido na situação real”, mas apenas “[...] é suficiente para explicar o trabalho tal como é prescrito, antes de sua realização” (TRINQUET, 2010, p. 100-101). Assim, “[...] a situação real é sempre diferente daquilo que foi antecipado pelo prescrito. Essas diferenças entre o que te é demandado e o que se passa na realidade devem ser geridas. E estas distâncias são irredutíveis: irredutíveis!” (DURAFFOURG, 2010, p. 68).

Dessa forma, para dar conta da atividade de trabalho, um saber complementar o outro e, juntos, eles constituem e realizam a atividade de trabalho. Dessa forma, “[...] os saberes produzidos

antecipam a atividade, e, ao mesmo tempo, a atividade antecipa saberes que ainda não foram produzidos, que deveriam ser produzidos” (SCHWARTZ, 2010c, p. 147).

Objetivando elucidar a interação entre os saberes que se constituem nos conhecimentos acadêmicos e na experiência do trabalho, Schwartz, Duc e Durrive (2010) propõem um Dispositivo Dinâmico de Três Polos (DD3P)⁴, ilustrado na Figura 1.

Figura 1 - O Dispositivo Dinâmico de Três Polos.



Fonte: Schwartz, Duc e Durrive (2010, p. 269).

Nesse esquema, é possível identificar o polo dos saberes constituídos e o polo dos saberes investidos. Conforme já expomos anteriormente, o primeiro se refere a todos os conceitos, às competências e aos conhecimentos disciplinares acadêmicos e/ou profissionais; ou seja, todos os saberes que são necessários, mas exteriores e anteriores à situação de trabalho, ou, ainda, saberes que estão em desaderência com a atividade. São, portanto, esses saberes que, essencialmente, permitem elaborar o trabalho prescrito.

Já o polo dos saberes investidos na atividade diz respeito “[...] à experiência prática e recriadora de saberes através dos debates de normas que, no instante em que são conhecidos, jamais podem ser apreciados e controlados pelos saberes constituídos” (TRINQUET, 2010, p. 103). Segundo Durrive e Schwartz (2008, p. 385), em *Glossário de Ergologia*, esses dois saberes (investidos

⁴ O Dispositivo Dinâmico de Três Polos (DD3P) “[...] é um dispositivo de trabalho cooperativo, de formação” (SCHWARTZ; DUC; DURRIVE, 2007, p. 266).

e constituídos) estão “[...] engajados numa situação singular, histórica, não padronizada, das situações de vida e de trabalho”.

O terceiro polo, portanto, será o lugar onde as normas antecedentes serão renormalizadas. Conforme Trinquet (2010, p. 103), “[...] é indispensável criar um lugar onde todos os interlocutores possam definir e elaborar as disposições e os meios para que a busca de soluções seja possível”. Sobre a noção de meio nos pressupostos de Canguilhem (1952, p. 191):

[...] o meio próprio do humano é o mundo da percepção, quer dizer, o campo da sua experiência pragmática onde suas ações, orientadas e regradas por valores imanentes a tendências, desconstroem objetos, situando-os uns em relação aos outros e todos em relação a si mesmo.

Esse polo, conforme Schwartz (2006, p. 226), “[...] é aquele que indica as condições humanas e sociais de funcionamento correto do trabalho entre os dois polos. Há duas maneiras de definir esse terceiro polo: o polo dos valores epistemológicos e éticos”. A primeira maneira para defini-lo é reconhecer o valor dos dois tipos de saberes, investidos e constituídos, que foram os polos um e dois, pois cada um desses tem valores operantes. A segunda maneira é perceber que o polo três é “[...] um mundo comum a ser construído” (SCHWARTZ, 2006, p. 226), ou seja, um novo saber produzido na troca, na discussão, na avaliação, na cooperação entre os saberes constituídos e os saberes investidos e que possibilita suprir o que Schwartz e Durrive (2010) denominam como “vazio de normas”.

Nesse sentido, os conceitos de normas e normas antecedentes se tornam importantes para compreender o funcionamento do DD3P e o pensamento ergológico. Conforme Souza-e-Silva (2014, p. 286), o uso das normas no ambiente laboral, ou mesmo em sociedade, torna-se necessário, já que:

É uma conquista de toda a sociedade humana, mas ela comporta também um risco, aquele de ser considerada como um fim em si, como um poder de antecipação absoluto, como uma tentativa de simplificar a atividade humana, ou seja, de prepará-la de tal forma pelos outros de modo que os trabalhadores, aqueles que teriam que executá-la, não teriam de pensar.

Diante disso, as normas regulam a atividade, mas não devem ter um fim em si mesmas, apesar dos discursos de muitos gestores que apelam para “apenas fazer o predeterminado”. Sendo assim, quando as situações de trabalho inesperadas acontecem, espera-se que o indivíduo utilize seu conjunto de valores, isto é, seus recursos pessoais, seus saberes investidos para solucionar a demanda que extrapolou as normas. Por isso, há sempre a tendência à renormalização – é um fato universal. Como afirma Schwartz (2011, p. 138-139), “[...] a necessidade de recriar normas,

de renormalizar [...] para a saúde de cada humano no trabalho, reforça a impossível estandardização do agir”.

As normas antecedentes “[...] enquadram, antecipam, predeterminam as atividades a serem realizadas e apresentam-se como uma combinação inextricável de conquistas e riscos, tanto facilitadoras como opressoras da vida social” (SCHWARTZ, 2011, p. 135-136). Então, elas são imprescindíveis à vida social e laboral, pois organizam as hierarquias, as funções e as atividades. Contudo, o ato de somente seguir as normas pode ser opressor, limitador da identidade individual e impossível de ser feito.

Então, os trabalhadores realizam suas atividades a partir de ordens e procedimentos dos quais não são autores, que são prescritos a eles, e a sua atividade seria a realização dessas tarefas. Porém não há uma relação direta entre essas duas dimensões, ou seja, existem muitas lacunas entre o que é prescrito e o real. Conforme Bavaresco e Freitas (2020, p. 121-122),

[...] essa dimensão invisível do trabalho envolve debates e escolhas e está sempre em reconstrução, pois, à medida que as decisões, mesmo que parcialmente antecipáveis, ‘escapam’ do previsto, nos obrigam a renormalizar e recriar algo novo.

Entender esse processo é importante para a realização das atividades e para a análise da distância entre as normas e as situações reais do trabalho. Em Ergonomia da Atividade, a distinção se estabelece entre o “prescrito” e o “real”. Na Ergologia, “[...] o princípio epistemológico central na produção de saber sobre a atividade humana reside na dialética entre a norma antecedente e a renormalização” (NOUROUDINE, 2011, p. 79).

Para compreender como ocorre a mobilização de saberes nas práticas profissionais dos sujeitos em situação real de trabalho, buscamos auxílio nos estudos destinados ao campo das linguagens. A linguagem, enquanto consequência da socialização entre as pessoas, torna-se substancial para a compreensão do trabalho como atividade humana. Conforme Faïta (2002, p. 46), “[...] o estudo das práticas languageiras constitui a via que dá acesso ao conhecimento de um plano secundário no qual se situa o verdadeiro objeto”.

Segundo Schwartz (SCHWARTZ; DURRIVE, 2010, p. 131), “[...] a ligação entre o dizer e o fazer é imemorial”. Souza-e-Silva (2002, p. 61), ao referenciar Boutet (1998), assevera que:

[...] na história da humanidade, a atividade de linguagem e a atividade de trabalho estão estreitamente ligadas, ambas transformam o meio social e permitem trocas e negociação entre os seres humanos.

Nesse sentido, ouvir o trabalhador sobre sua atividade, sobre os saberes mobilizados e produzidos na realização do trabalho torna-se fundamental e, para isso, é preciso considerar as práticas languageiras desse sujeito. Segundo Faïta (2002, p. 45):

A heterogeneidade das condutas dos atores, por muito tempo dissimuladas pelas práticas de gestão herdadas da racionalidade tayloriana, é hoje admitida, assim como a multiplicidade dos saberes implicados nas atividades laboriosas, cotidianas.

Nessa perspectiva, neste estudo, utilizamos a linguagem como forma de abordar e compreender os saberes mobilizados pelo sujeito trabalhador durante sua ação. Na sequência, apresentaremos os procedimentos metodológicos e a análise dos *corpora* selecionados.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS E ANÁLISE

Com base nos estudos sobre linguagem e trabalho, este estudo objetiva investigar e compreender os saberes mobilizados pela atividade de trabalho com base nos dizeres sobre o fazer laboral manifestados pelo protagonista entrevistado. Nesse sentido, buscamos suporte nos estudos ergológicos sobre os saberes mobilizados na atividade de trabalho, mais especificamente, nos pressupostos teóricos desenvolvidos por Schwartz (2010a, 2010b, 2010c, 2013), Schwartz e Durrive (2010) e Trinquet (2010).

A metodologia que norteia esta investigação caracteriza-se como exploratória, bibliográfica, com abordagem qualitativa. O *corpus* selecionado para análise é composto por um depoimento enviado via aplicativo WhatsApp por um profissional da área de marcenaria em relação à sua atividade de trabalho. A delimitação de espaço proposta por este estudo não nos permite explorar a completude do enunciado coletado, portanto, selecionamos dois recortes que consideramos mais pertinentes e produtivos para o objetivo da investigação.

O protagonista da pesquisa é um homem de 33 anos, não possui formação acadêmica e exerce a atividade de marceneiro. Aprendeu o ofício com o pai ainda criança, no entanto, quando jovem, decidiu buscar outras formas de trabalho, que tiveram como base os saberes da experiência. Após algum tempo, decidiu retomar os conhecimentos herdados de seu progenitor e usá-los em seu benefício, iniciando seu próprio empreendimento na área de marcenaria, fabricando móveis sob medida e atendendo à cidade onde mora e toda a região.

No depoimento fornecido pelo profissional, destacamos dois recortes: o recorte 1 foi selecionado com base na resposta sobre a sua atividade de trabalho, ou seja, qual era, como começou e a formação acadêmica. O recorte 2 refere-se ao questionamento sobre a relação com

os demais profissionais da área, como arquitetos, projetistas e as normas estabelecidas por eles. No Quadro 1, expomos os relatos selecionados.

Quadro 1 - Recortes do depoimento enviado pelo marceneiro.

Recorte 1: *Então sou marceneiro profissão herdada do meu pai tive contato com a profissão desde criança e fazem 3 anos que me propus a empreender nesse ramo e tenho muito orgulho em dizer que sou marceneiro.*

A base vem dos ensinamentos dele, mas as novidades e a forma de trabalho que hoje temos vem dos treinamentos. Mas hoje temos que estar sempre dispostos a buscar evoluir novidades.

Recorte 2: *Não resolvem normalmente trazem os problemas e ajustamos juntos de forma que possibilita a execução. Eles trazem os projetos e o papel aceita o que tu colocar né... e a gente encontra muita dificuldade em parede torta... medidas que não são seguidas de acordo com o projeto, parede que não sustenta.... eles fazem muito móvel suspenso e as paredes hoje em dia são praticamente de... não dá pra dizer que são de papel né... mas não tem a mesma resistência que teria uma parede dessas mais antigas ...então eles chegam e sugerem pra nós a forma de execução e a gente conversa, entra num acordo no que dá pra fazer.... tem uma distância bem grande do que eles projetam do que realmente tá lá na obra né... medidas e... essas coisas... então esse tipo de ajuste a gente faz na hora na obra tanto... junto com o arquiteto ou projetista enfim e o cliente também.*

Fonte: Dados da pesquisa (2022).

O saber investido, apontado por Schwartz e Durrive (2010) e Trinquet (2010), torna-se evidente no enunciado “*sou marceneiro profissão herdada do meu pai*”, no recorte 1. O seu dizer manifesta a origem de seus conhecimentos profissionais, os quais não foram adquiridos em uma formação acadêmica, mas, sim, pelos ensinamentos do pai, que já exercia a atividade de marceneiro. Esse tipo de ensino, em família, é repassado no momento da ação, em que a atividade do pai é compartilhada com o filho. Segundo Schwartz (2006), são habilidades e competências desenvolvidas no agir laboral e que se tornam parte do sujeito, se enraízam na mente e no corpo, isto é, no corpo-si, termo utilizado por esse autor. Ao executar a tarefa junto com o pai, olhando, ouvindo e aprendendo o manuseio do material, o corte, a montagem, forma de realização, o marceneiro adquiriu um saber pessoal, que desenvolveu e absorveu à sua maneira.

Mesmo tendo recebido esse conhecimento muito cedo, conforme afirma em “*desde criança*”, o protagonista do estudo não seguiu na atividade marceneira. Durante a entrevista, ele manifesta ter buscado outros trabalhos, outras formas de sustento, no entanto, um saber pessoal, repassado pelo progenitor, adquirido nas vivências da infância, na vida, um saber desenvolvido na sua história individual, um saber investido tornou-se a oportunidade de empreender e ter seu próprio negócio.

Embora manifeste que a base de seus conhecimentos são os ensinamentos transferidos de pai para filho, o profissional percebe que seus saberes investidos sozinhos não dão conta da

atividade de trabalho. A pressão pela inovação, vinda tanto da concorrência quanto de uma sociedade que busca novidades, praticidade, produtos inovadores, *designs* modernos, leva o indivíduo em busca de capacitação, de novas formas de trabalho, novas tecnologias, o que pode ser verificado em “*a forma de trabalho que hoje temos vem dos treinamentos*”. Assim, é preciso que ele recorra a outro tipo de saber, conforme asseveram Trinquet (2010) e Schwartz (2013), um saber constituído, formalizado nas normas técnicas, prescrito nos livros, manuais, instruções, que normatiza novas formas de realizar a atividade de trabalho.

Dessa forma, embora o profissional em estudo possua uma bagagem considerável de conhecimentos desenvolvidos na ação laboral, para atender às exigências do mercado, ele precisa buscar os saberes técnicos, os quais vão suprir aquilo que falta na sua prática, ou seja, o seu próprio vazio de normas, visto que esses saberes constituem as normas que determinam a atividade. As instruções sobre como cortar ou manusear determinado material, os manuais que indicam como utilizar ferramentas específicas, ou como montar uma máquina, os projetos desenvolvidos pelos arquitetos ou *designers* de interiores, entre outros profissionais que prescrevem medidas, formas e preferências do cliente, são saberes constituídos necessários para que o resultado final seja satisfatório para todos os envolvidos. As normas ensinadas pelo pai e/ou apreendidas ao longo de suas experiências profissionais não são mais suficientes, já não garantem um diferencial no mercado da marcenaria, pois as necessidades do mercado atual requerem inovação, novas tecnologias, materiais modernos e sustentáveis e é necessário estar preparado para competir com os demais profissionais da área.

Não obstante, ainda que se considere a importância desse patrimônio em determinar as maneiras de fazer, nem mesmo essa produção de conhecimento será suficiente para abarcar as invariabilidades da situação real de trabalho. Assim, na atividade laboral, haverá sempre a resignificação de um legado, resultando na produção de outros saberes, pois, mesmo que as prescrições sejam observadas, que os saberes constituídos sejam adquiridos, em situação real de trabalho, as adversidades não previstas precisam ser geridas e, para tanto, invocam-se os saberes do corpo-si, ou os saberes investidos, conforme preconizam Schwartz e Durrive (2010) e Trinquet (2010), gerando a renormalização de normas.

Essa afirmação torna-se evidente no enunciado “*trazem os problemas*” manifestado pelo profissional no recorte 2. O verbo “trazem”, na terceira pessoa do plural, refere-se aos detentores dos saberes constituídos, aqueles que prescrevem as normas a serem seguidas para a execução da atividade, no entanto, quando surgem obstáculos não previstos como “*parede*

torta... medidas que não são seguidas de acordo com o projeto, parede que não sustenta”, buscam na experiência do marceneiro, nos seus saberes investidos, a resolução desses impasses, o que pode ser confirmado em *“ajustamos juntos de forma que possibilita a execução”*. Assim, o grau de importância de um saber não é superior ao outro, pois é preciso reconhecer que tanto um saber quanto o outro não dão conta de explicar a realidade em sua completude, mas que, em cooperação, podem conduzir a novas possibilidades, mesmo que provisórias. Conforme Trinquet (2010), um saber complementa o outro e, juntos, efetivam a atividade.

A distância entre o prescrito e o real, apontada pelos estudos ergológicos, é notável nos dizeres *“Eles trazem os projetos e o papel aceita o que tu colocar né”*, isto é, as normas são escritas, são pensadas e postas no papel, mas, ao colocá-las em prática, adversidades não previstas como *“parede torta”* ou *“que não sustenta”* exigem outras normas as quais são construídas no diálogo entre os saberes, no momento da ação laboral, no aqui e agora, conforme o profissional destaca em *“esse tipo de ajuste a gente faz na hora”*. Essa é a dinâmica do Dispositivo de Três Polos apresentado pela perspectiva ergológica, a renormalização das normas antecedentes ocorre na interação entre os saberes investidos e os saberes instituídos, ou seja, o terceiro polo surge na relação que se estabelece entre os dois primeiros de maneira cooperativa dentro do espaço de trabalho.

Na materialidade linguística, *“tem uma distância bem grande do que eles projetam do que realmente tá lá na obra, medidas e... essas coisas...”*, a distância entre o prescrito e o real torna-se ainda mais evidente. O próprio profissional utiliza a palavra *“distância”* para se referir àquilo que não é previsto nos projetos, ou seja, existe um espaço entre as normas que ditam como deve ser e o que realmente é possível ser realizado no momento da ação. Todavia, no caso em estudo, o profissional manifesta que os sujeitos que prescrevem as normas assumem essa lacuna e buscam unir seus conhecimentos aos saberes particulares dos reais executores da tarefa a ser cumprida, como podemos inferir em *“então eles chegam e sugerem pra nós a forma de execução e a gente conversa, entra num acordo no que dá pra fazer”*. Dessa forma, a gestão dessa defasagem é feita na atividade, na interação entre os saberes, entre as normas antecedentes e a história pessoal de cada indivíduo, suas experiências de trabalho.

Duraffourg (2010) aponta que trabalhar significa seguir um conjunto de normas, de objetivos, de procedimentos, de regras relacionadas aos resultados esperados e à maneira de alcançá-los. Contudo, quando as tarefas não podem ser desenvolvidas, é da natureza do indivíduo que executa as ações buscar, no momento da ação, preencher e gerir a distância entre o prescrito e

o real, pois a situação real é sempre diferente daquilo que foi antecipado e essa realidade deve ser gerida.

Neste estudo, a distância entre o prescrito e o real é evidenciada, visto que, em alguns momentos, as normas são escritas, são pensadas e postas no papel; contudo, na prática, o vazio de normas exige a renormalização construída no diálogo entre os saberes, no momento da atividade, no aqui e agora. Assim, os valores e a experiência do sujeito que trabalha interferem na execução das tarefas e as reformulam cada vez que entram em cena os saberes instituídos do trabalhador para gerir a distância entre o prescrito e o real do trabalho.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta investigação situou-se na interface linguagem e trabalho e teve por objetivo investigar e compreender os saberes mobilizados pela atividade de trabalho com base nos dizeres sobre o fazer laboral manifestados pelo protagonista entrevistado. A fim de concretizar nosso objetivo, amparamo-nos nos pressupostos teóricos de Schwartz (2010a, 2010b, 2010c), Schwartz e Durrive (2010) e Trinquet (2010).

A partir das análises realizadas, foi possível identificar que, para o protagonista do estudo, os conhecimentos herdados do pai lhe permitiram empreender no ramo de marcenaria, no entanto, esses saberes não foram suficientes para atender à demanda atual e garantir uma posição no mercado. Foi preciso buscar novos saberes, os saberes produzidos no universo científico, os quais possibilitam maneiras inovadoras de realizar a atividade. No entanto, o profissional manifesta, em sua fala, que os sujeitos que detêm esses novos saberes encontram, na atividade real de trabalho, adversidades não previstas e precisam, da mesma forma, buscar, na sua experiência como marceneiro, auxílio para gerir a situação.

Assim, a atividade real de trabalho torna-se espaço de efervescência, de encontro e mobilização de saberes, em que os saberes constituídos e os saberes investidos interagem, ressignificando e renormalizando normas antecedentes, com a conseqüente produção de novos saberes. Embora existam inúmeros espaços de aprendizagem, a atividade laboral assume uma posição central no que se refere ao encontro, produção e mobilização de saberes.

Agradecimentos

Ao professor doutor da UPF Ernani César Freitas, pelas oportunidades a nós oferecidas e pelo incentivo e cobrança da necessidade de se produzir ciência, ao profissional envolvido no estudo

por fornecer o depoimento que tornou essa investigação possível, à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) pela concessão da bolsa de doutorado e, por fim, ao Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade de Passo Fundo pelo incentivo à pesquisa.

REFERÊNCIAS

- BAVARESCO, Neuzer; FREITAS, Ernani Cesar de. Ela, empregada doméstica: a linguagem no trabalho invisível. **Humanidades e Inovação**, Palmas, v. 7, n. 24, p. 118-133, jan./abr. 2020.
- CANGUILHEM, Georges. Le vivant et son milieu. *In*: CANGUILHEM, Georges. **Connaissance de la vie**. Paris: Librairie Hachette, 1952. p. 160-193.
- DURAFFOURG, Jacques. O trabalho e o ponto de vista da atividade. *In*: SCHWARTZ, Yves; DURRIVE, Louis. **Trabalho & Ergologia: conversas sobre a atividade humana**. 2. ed. Niterói: Ed. UFF, 2010. p. 131-148.
- DURRIVE, Louis; SCHWARTZ, Yves. Glossário da Ergologia. **Laboreal**, v. 4, n. 1, p. 384-385, 2008.
- DURRIVE, Louis; JACQUES, Anne Marie. O formador ergológico ou “Ergoformador”: uma introdução à ergoformação. *In*: SCHWARTZ, Yves.; DURRIVE, Louis (org.). **Trabalho & Ergologia: conversas sobre a atividade humana**. 2. ed. Niterói: Ed. UFF, 2010. p. 295-307.
- FAÏTA, Daniel. Análise das práticas languageiras e situações de trabalho: uma renovação metodológica imposta pelo objeto. *In*: SOUZA-E-SILVA, M. Cecília Pérez; FAÏTA, Daniel (org.). **Linguagem e trabalho: construção de objetos de análise no Brasil e na França**. São Paulo: Cortez, 2002. p. 45-60.
- NOUROUDINE, Abdallah. Como conhecer o trabalho quando o trabalho não é mais o trabalho? **Trabalho, Educação e Saúde**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 1, p. 69-83, 2011.
- SCHWARTZ, Yves. A linguagem em trabalho. *In*: SCHWARTZ, Yves; DURRIVE, Louis. (org.). **Trabalho & Ergologia: conversas sobre a atividade humana**. 2. ed. Niterói: Ed. UFF, 2010c. p. 131-148.
- SCHWARTZ, Yves. Conceituando o trabalho, o visível e o invisível. **Trabalho, Educação e Saúde**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 1, p. 19-45, 2011.
- SCHWARTZ, Yves. Concepções da formação profissional e dupla antecipação. **Trabalho & Educação**, Belo Horizonte, v. 22, n. 3, p. 17-33, set./dez. 2013.
- SCHWARTZ, Yves. Entrevista: Yves Schwartz. **Trabalho, Educação e Saúde**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 2, p. 457-466, 2006.

SCHWARTZ, Yves. Trabalho e Ergologia. *In*: SCHWARTZ, Yves; DURRIVE, Louis. (org.). **Trabalho & Ergologia**: conversas sobre a atividade humana. 2. ed. Niterói: Ed. UFF, 2010a. p. 25-46.

SCHWARTZ, Yves. Trabalho e uso de si. *In*: SCHWARTZ, Yves; DURRIVE, Louis. (org.). **Trabalho & Ergologia**: conversas sobre a atividade humana. 2. ed. Niterói: Ed. UFF, 2010b. p. 187-204.

SCHWARTZ, Yves; DUC, Marcelle; DURRIVE, Louis. O homem, o mercado e a cidade. *In*: SCHWARTZ, Yves; DURRIVE, Louis (org.). **Trabalho & Ergologia**: conversas sobre a atividade humana. 2.ed. Niterói: Ed. UFF, 2010. p. 247-273.

SCHWARTZ, Yves; DURRIVE, Louis. (org.). **Trabalho & Ergologia**: conversas sobre a atividade humana. 2. ed. Niterói: Ed. UFF, 2010.

SOUZA-E-SILVA, M. Cecília Pérez. A dimensão linguageira em situações de trabalho. *In*: SOUZA-E-SILVA, M. Cecília Pérez; FAÍTA, Daniel (org.). **Linguagem e trabalho**: construção de objetos de análise no Brasil e na França. São Paulo: Cortez, 2002. p. 61-76.

SOUZA-E-SILVA, M. Cecília Pérez. A interface estudos discursivos e estudos ergológicos. **Letras de Hoje**, Porto Alegre, v. 49, n. 3, p. 282-289, jul./set. 2014.

TRINQUET, P. Trabalho e Educação: o método ergológico. **Revista HISTEDBR**, Campinas, SP, v. 10, n. esp., p. 93-113, ago. 2010.

WORK ACTIVITY AS A SPACE FOR MOBILIZATION, PRODUCTION AND MEETING OF KNOWLEDGE

Abstract: *Based on studies on language and work, more specifically, on the theoretical precepts of Ergology, our research aims to investigate and understand the knowledge mobilized by the work activity based on the sayings about working expressed by the protagonist interviewed. In order to achieve our objective, we rely on theoretical approaches by Schwartz (2006, 2010a, 2010b, 2010c, 2013), Schwartz and Durrive (2010) and Trinquet (2010). Our research is exploratory and bibliographic, with a qualitative approach. The corpus selected for analysis is the testimony of a professional joiner, a profession he learned and inherited from his father. The analysis' results allow us to verify that, in the real activity of work, the constituted knowledge and the invested knowledge interact with the previous significant norms, resulting in the production of new knowledge. Although there is no space for learning, the work activity assumes a central position that refers to the meeting, production, and mobilization of knowledge.*

Keywords: *Language and work. Prescribed work and actual work. Constituted knowledge and invested knowledge*

GESTÃO INTEGRADA DE VARA JUDICIÁRIA EM SISTEMA HÍBRIDO DE TRABALHO: CONTRIBUIÇÕES DA ERGONOMIA E DA CLÍNICA DA ATIVIDADE

doi: 10.47930/1980-685X.2022.0104

FONSECA, Fernanda Freire¹ – feffonseca@gmail.com
Tribunal Regional do Trabalho – Secretaria de Saúde – Seção de Saúde Ocupacional
Rua Dores do Indaiá, 124/301. Santa Tereza
31010-360 – Belo Horizonte – MG – Brasil

Resumo: *O isolamento social imposto pela pandemia de COVID-19 exigiu mudanças estruturais e instrumentais nos diversos âmbitos de trabalho. Os tribunais judiciais mantiveram suas atuações de forma contínua, lastreados pelas possibilidades trazidas pelas novas tecnologias de informação e comunicação. Dentre os atores dessas instituições, os gestores de vara judiciária tiveram grande desafio de ajustar sua função de gestão ao sistema híbrido de trabalho. A partir da Análise Ergonômica do Trabalho e da autoconfrontação, o serviço de saúde ocupacional de um tribunal foi capaz de conhecer as tarefas executadas, os riscos atribuídos a elas e as estratégias desenvolvidas pelos secretários de vara. Incluem-se entre as tarefas observadas dos secretários: aspectos administrativos e gestionários, atividades jurídicas processuais e comunicação e atendimento da unidade aos públicos interno e externo. A multiplicidade de tarefas dessa função foi evidenciada como gerador de custos pessoais, modulado pelas escolhas e estratégias assumidas por cada trabalhador. Percebemos que as formas de uso das diversas ferramentas de comunicação pode ser a chave para um melhor gerenciamento do tempo e das demandas apresentadas no cotidiano desses trabalhadores.*

Palavras-chave: *Teletrabalho. Gestão integrada. Multitarefas. Ferramentas de informação e comunicação.*

¹ Fisioterapeuta graduada pela Universidade Federal de Minas Gerais. Mestre em Saúde Coletiva pela Fiocruz Minas – Instituto René Rachou

1 INTRODUÇÃO

As instituições da Administração Pública passaram por significativas mudanças nas últimas décadas, decorrentes especialmente do contínuo desenvolvimento e incorporação de Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) aos processos de trabalho. No âmbito do Poder Judiciário, ao longo dos últimos anos, a expansão e a consolidação dos Processos Eletrônicos, bem como a crescente informatização e desenvolvimento de sistemas, têm impactado nas rotinas de trabalho dos Tribunais brasileiros, inserindo-os, de forma definitiva, na era digital.

Essa ampla adesão aos processos eletrônicos permitiu o estímulo às novas formas de organização da força de trabalho, sendo o teletrabalho um dos principais exemplos, possibilitando que os servidores atuem à distância, por intermédio das TICs. Esse novo regime de trabalho trouxe uma série de vantagens e também de desafios que merecem atenção por parte das organizações, especialmente no que concerne à adequação do perfil dos indivíduos ao teletrabalho, assim como às mudanças na cultura organizacional e nas estratégias de liderança para o gerenciamento de equipes mistas (regime presencial e a distância).

O cenário mundial desenhado pela pandemia do COVID-19 revelou-se como marco em muitos aspectos e, na prestação dos serviços públicos no âmbito do Poder Judiciário, não foi diferente. Milhares de servidores inseridos em regime de home office, ao mesmo tempo, sem planejamento e diante de um contexto de inúmeras incertezas, impuseram às organizações um olhar ainda mais atento à temática do teletrabalho e seus desdobramentos.

O caso dos gestores é ainda mais emblemático. Segundo pesquisa do grupo E-Trabalho da UNB, sobre a Gestão do Trabalho Remoto Compulsório na Administração Pública, realizado em 2020, 62% dos respondentes tinham experiência inexistente de gestão do trabalho remoto antes do enfrentamento à pandemia. A pesquisa ainda apontou que 53% responderam não ter recebido orientações da alta administração sobre gestão da equipe durante o enfrentamento à pandemia (ABBAD, 2020).

Diante disso, a Seção de Saúde Ocupacional de um Tribunal Federal desenvolveu o presente estudo com objetivo de identificar os riscos ocupacionais presentes na atividade de gestão integrada de varas judiciárias, exercida pelos secretários de vara. A partir da Análise Ergonômica do Trabalho e da Autoconfrontação Simples e Cruzada pretendeu-se ampliar os

conhecimentos e mapear as principais vulnerabilidades, oportunidades e desafios vivenciados por esses trabalhadores.

2 APORTE TEÓRICO DA PESQUISA

2.1 A Ergonomia da Atividade

A Análise Ergonômica do Trabalho (AET) utilizada no presente trabalho vem da ergonomia francófônica (ou francesa), conforme descrita por Guérin *et al.* (2001). O objetivo dessa abordagem é a análise minuciosa do comportamento dos indivíduos em situação de trabalho com vistas a identificar e eliminar potenciais danos à saúde dos trabalhadores, bem como encontrar possibilidades de valorização de suas capacidades (LIMA, 2000; GUÉRIN *et al.*, 2001).

A rigor, uma análise do trabalho é uma análise do sistema composto pela atividade, as condições reais e os resultados efetivos dessa atividade. A Análise Ergonômica do Trabalho (AET) nos obriga a se fazer ensinar pelos servidores para compreender os problemas que eles nos colocam, uma vez que o objeto real de análise são as estratégias usadas pelos trabalhadores para realizar sua tarefa.

Segundo Hubault (2004), a ergonomia nasceu do questionamento fundamental que nos obriga a distinguir o que se solicita ao homem (trabalho prescrito) e o que isso, para ser realizado, solicita a ele (trabalho real). É no espaço entre o trabalho prescrito (tarefa), definido antecipadamente pela organização, e o trabalho efetivamente realizado, situado histórico e socialmente, que se inscreve a realidade da atividade humana nos meios profissionais (MENDES, 2014).

Neste conflito - central para a ergonomia - entre o trabalho prescrito e o trabalho real se inscrevem múltiplas variabilidades relativas ao processo de trabalho e que não podem ser previamente antecipadas. Dessa forma, trabalhar é gerir permanentemente a variabilidade (GUÉRIN, 2001). É gerenciar situações indeterminadas quanto ao seu possível fim em termos de confiabilidade, qualidade, saúde e segurança (DURAFFOURG, 1998).

O desenvolvimento de uma ação ergonômica será sempre situado no tempo e no espaço, considerando que cada situação de trabalho tem suas características singulares e, assim, a contribuição da ergonomia está precisamente em reincorporar os sujeitos do trabalho nas suas análises.

De acordo com Mendes:

A análise da atividade pode ser feita, portanto, a partir da observação e apreensão de comportamentos (gestos, posturas, deslocamentos), de verbalizações ligadas diretamente à realização do trabalho ou que se fazem durante a realização do mesmo (reveladoras de situações conflituosas, de stress e de risco) (MENDES, 2014, p. 49).

Diante da complexidade da atividade de trabalho, fica evidente a necessidade de avançar na multiplicidade de metodologias e abordagens, dialogando com disciplinas correlatas. Dentre as várias metodologias exploradas pela Clínica da Atividade, uma mereceu atenção especial desses pesquisadores: a autoconfrontação. Tal proposta metodológica associa concepções de linguagem a fatos ergonômicos e analisa a descrição que o trabalhador faz de sua atividade (CLOT *et al.*, 2001).

2.2 A autoconfrontação simples e cruzada

Na busca pela aproximação da situação concreta de trabalho, os métodos de autoconfrontação se mostram ferramentas úteis na compreensão da complexidade do trabalho real. Diante da aceitação de que a atividade não está reduzida ao que é manifesto, mas envolve dimensões não facilmente apreensíveis (como saberes e valores), faz-se necessária uma atividade de diálogo sobre o trabalho, uma atividade sobre a atividade (CLOT, 2011; ALVES, CUNHA, 2009).

Baseada na teoria da atividade dialógica de Bakhtin e no pensamento sobre o desenvolvimento de Vygotsky, a autoconfrontação é um procedimento metodológico criado por Faïta (1997) e se assenta na perspectiva teórica segundo a qual a experiência vivida torna-se um meio de viver outra experiência (CLOT *et al.*, 2001). O método se traduz em um esforço de “estabelecer a relação entre as características observáveis e dedutíveis da atividade verbal e as demais dimensões da atividade em geral” (FAÏTA, 2002, P. 49).

Resumidamente, tal metodologia consiste de cinco etapas: a) filmagem de situações de trabalho, previamente selecionadas; b) autoconfrontação simples, na qual o trabalhador comenta com o pesquisador as próprias ações realizadas; c) autoconfrontação cruzada, quando o trabalhador comenta com o pesquisador e com outro colega as ações realizadas por este; d) o retorno ao meio de trabalho, com produção de um resultado das fases anteriores que busque responder a questão que motiva o estudo; e) as diferentes apropriações do objeto pela equipe de pesquisa, a partir das suas implicações conceituais, metodológicas e epistemológicas (FAÏTA, VIEIRA, 2003; ALVES, CUNHA, 2009).

Vieira (2004) propõe a possibilidade da incorporação dos princípios da autoconfrontação em diferentes níveis de produção, ampliando assim os recursos para apreensão dos sentidos na atividade:

Apostamos na possibilidade de desenhos metodológicos variados e criativos (cada pesquisa e cada situação articulam recursos diferentemente) que façam dialogar materiais diversificados (dados de observação, entrevistas, prescritos, registros orais de atividades, entre outros), porque estamos convencidos de que não é a sofisticação tecnológica do dispositivo que garante o efeito transformador da atividade, mas uma capacidade de escuta dialógica do pesquisador ao coletivo, nos diferentes planos enunciativos discursivos que a própria atividade permite (VIEIRA, 2004, p. 232).

Utilizar a autoconfrontação para compreender a atividade de trabalho implica compreender a atividade no seu entorno não-evidente, aproximando-nos da situação real de trabalho, mesmo que essa não seja jamais totalmente apreendida.

2.3 A gestão integrada de vara judiciária

A vara judiciária é o local ou repartição que corresponde à lotação de um(a) juiz(a), onde o(a) magistrado(a) efetua suas atividades. Essa unidade organizacional é composta então por um(a) juiz(a) titular, seus assistentes diretos, servidores da secretaria da vara e o(a) secretário(a), que realiza a gestão das atividades jurídicas e administrativas.

A Secretaria da Vara é responsável pela guarda dos processos em trâmite, desde o cadastramento até a extinção do mesmo, assim também é responsável pelo cumprimento e efetivação dos atos judiciais, viabilizando as respectivas diligências.

Na ocasião de criação de varas, o(a) secretário(a) da vara é designado(a), interinamente, pelo presidente do Tribunal, cabendo ao juiz(a) titular a indicação definitiva (TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO, 2020).

Entre as principais atribuições dos(as) secretários(as) de vara estão (TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO):

- Coordenar, comandar e supervisionar as ações necessárias à consecução dos objetivos da Secretaria, em sintonia com os objetivos e as normas e de acordo com as orientações do(a) juiz(a) titular da vara;
- Despachar regulamente com o(a) juiz(a), mantendo-o(a) informado(a) dos serviços da Secretaria;
- Assessorar os(as) juízes(as) da vara nos assuntos de sua alçada;
- Examinar e aprovar os programas de trabalho das unidades que compõem a Secretaria;

- Assinar a correspondência judicial e administrativa da Secretaria, no limite de suas competências;
- Elaborar e propor a aprovação de Plano de Trabalho para orientar as ações da Secretaria;
- Interagir na estrutura organizacional dentro do Tribunal correspondente;
- Responder pelas ocorrências da Secretaria;
- Expedir atos de instruções e determinações sobre assuntos de sua área de trabalho, observando-se as disposições legais, normas vigentes e limite de competência;
- Cumprir e fazer cumprir as Resoluções, Provimentos, Normas, Regulamentos e Instruções em vigor; etc.

Diante da propagação da Covid-19 e as medidas de contenção da pandemia, exigiram-se adaptações como a intensa ampliação do uso das ferramentas de videoconferência, de gerenciamento compartilhado de documentos e das redes sociais corporativas, no intuito de viabilizar a continuidade do trabalho em diversas organizações.

O Supremo Tribunal Federal destacou o desafio de promover a integração entre o trabalho exercido de forma presencial ou remota, considerando o surgimento de um novo modelo de gestão integrada no trabalho entre membros de equipes mistas. O gestor da equipe e seus membros tiveram que adotar determinados procedimentos cotidianos, com o uso de ferramentas tecnológicas e entregas regulares, para demonstrar e garantir que o trabalho realizado não seria distinto daquele realizado presencialmente (SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, 2020).

Nesse contexto, novos desafios e, conseqüentemente, novos riscos à saúde dos gestores, tornaram-se presentes na atividade e demandaram meios para ampliar os limites atuais da compreensão e da prevenção de acidentes e de doenças ocupacionais.

3 PERCURSO DA PESQUISA E OS SUJEITOS

Esta pesquisa compõe o rol de atividades da Seção de Saúde Ocupacional do órgão analisado, como forma de prevenir agravos à saúde de magistrados e servidores e de promover a saúde e segurança no trabalho em um Tribunal Federal.

Diante das mudanças impostas pela nova modalidade de trabalho emergente, o teletrabalho, e o sistema híbrido de gestão, já explicitados aqui, a equipe interdisciplinar que compõe a dita

unidade propôs avaliar, identificar, tratar e monitorar os riscos ocupacionais provenientes das novas formas de trabalho.

Ao considerar as unidades jurisdicionais de 1º grau (Varas) como aquelas onde se encontram a maior parte do seu público interno, bem como, a maior parte das tarefas vinculadas à atividade-fim do egrégio Tribunal, iniciou-se o trabalho de gestão dos riscos ocupacionais pelas tarefas e funções dessas localidades, mais especificamente a atividade de gestão integrada, executada pelos secretários de vara. Essa escolha baseou-se nos critérios estabelecidos pelo método da AET (GUÉRIN, 2005) de gravidade quanto ao potencial de risco, centralidade da função para o desempenho global da unidade, e a acessibilidade quanto às condições para a análise.

De acordo com a disponibilidade e interesse em participar do estudo, foram selecionados dois secretários de varas distintas, com larga experiência em gestão e que compõem uma Comissão de Secretários existente na instituição. A fim de preservar o anonimato, os sujeitos da pesquisa serão nomeados secretário A e secretário B. Ambos foram convidados para uma primeira reunião com a equipe de pesquisadores a fim de esclarecer dados gerais de suas atividades, bem como o melhor formato para realização das AETs e das sessões de autoconfrontação. Foram explicados os objetivos e procedimentos do estudo, além de esclarecida a garantia do anonimato e livre participação.

O secretário A foi submetido à Análise Ergonômica do Trabalho de forma presencial, quando trabalhando em sua unidade, e de forma remota, quando trabalhando em seu domicílio, em dias distintos. Suas atividades da rotina habitual de trabalho foram observadas de forma sistemática e registradas em formulário específico, desenvolvido para o presente trabalho.

Em seguida, participou de encontro para validação da lista de tarefas e operações registradas pela equipe e para a autoconfrontação simples, onde foi confrontado com a descrição detalhada de duas “cenas” observadas e selecionadas previamente. O objetivo principal foi a produção, pelo secretário observado, de um discurso referente às atividades observadas, a partir da abertura de um espaço para discurso explicativo, narrativo e de respostas aos questionamentos dos observadores. Essa reunião foi realizada de forma remota, em plataforma de videoconferência e registrada em vídeo mediante autorização do participante.

A esse primeiro nível de autoconfrontação sucedeu uma fase na qual as atividades selecionadas e descritas foram expostas ao olhar do par, que possui o mesmo cargo e função,

o secretário B. Essa fase integrou dois níveis de referências: as atividades selecionadas e descritas pelos observadores e o contexto discursivo criado pela autoconfrontação simples. Buscava-se, nesse momento, que o que não havia sido formulado ou sistematizado pudesse ser revelado, sendo uma oportunidade para que os indivíduos se aprofundassem naquelas dimensões de sua atividade que permanecessem ocultas. Esse encontro também foi realizado de forma remota, em plataforma de videoconferência, e registrado em vídeo com consentimento dos participantes.

Buscamos, essencialmente, proporcionar aos participantes serem parceiros na sistematização de um saber acerca do seu próprio trabalho. A premissa na qual acreditamos é que é possível melhorar aquilo que se compreende bem.

3.1 Metodologia

Trata-se de um método qualitativo-descritivo, com metodologia e ferramentas de análise adequadas para identificar os principais fatores técnicos e organizacionais que inferem sobre o campo de possibilidades da gestão de vara judiciária, no seu aspecto híbrido de atuação em sistema presencial e remoto de trabalho.

O objetivo principal foi compreender as atividades de trabalho dos secretários de vara, revelando as dificuldades encontradas e as estratégias construídas para realizar a gestão de pessoas e de processos de trabalho vinculados aos propósitos da atuação judiciária em 1ª instância. Além disso, pretendemos gerar, em conjunto com os trabalhadores, proposições para adequações preventivas no modo de trabalho híbrido.

Análise Ergonômica do Trabalho

Adotamos o pressuposto da AET de que a observação sistemática permite desvendar em que consiste uma atividade de trabalho, devendo esta análise, conforme cita Wisner (1994) “ser vinculada, não ao que os trabalhadores supostamente fazem, e sim ao que eles realmente fazem para responderem às exigências do sistema”, aproximando-se, mas nunca integralmente, das situações reais de trabalho.

Diante da especificidade da AET conforme descrita por Guérin *et al.* (2005), de não ser uma abordagem baseada na simples aplicação de ferramentas pré-construídas, a equipe de pesquisa elaborou um formulário próprio para registro das observações, com base nas experiências e conhecimento vivenciado pela equipe de profissionais responsável pelo estudo.

O formulário foi composto por:

- Descrição geral da atividade;
- Principais aspectos de dificuldades referidos pelos trabalhadores envolvidos na atividade;
- Quadro de Classificação das Atividades Quanto ao Risco Ergonômico (COUTO, 2010);
- Check-list para Avaliação das Condições Ergonômicas em Postos de Trabalho Informatizados (COUTO, 2014);
- Tabela de Riscos Ergonômicos Biomecânicos do e-Social; e
- Tabela de Riscos Ergonômicos em Mobiliário e Equipamentos do e-Social.

O procedimento consistiu em observação das atividades em situação real de trabalho e coleta de verbalizações (simultâneas e consecutivas), considerando a rotina habitual de tarefas e esclarecendo ao observado que não há jeito certo de fazer o trabalho. As intervenções e interrupções foram reduzidas ao mínimo necessário, resumindo-se àquelas necessárias para melhor compreensão das atividades realizadas.

Durante a AET realizada de forma remota, por meio de reunião em plataforma de videoconferência, o servidor foi orientado a compartilhar a tela de trabalho e a descrever verbalmente quando mudasse de tela.

Após a descrição das atividades, a partir das ações técnicas acompanhadas, foram descritas as exigências ergonômicas observadas e as partes do corpo envolvidas. Na sequência, foram somadas as pontuações referentes às condições ergonômicas dos postos de trabalho e riscos biomecânicos, possibilitando a interpretação dos dados como análise preliminar para definição dos aprofundamentos seguintes.

Autoconfrontação

Diante da complexidade da atividade de trabalho, com seus compromissos silenciosamente definidos pelos operadores e suas tarefas a cumprir – com seus valores e escolhas – a autoconfrontação se apresenta como desvelador do que se faz na situação concreta, contraposto ao que se pensa que se faz na mesma situação.

Apoiamo-nos na afirmação de Vieira (2004) de que “utilizar a autoconfrontação para compreender a atividade de trabalho implica compreendê-la também no seu entorno não-evidente”, sendo um apoio aos desdobramentos da ergonomia (VIEIRA, 2004, p.215).

Mas o interesse não é a atividade de trabalho por si só. Compreendê-la só se justifica se permitir a transformação do trabalho, sendo essa transformação também fruto de um constante re-olhar, re-pensar, re-elaborar. “Enquanto busca evitar uma compreensão incompleta da sua atividade por seus interlocutores, o sujeito olha para essa atividade com outro olhar, sob uma outra perspectiva, redescobrimo-a” (ALVES, CUNHA, 2009, p.11).

Optamos por realizar as sessões de autoconfrontação a partir de registros de observação da atividade, transcrições de entrevistas e de relatos que retratam as prescrições do trabalho, uma vez que a filmagem foi impossibilitada dada à natureza das atividades dos participantes, de atendimento ao público externo.

A partir do registro da observação e relatos associados, os pesquisadores selecionaram duas “cenas” significativas para autoconfrontação, considerando sua frequência de ocorrência e potencial de risco ergonômico à saúde dos secretários. As cenas foram lidas, em sua descrição, inicialmente ao secretário A e, num segundo encontro ao secretário B, na presença do secretário A. Os encontros foram realizados de forma remota, em plataforma de videoconferência e registrados em vídeo com consentimento dos participantes. Os resultados foram analisados e discutidos pela equipe de pesquisadores e serão apresentados a seguir.

3 ANÁLISE DO CRUZAMENTO DE MÉTODOS

O método da AET, de observação sistemática da execução laboral, foi aplicado em dois momentos distintos com o secretário A, de forma presencial e de forma remota, somando cerca de seis horas de observação.

De posse da descrição geral da atividade de trabalho e dos principais aspectos de dificuldade referidos, acompanhamos a execução da rotina habitual de trabalho do secretário e registramos as tarefas observadas, considerando as exigências ergonômicas associadas.

A lista de tarefas executadas variou pouco entre o trabalho presencial e remoto, exceto pelas atividades executadas essencialmente de forma presencial, devido à necessidade de interação em tempo real com outros colaboradores. O trabalho observado do secretário consistiu nas diversas tarefas elencadas e descritas a seguir:

- **Whatsapp:** Servidores da vara tiram dúvidas; estagiário comunica estar em consulta médica; Apoio Judiciário (mensagem em áudio); grupo de secretários de vara; servidor comunica marcação de férias. Atende também assistente de juiz (solicita consulta a documentos de processos); estagiária do superforo (por fazer parte da comissão de secretários); secretária de audiências e magistrada da VT.

Digita e lê mensagens de texto; ouve e grava mensagens de voz. Relata algumas vezes responder mensagens de pé ou caminhando pela casa. Consulta *whatsapp* entre outras tarefas, enquanto alguns sistemas “carregam”.

Apesar de considerarmos o aplicativo como uma ferramenta de trabalho, incluímo-no na lista de tarefas pois seu uso e demanda de resposta são constantes e obrigatórios para a execução da função, especialmente no modelo híbrido de trabalho.

- **E-mail:** Considerado tarefa urgente, responsabilidade do secretário e dos estagiários. Mantém *login* da unidade e consulta a cada hora. Recebe principalmente: avisos de mandados de segurança (mais urgentes); respostas de ofícios e comprovantes de depósitos.
- **SIGEP (Sistema Integrado de Gestão de Pessoas) online:** Confere marcação de férias comunicada pelo servidor e autoriza concessão das férias. Nesse sistema também confere atestados médicos e atesta licenças dos servidores.
- **Processos físicos:** Processos chegam do arquivo para análise de valores nos sistemas. Encontrando-se acima de mil reais disponíveis, solicita-se desarquivamento. Dinheiro é utilizado para pagar outros processos da vara. No dia de trabalho remoto, buscou os processos presencialmente na vara e informa que fará atividades à noite, pois está cobrindo férias de servidor.
- **Atendimento e orientação aos estagiários:** Responde dúvidas e dá encaminhamentos de tarefas. Mantém conversa sem precisar sair do lugar. Acessa sistema no computador, se necessário. Algumas vezes, estagiária se aproxima da mesa para visualizar orientação na tela do computador.
- **Telefone (fixo da vara e celular):** Em trabalho presencial, atendeu 8 ligações, entre fixo e celular. Foi interrompido em uma das ligações observadas para realizar outra tarefa. No trabalho remoto, atende 3 chamadas do fixo da unidade e 3 chamadas no celular pessoal (assuntos de trabalho). Algumas vezes precisa consultar sistema para acessar a informação solicitada. Em uma das ligações há pedido de informação sobre processo – Anota o número em caderno e consulta no Pje (Sistema de Processo

Judicial Eletrônico), digita com uma mão enquanto fala no celular com a outra. Em alguns momentos, apoia celular com ombro e cabeça para digitar com ambas as mãos. Consulta também site do tribunal e abre documentos em PDF. Coloca celular em viva voz durante consulta e leitura. Consulta contato telefônico do arquivo geral e repassa ao solicitante. Recebe muitas ligações em 2ª linha enquanto atende o advogado. Relata algumas vezes se levantar e caminhar durante as ligações.

Assim como o *whatsapp*, essa ferramenta de trabalho foi considerada uma tarefa devido à alta e constante demanda de utilização.

- **Documentos SEAD (Secretaria de Atermação e Distribuição de Feitos de 1º Grau):** Precisa “dar baixa” nos documentos para enviá-los de volta. Entra no PJe e acessa cada processo. Anota os números em caderno para despachar no dia seguinte. Entrega documentos para servidor do Setor de Apoio que busca diariamente nas unidades.
- **Conferência Alvará (PJe) – 5 disponíveis:** Abre a tela correspondente no sistema e confere o despacho. Na tela auxiliar (à direita) abre cada alvará, troca nome do servidor responsável pelo processo para seu próprio nome, para indicar à magistrada que foi conferido e pode ser assinado. Juíza assina os despachos e os alvarás. Confere 2 a 3 vezes ao dia. “Quanto mais rápido libera, menos e-mails e ligações recebe”.
- **Bloqueios SISBAJUD²:** Mantém atalho na tela com *login* e senha (da magistrada por ter mais opções acessíveis) salvos. Consulta bloqueios realizados na última sexta-feira – cerca de 10 disponíveis. Acessa cada um para verificar o valor bloqueado. Detalha cada ordem de bloqueio. Extensão criada por um servidor destaca com diferentes cores os tipos de bloqueios, o que facilita muito a visualização. Desbloqueia valores ínfimos, pois não compensa transferir. Sistema repete ação de bloqueio por no máximo 30 dias com 2 tentativas por semana. Para os valores significativos, seleciona banco e dados bancários para transferências. Na sequência, deveria certificar no PJe os valores liberados em cada processo; e tirar listagem para nova ordem de bloqueio, a partir dos despachos da vara (cerca de 5), porém o sistema do PJe encontra-se fora do ar. No dia de trabalho presencial, o sistema estava fora do ar e não foi possível realizar a tarefa.
- **Balcão virtual – 2 atendimentos observados em trabalho presencial:** Estagiário responsável fica com tela do *google meet* aberta. Encaminhou para ligação no telefone

² O SISBAJUD é um sistema que a justiça brasileira utiliza para realizar bloqueios e desbloqueios de contas bancárias, transferir valores de contas correntes e afastar o sigilo bancário.

fixo, através do chat, pois houve problemas de áudio. Secretário atende ao telefone e consulta processo no PJe na tela auxiliar. Entra no sistema SISBAJUD para retirar bloqueio, se engaja na tarefa com objetivo de concluir processo com resolução da pendência.

- **Ferramentas de consulta:** CNIB (imóveis e bens), RENAJUD (veículos), CCS (vínculos bancários). Nesta unidade, 90% das ferramentas estão sob responsabilidade do secretário. Acessa PJe para tirar relatório e para incluir respostas das buscas nas certidões (cria print da tela e cola). Utiliza aplicativos que criam certidões e já colocam “botões” para cada ferramenta.

No primeiro encontro após as observações, foi apresentada ao secretário A, a lista das tarefas acima para validação e ajustes. O participante confirmou a adequação da lista e acrescentou informações sobre algumas das tarefas. Ressaltou que os processos físicos possuem muitas subtarefas, não detalhadas em nossa observação, incluindo o procedimento de arquivamento.

“Para arquivar, por exemplo, preciso pegar uma caixa de papelão, montá-la, marcar com pincel atômico, dar andamento no sistema, colocar o processo dentro, carregar a caixa para fora da vara. Às vezes, quando já estava arquivado, eu só devolvo, via malote, então tem que dar encaminhamento do malote. Várias subtarefas do manuseio de processos físicos”.

O secretário A afirmou que, em sua unidade, 99% dos processos judiciais já estão digitalizados, por isso, ele trabalha apenas com processos físicos muito antigos. Ele observa que grande parte dos demais secretários do tribunal agem de forma diferente, digitalizando apenas os mais importante e à medida que surge a demanda. Em um exercício espontâneo de confrontação da própria atividade com a dos demais colegas, relata acreditar que estes assim o fazem por falta de tempo, mas, reafirma sua preferência por digitalizar o máximo possível.

“São muito trabalhosos, um trabalho infinitamente maior do que com o processo eletrônico, que desarquivamos com um clique e arquivamos de novo com outro”.

Também chamou atenção para as inúmeras tarefas administrativas vinculadas à sua função, que se apresentam de forma perene e aleatória. Citou demandas de gestão dos patrimônios da unidade e materiais de uso contínuo, demandas de gestão predial que precisam ser solicitadas e atestadas após entrega, e a gestão de desempenho dos servidores subordinados.

“Sempre tem um probleminha predial para resolver”.

Nesse mesmo encontro, deu-se início à técnica de autoconfrontação simples, a partir da descrição das “cenas” selecionadas pelos pesquisadores, apresentadas a seguir.

Cena 1. Uso do telefone – ligações e whatsapp:

Anota o número em caderno e consulta no PJe, digita com uma mão enquanto fala no celular com a outra. Em alguns momentos, apoia celular com ombro e cabeça para digitar com ambas as mãos. Coloca celular em viva voz durante consulta e leitura. Consulta contato telefônico do arquivo geral e repassa ao solicitante. Recebe muitas ligações em 2ª linha enquanto atende o advogado. Relata algumas vezes se levantar e caminhar durante as ligações. Relata algumas vezes responder mensagens de pé ou caminhando pela casa. Consulta whatsapp entre outras tarefas, enquanto alguns sistemas “carregam”. Digita e lê mensagens de texto; ouve e grava mensagens de voz.

Cena 2: Interrupções:

Mantém login da unidade e consulta a cada hora. Responde dúvidas e dá encaminhamentos de tarefas. Algumas vezes, estagiária se aproxima da mesa para visualizar orientação na tela do computador. Foi interrompido em uma das ligações para realizar tarefa presencial. Confere 2 a 3 vezes ao dia alvarás. “Quanto mais rápido libera, menos e-mails e ligações recebe”.

Ao ser perguntado sobre o que achava das cenas, responde de forma direta:

“Terrível, mas verdadeiras. Tudo errado, mas verdadeiro, é exatamente isso”.

Considerou errada a postura (celular no ombro) e a forma de execução das tarefas, relacionando a inadequação ao acúmulo de serviço simultâneo, excesso de atribuições dentro de um curto período de tempo.

“Não tem como fazer por etapas, se não a gente não dá conta de atender tudo e todos, a tempo e modo”.

Os comentários concernentes ao telefone deixam clara a importância e o peso dessa demanda:

“Toca sábado, domingo e feriado”

“O problema do telefone é que você não pode ir ao banheiro, não pode almoçar, não pode fazer absolutamente nada, tem que estar à disposição o dia inteiro. Esse é o problema de ficar com uma pessoa só, você não consegue resolver nada particular, você não pode ir a nenhum médico. É você sair, que o telefone começa a tocar sem parar, impressionante”.

A equipe de pesquisadores fez perguntas no intuito de compreender a organização dessa demanda, a partir das escolhas de priorização. O participante esclarece que, antes de selecionar as prioridades, é sempre necessário ler as mensagens e atender as ligações para conhecer os solicitantes, esclarecer as demandas e entender as urgências. A partir daí, informa que a prioridade é sempre o público externo, em especial os advogados.

“Eles têm que ser atendidos imediatamente, tem que ser prioridade máxima, eles não aceitam esperar em nenhuma hipótese”.

Diante do questionamento sobre a possibilidade de triagem das ligações relata ter pensado em uma solução coletiva, que já foi discutida com a administração da instituição, a partir da sua

participação na comissão de secretários de vara. Trata-se da aquisição de uma central telefônica, que direcionaria as ligações dada às demandas dos solicitantes.

Reconhecemos a autonomia na gestão do tempo e das tarefas nos diálogos com os secretários analisados. Por isso, questionamos, quais seriam os critérios de definição das tarefas do dia? Qual o ritmo de execução e de transição entre essas tarefas? As respostas nos lembram os resultados da pesquisa-intervenção referênciada no campo da ergonomia, realizada por Daniellou, Laville e Teiger, numa indústria de componentes eletrônicos francesa (1989).

“Sorteio cerebral, aleatório, cada dia vai numa ordem. Às vezes já chego sabendo de algumas prioridades, algo grave que tem que ser feito primeiro. O resto vai sendo feito, vou aproveitando o clique, já estou com a página aberta, tal coisa vou conseguir chegar mais rápido, vou continuar no Pje fazer tudo primeiro e depois vou para o físico. Mas varia muito, não tem uma sequência lógica não”.

Apesar de não reconhecer a lógica utilizada para o sequenciamento das tarefas, o próprio trabalhador aponta os critérios, talvez invisibilizados, das escolhas de prioridades, bem como do aproveitamento de tempo e uso otimizado das ferramentas.

Por fim, traz a consciência do custo pessoal das constantes interrupções e mudanças de tarefa, apontando as manifestações mais evidentes:

“Cansaço físico, muito cansaço físico. O cansaço cerebral, a gente está tão ligado no 220, que só percebe quando viaja, quando sai de férias”.

É capaz ainda de diferenciar a demanda imposta no sistema híbrido de trabalho, relacionando diferentes custos aos modos de trabalho remoto e presencial.

“Aqui por exemplo (presencial), o cansaço físico é muito maior do que em casa. Não sei se é o psicológico, mas aqui a gente fica mais agitado, em casa você consegue ficar mais quieto, mais sentado do que em pé. Aqui você fica muito em pé, transitando de um lado para o outro. Interrupção aqui também é muito maior. Ontem mesmo atendi 4 colegas de outras varas, agora não está aparecendo ninguém porque me tranquei na sala de audiências, ninguém sabe que estou aqui”.

No encontro seguinte, realizando a autoconfrontação cruzada com os secretários A e B, propusemos que o secretário B também comentasse a lista de tarefas resultado da AET e as cenas descritas. As tarefas foram validadas também pelo secretário B, porém, esse estabeleceu as diferenças de atuação no desempenho da função.

O participante nos contou que, a partir janeiro deste ano, distribuiu as tarefas de controle do e-mail para um servidor, atendimento ao telefone da unidade para outro e atendimento ao balcão virtual em rodízio para outros. Em contrapartida, assume uma tarefa não executada pelo secretário A que é o chamado “escaninho” do sistema PJe. Trata-se de uma caixa virtual onde chegam todas as novas solicitações como alvarás, petições, ofícios, etc. Recebe cerca de 50

solicitações diariamente, e tem conseguido manter essa tarefa em dia por causa das mudanças em sua rotina.

Além da redistribuição das tarefas citadas, resolveu diminuir a demanda com o *whatsapp*, restringindo o horário para responder às mensagens. No turno da manhã, responde apenas ao magistrado e à secretária de audiências da vara, pedindo aos demais colegas que entrem em contato telefônico caso tenham alguma demanda urgente. No turno da tarde, lê as mensagens e responde o que for necessário.

“Fui observando que o serviço estava ficando acumulado, eu sozinho com e-mail, com siga-me, e essa situação não estava fluindo. Então, para mudar um pouco e eu conseguir manter o serviço mais em dia, eu distribuí essas atividades. Porque eu não estava tendo tempo para nada, o telefone tocava o tempo todo, e-mail o tempo todo. Porque os advogados peticionam, ligam e mandam e-mail, tudo ao mesmo tempo. Para ter mais tempo para o escaninho eu tive que passar essas tarefas”.

O servidor responsável pela caixa de e-mails também foi orientado a telefonar caso haja demandas urgentes. Para as demais situações, o secretário criou uma pasta com seu nome no e-mail da unidade, onde são colocadas as mensagens que devem ser olhadas e respondidas por ele, o que será feito no turno da tarde.

Entendemos que esse modelo de organização criou uma espécie de triagem das tarefas, nos moldes do que discutimos anteriormente com o secretário A. Segundo o secretário B, tanto os telefonemas quanto as demandas do balcão virtual raramente chegam até ele, sendo citada a frequência de uma demanda por semana que não pode ser resolvida pelos outros servidores.

Diante de uma nova forma de se organizar como gestor da vara, o secretário B comenta a descrição da cena 1:

“Eu acho que o secretário A é doido! Ele vai pirar a cabeça. Porque o camarada dá curso pra tudo que é lado, consegue fazer um monte de coisa. Dizem que mulher que consegue fazer um monte de coisa, não sei como ele consegue. Essas situações, realmente, às vezes a gente faz. Até janeiro eu estava nessa loucura igual você relatou. Quando eu passei o telefone pra um colega e o e-mail para o outro, eu fiquei mais relaxado”.

O secretário B parece reconhecer com clareza o custo das multitarefas no dia a dia de trabalho. Relata que seu principal propósito foi demonstrar aos colegas da unidade que é possível manter o serviço em dia, se você se concentrar nesse serviço, sem ficar o tempo todo no *whatsapp*.

“Quando eu estava atendendo telefone e respondendo e-mails, às vezes eu estava com 2 a 3 processos abertos sem saber direito o que fazer. Dava diretriz de um processo em outro”.

Estudos consistentemente demonstram que gestores engajam-se em múltiplas tarefas, e passam a maior parte do seu tempo gerenciando diferentes tarefas e muito pouco tempo em reflexão e tomada de decisões (González e Mark, 2004). Isso traz um alto nível de descontinuidade na execução das tarefas, bem como experiência de aceleração, mais estresse, frustração, pressão temporal e esforço (Mark e Klocke, 2008).

Além de descrever alto custo para a própria saúde, o secretário B compreende sua mudança no gerenciamento das tarefas como uma forma de apoiar seus subordinados em suas próprias mudanças de atuação diante dos desafios do sistema híbrido e do excessivo uso das ferramentas de comunicação. Parece incorporar o saber de Schwartz (2004), segundo o qual toda atividade industriosa é um destino a viver.

“Então isso não é vantagem. Até mesmo cuidar da sua própria saúde, fazer checkup, eu não fiz, não fiz nada, nem ao dentista eu fui. Então esse ano eu mudei totalmente e passei essas atividades para outros colegas, se não daqui a pouco eu morro. E está funcionando. Deixar os colegas que são mais novos receberem um pouco da responsabilidade também e verem que se o serviço não for mantido em dia, eles vão ter mais consequências de ligações, de e-mails”.

Charriaux (1994 *apud* Schwartz, 2004) menciona que “é facilitando o trabalho do outro que se facilita o seu”. Parece-nos que é nesse espírito que o secretário B passa a não só delegar tarefas que antes executava e assumir outras, como a monitorar diariamente os trabalhos pendentes com objetivo de alertar sua equipe para não acumular trabalhos atrasados. Ainda nesse sentido, ele atende a uma reivindicação da equipe de não receber mensagens fora dos dias e horários de trabalho, modificando a ferramenta de comunicação principal; para transmitir as inúmeras informações institucionais que devem repassadas a todos, ele deixa de mandá-las pelo *whatsapp*. Passa a usar a ferramenta *Keep* do Google, que permite fixar as mensagens mais importantes e marcar alertas individuais para a leitura, que são enviados apenas no horário do expediente.

O encontro termina com a concordância entre os participantes quanto às exigências múltiplas de suas funções, trazendo a necessidade de negociar compromissos e, portanto, arbitragens e critérios (Schwartz, 2004).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A implementação massiva e emergencial do teletrabalho, no contexto da pandemia de COVID-19, trouxe mudanças estruturais e instrumentais que impactaram a atuação dos servidores de varas judiciárias, especialmente os gestores dessas unidades. Nesse estudo foi

evidenciado que às tarefas exercidas no sistema híbrido foram acrescentados os desafios na comunicação e nas possibilidades de desconexão do trabalho.

Os secretários de vara, pela natureza de seus cargos, desenvolveram estratégias de gerenciamento das ferramentas de comunicação interna e externa, muitas vezes assumindo as comunicações em sua totalidade.

A informatização dos processos judiciais e das ferramentas de consulta possibilitou aos tribunais seguirem seu funcionamento regular durante o distanciamento social imposto pela pandemia. Novos modos de acesso ao judiciário foram criados para garantir o direito constitucional de acesso à justiça a todos os cidadãos. Porém, essas novas ferramentas impuseram novas práticas de trabalho aos servidores dos órgãos e, conseqüentemente, novos riscos ocupacionais no exercício de suas funções.

O gerenciamento de múltiplas tarefas se mostrou como grande desafio dos gestores de unidades judiciárias, que passaram a negociar, com si mesmos e com os outros, a distribuição do seu tempo no local de trabalho, sendo ele as varas ou suas próprias casas. O método de autoconfrontação nos possibilitou conhecer diferentes estratégias desse gerenciamento, apontando que os compromissos silenciosamente assumidos por esses atores se alargam gradualmente, se tornam mais imprecisos, convocam maior heterogeneidade de ingredientes, de considerações, de valores, à medida que o espaço de trabalho se torna fluido e impreciso.

REFERÊNCIAS

ABBAD, G. S. *et al.* Percepções de teletrabalhadores e trabalhadores presenciais sobre o desenho do trabalho. **Revista Psicologia: Organizações e Trabalho**, v.19, n.4, pp. 772-780, 2020.

ALVES, V. A., CUNHA, D. M. **Aspectos metodológicos de uma análise situada da atividade docente: a autoconfrontação cruzada.** Projeto de dissertação apresentado ao Programa de Pós-Graduação: Conhecimento e Inclusão Social, da Faculdade de Educação da UFMG.

CLOT, Y. Clínica do trabalho, clínica do real. **Le journal des psychologues**, n. 185, p. 48-51, mars 2001.

CLOT, Yves. Clínica do trabalho e clínica da atividade. *In*: BENDASSOLI, Pedro F., SOBOLL, Lis Andrea P. **Clínicas do Trabalho.** São Paulo: Atlas, 2011. p. 71-83.

COUTO, H. Check-list para Avaliação das Condições Ergonômicas em Postos de Trabalho Informatizados. 2014. *Disponível em:* <https://ergoltda.com.br>.

COUTO, H. Quadro de Classificação do Risco Ergonômico” – Um guia para auxílio na classificação do risco ergonômico nas diversas situações de trabalho. 2010. *Disponível em:* <https://ergoltda.com.br>.

DANIELLOU, F., LAVILLE, A.; TEIGER, C. Ficção e realidade do trabalho operário. **Revista Brasileira de Saúde Ocupacional**, v. 17, n. 68, p. 7-13, 1989.

DURAFFOURG, J. Um robô, o trabalho e os queijos: algumas reflexões sobre o ponto de vista do trabalho. *In:* **Emprego e desenvolvimento tecnológico – Brasil e contexto internacional**. São Paulo: DIEESE, 1998.

FAÏTA, D. Análise das Práticas Linguageiras e Situações de Trabalho: uma renovação metodológica imposta pelo objeto. *In:* SOUZA-E-SILVA, M. C. P. e FAÏTA, D. **Linguagem e Trabalho: construção de objetos de análise no Brasil e na França**. São Paulo: Cortez, 2002.

FAITA, D.; VIEIRA, M. Reflexões metodológicas sobre a autoconfrontação cruzada. **Delta**, São Paulo, v. 19, n. 1, 2003.

GONZÁLEZ, V. M., MARK, G. “Constant, Constant, Multi-tasking Crazyness”: Managing Multiple Working Spheres. **CHI**, v. 6 n. 1, 2004.

GUERRA, M. H. T. S.; NETO, R. R. S.; RANIERI, T. R.; GOMES, U. C. Teletrabalho Estruturado na Administração Pública: a experiência do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região. **Revista de Administração, Sociedade e Inovação**, v. 6, n. 3, p. 98- 116, 2020.

GUÉRIN, François et. al. **Compreender o trabalho para transformá-lo: a prática da ergonomia**. São Paulo: USP, Fundação Vanzolini, Edgard Blücher, 2005.

HUBAULT, F. Do que a ergonomia pode fazer a análise? *In:* DANIELLOU, F. **A ergonomia em busca de seus princípios: debates epistemológicos**. São Paulo: Edgar Blücher, 2004.

LIMA, F. A. Ergonomia e projeto organizacional: a perspectiva do trabalho. **Revista Produção**, n. especial, p. 71-98, 2000.

MARK, G. KLOCKE, D. G. U. The Cost of Interrupted Work: More Speed and Stress. **CHI**, April 5–10, 2008.

MENDES, D. P. **O agir competente como estratégia de gestão do risco de violência no trabalho: o ponto de vista da atividade humana de trabalho dos técnicos de enfermagem de uma instituição pública psiquiátrica**. 2014. 213f. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2014.

SCHWARTZ, Y. Ergologia: Trabalho e gestão. *In*: FIGUEIREDO, M. *et al.* **Labirintos do Trabalho: interrogações e olhares sobre o trabalho vivo**. Rio de Janeiro: DP&A, 2004. p.215-237.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. **Resolução 677/2020**. Novo modelo de gestão integrada de trabalho. Abril, 2020. 22 p.

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO 3ª Região (TRT). Regimento Interno do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região: aprovado pela Resolução Administrativa SETPOE n. 51, de 4 de junho de 2020/ Comissão de Regimento Interno (org.) – Belo Horizonte: Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região, 2020. 209 p.

VIEIRA, M. A. Autoconfrontação e análise da atividade. *In*: FIGUEIREDO, M. *et al.* **Labirintos do Trabalho: interrogações e olhares sobre o trabalho vivo**. Rio de Janeiro: DP&A, 2004. p.215-237.

WISNER, A. **Por dentro do trabalho: ergonomia, método e técnica**. São Paulo: FTD/Oboré, 1987.

AS RELAÇÕES ENTRE EDUCAÇÃO E TRABALHO NA EXPERIÊNCIA DE CORRETORES DE IMÓVEIS

doi: 10.47930/1980-685X.2022.0105

SOUZA, Janair Machado¹ – janairufrgs@yahoo.com.br

DOLL, Johannes² – johannes.doll@ufrgs.br

Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Programa de Pós-Graduação em Educação (PPG-Edu)

Av. Paulo Gama, s/nº, prédio 12.201, 7º andar, Centro Histórico

CEP 90046-900 - Porto Alegre – RS - Brasil

Resumo: *Este artigo teve como objetivo analisar a relação entre educação e trabalho a partir da trajetória de trabalho de adultos maduros que atuam como corretores de imóveis, na cidade de Porto Alegre/RS. Para isso foi necessário mapear a trajetória de trabalho destes sujeitos, identificar suas visões sobre educação e trabalho e compreender a relação entre a educação e as suas experiências laborativas. Essa análise foi realizada a partir de um estudo qualitativo, do tipo estudo de caso, com quatro adultos maduros entre 53 e 64 anos de idade, que atuam como corretores de imóveis na cidade de Porto Alegre/RS. A base teórico-metodológica utilizada foi fundamentada nos conceitos de trabalho como princípio educativo (FRIGOTTO, CIAVATTA & RAMOS, 2005^a; KUENZER, 1991) e consciência (FREIRE, 1981). Como instrumentos, foram utilizadas entrevistas semiestruturadas, a partir das quais se produziu os dados para a constituição do corpus da análise do conteúdo (BARDIN, 1977).*

Palavras-chave: *Educação. Trabalho. Consciência. Envelhecimento. Corretores de imóveis.*

1 INTRODUÇÃO

Na primeira década dos anos 2000, o mercado imobiliário brasileiro teve um crescimento bastante significativo. Isso foi resultado de três fatores: o contexto de crescimento econômico, a existência de um alto déficit habitacional e a expansão da oferta de crédito habitacional. Neste cenário, uma atividade ganhava destaque: a corretagem de imóveis. Desde então,

¹ Mestre e Doutoranda em Educação (PPG-EDU – UFRGS); Licenciada em Ciências Sociais (IFCH/UFRGS).

² Professor do Curso de Pedagogia e do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFRGS; Doutor em Educação pela Universitat Koblenz Landau.

multiplicaram-se os cursos de Técnico em Transações Imobiliárias, que poderiam ser feitos de forma presencial ou à distância.

A profissão de corretor de imóveis existe no Brasil desde a colonização, quando algumas pessoas tinham como atividade encontrar moradias para os desbravadores que chegavam à colônia. Também se desenvolveu no período da chegada da família real no Brasil, quando o número de habitantes do Rio de Janeiro dobrou, passando de 50 mil a 100 mil habitantes (LEITE, 2009). Com o aumento da população nessas proporções, era necessário encontrar moradia para essas pessoas. Segundo Leite (2009), conforme as cidades foram se urbanizando, surgiu a profissão de corretor de imóveis. Inicialmente conhecida como agente de negócios imobiliários, era realizada por comerciantes locais, que tinham seus rendimentos aumentados com a intermediação imobiliária.

Aparentemente, a corretagem de imóveis pode ser vista como uma atividade autônoma e liberal, como é o caso dos advogados, médicos, engenheiros e outras profissões. A ideia de liberdade de mercado e da possibilidade de ser seu próprio patrão é um importante atrativo para a profissão de corretor de imóveis, pois transmite a ideia de que há uma igualdade, um equilíbrio entre capital e trabalho. Mas por trás dessa aparência liberal, essa atividade tem se transformado em uma forma de "bico" para aquelas pessoas que estão em busca de trabalho. Isso se deve especialmente ao fato de que, frente ao desemprego e a escassez de oportunidades na economia formal, o setor autônomo pode não ser uma opção, mas talvez a única saída para esses indivíduos (SILVA, 2011).

Por isso, o termo autônomo confere uma falsa liberdade ao corretor de imóveis frente ao capital, pois não o libera da esfera econômica e das condições de mercado. Ao contrário, compromete o corretor ao repassar os custos da produção imobiliária, encobrendo uma relação de exploração do trabalho pelo capital, caracterizando o profissional da corretagem como uma mão de obra de baixo custo e precarizada. E essa aparência de autonomia é importante na medida em que esconde uma relação de exploração, a partir de formas mais flexíveis, menos autoritárias, porém bastante desiguais entre os agentes (SILVA, 2011)

Neste sentido, o trabalho de corretor de imóveis se reveste de contornos de precarização (ANTUNES, 2018), ainda que possa não parecer à primeira vista. Contudo, tem se tornado uma opção frente ao crescimento da demanda por estes profissionais, especialmente para aqueles que têm dificuldade de inserção no mercado de trabalho, como é o caso dos adultos maduros

em fase de transição para a aposentadoria. A oferta e as possibilidades de emprego para este segmento da população são poucas, os postos de trabalho são menos qualificados, os vínculos empregatícios mais frágeis, além de remunerações mais baixas (KRELING, 2016). Ainda que em condições precárias, o trabalho possui um lugar de grande relevância na vida da maioria das pessoas, como a condição básica e fundamental de toda a vida humana, que garante a sobrevivência (FRIGOTTO; CIAVATTA; RAMOS, 2005).

Considerando o trabalho como atividade prática, através da qual é possível apreender, compreender e modificar as circunstâncias da realidade, bem como por estas mesmas circunstâncias ser modificado (KUENZER, 1989), assumimos que o trabalho possui uma dimensão educativa. Nesse sentido, o trabalho viabiliza aprendizagens, saberes e conhecimentos capazes de orientar a ação e a intervenção humana na natureza e nas relações que estabelece com os outros e com o mundo.

Partindo desses delineamentos, o objetivo desse artigo foi analisar a relação entre educação e trabalho a partir da trajetória de trabalho de adultos maduros que atuam como corretores de imóveis. Para atender a este objetivo, buscou-se contemplar as questões relacionadas aos objetivos específicos, que consistiu em mapear da trajetória de trabalho destes sujeitos, identificar suas visões sobre educação e trabalho e compreender a relação entre a educação e as suas experiências laborativas. Nesse sentido, realizou-se um estudo qualitativo, do tipo estudo de caso, com quatro adultos maduros entre 53 e 64 anos de idade, que atuam como corretores de imóveis em uma empresa imobiliária de médio porte na cidade de Porto Alegre/RS. A base teórico-metodológica foi fundamentada a partir da proposta de discussão dos conceitos de trabalho como princípio educativo (FRIGOTTO; CIAVATTA; RAMOS, 2005; KUENZER, 1989) e de consciência (FREIRE, 2008). Para tanto, foram utilizadas entrevistas semiestruturadas, a partir das quais foram produzidos os dados para a constituição do corpus para a análise do conteúdo (BARDIN, 1977).

Para responder ao objetivo, o artigo será dividido em cinco seções, sendo a primeira esta introdução. Na segunda seção serão apresentados os referenciais teóricos que dão suporte às discussões sobre os temas do trabalho, educação e consciência. Na terceira seção será abordado o método utilizado na investigação. A quarta seção traz a discussão dos resultados e por fim, a quinta seção finaliza com as considerações finais.

TRABALHO, EDUCAÇÃO E CONSCIÊNCIA

Quando se fala em trabalho, assume-se que é uma palavra polissêmica (FRIGOTTO, 2009) que possui diferentes significados. Ao mesmo tempo em que pode remeter a ideia de esforço, fadiga, fardo, dor, suor do rosto, também é palavra que designa a ação do homem sobre a natureza, em seu potencial para a criação, tanto de objetos de cultura quanto das condições de sobrevivência e realização (ALBORNOZ, 2017; MARX, 1996)

Em sua perspectiva ontológica, o trabalho é a categoria fundante do ser social, o modelo de toda a práxis, de qualquer conduta social ativa (LUKÁCS, 2018). Somente o trabalho tem como sua essência ontológica, um caráter claramente intermediário entre a humanidade e a natureza, que transforma o humano em ser social. Possui uma dimensão de formação e de constituição de relações sociais (LUKÁCS, 2018; MARX, 2009), a partir da qual é possível pensar sobre seu princípio educativo.

A faculdade que homens e mulheres possuem de elaborar e planejar mentalmente seu trabalho antes de transformá-lo em realidade, pressupõe um conhecimento concreto capaz de determinar um processo em todas as suas fases, seus objetivos e os meios para atingi-los. É essencialmente nessa característica que o humano se diferencia do animal: no ato de pôr consciente. Através do trabalho adquire a consciência, que é moldada pelo agir prático e teórico na sua ação e intervenção na natureza (FRIGOTTO; CIAVATTA; RAMOS, 2005; KUENZER, 1989; LUKÁCS, 2018)

Por isso, o saber é produzido coletivamente por homens e mulheres em suas atividades cotidianas, no interior das relações que estabelecem entre si e com a natureza, na produção das condições de sua sobrevivência. Elas derivam dos embates cotidianos e, frente a estas questões, os sujeitos precisam desenvolver suas estratégias para pensar, fazer, discutir, analisar, descobrir e experimentar (KUENZER, 1989).

A atividade prática é o ponto de partida para a produção do conhecimento e o conjunto das relações sociais estabelecidas nessa prática, o seu *locus* de produção. O trabalho humano, como uma atividade através da qual os homens e mulheres apreendem, compreendem e transformam o mundo (KUENZER, 1989), viabiliza aprendizagens, saberes e conhecimentos. Dessa forma, o trabalho é a categoria que fundamenta o processo de elaboração do conhecimento (FRIGOTTO; CIAVATTA; RAMOS, 2005; KUENZER, 1989).

Nesse sentido, se assume que existem inúmeras formas de produção e distribuição do conhecimento. Porém, uma concepção que separa educação e trabalho, por vezes confunde essa relação como sendo entre escola e trabalho, como se a escola fosse o lugar exclusivo de produção e reprodução do conhecimento. Essa visão precisa ser desmistificada, pois a escola é uma parte no conjunto de relações responsáveis por esse processo e não a mais importante. Assim, não apenas na escola, mas também nas relações de trabalho é possível elaborar, sistematizar e distribuir saberes e conhecimento (SAVIANI, 2007).

De acordo com Kuenzer (1989), o trabalho possui duas dimensões: uma teórica e uma prática, pois reflexão e ação são momentos inseparáveis do trabalho, no seu "acontecendo". A separação dessas dimensões é consequência da divisão do trabalho, que possibilita a distribuição desigual do saber, onde o conhecimento teórico é supostamente superior ao trabalho prático. Isso explica, de certa forma, uma concepção que separa educação e trabalho, que resulta no esvaziamento da dimensão teórica do trabalho prático.

Mesmo com essa separação, Kuenzer (1989) afirma que não há o esvaziamento da dimensão intelectual da prática, nem a exclusão de elementos instrumentais da atividade intelectual. Embora uma atividade prática possa ser prescrita, mesmo assim, o indivíduo que a executa precisa refletir sobre os meios, as estratégias de melhor executar, como tempos, movimentos ou ritmos.

E através dessa reflexão em situação de trabalho, o indivíduo adquire a consciência, que é moldada pelo agir prático e teórico na sua ação e intervenção na natureza (FRIGOTTO, 2009; KUENZER, 1989; LUKÁCS, 2018). Essa consciência humana só é possível a partir da consciência de uma realidade concreta, como na situação de trabalho, na relação com o mundo e com os outros. A consciência humana se define pela sua intencionalidade e sempre é consciência de alguma coisa (FREIRE, 2008).

Para Paulo Freire (2008) a consciência é a capacidade que homens e mulheres possuem de distanciar-se das coisas para fazê-las presentes, um comportamento frente ao seu entorno, que o transforma em mundo humano. No meio natural, a tendência humana é responder a estímulos, buscando adaptar-se, naturalizando-se. No entanto, ao distanciar-se desse meio natural, com a mediação da consciência, os indivíduos enfrentam a si mesmos e às coisas, tornando-as objetivas, transformando meros estímulos em desafios.

Os homens e mulheres são seres em situação, condicionados pela realidade. As condições que os cercam impõe limites, entretanto não os encerra. Nesse sentido, a intencionalidade da consciência pode superar, liberar e objetivar o limite que pretende encerrá-la. Por isso, possui dimensões muito superiores aos horizontes que a cerca, pois avança para além das coisas que alcança e pode enfrentá-las objetivando-as (FREIRE, 2008). Neste sentido, é fundamental aos indivíduos refletirem sobre a sua situacionalidade para que possam compreender-se como seres de práxis, seres de reflexão e ação.

No entanto, ninguém se conscientiza sozinho, senão no encontro com os outros no mundo, já que a consciência é sempre, radicalmente, consciência do mundo (FREIRE, 2008). Para que as consciências se encontrem e se comuniquem é necessário que o mundo seja comum, pois se cada consciência tivesse o seu mundo, seriam incomunicáveis. Esse mundo comum pode acessado a partir de diferentes caminhos. Porém, as intenções devem convergir, como condição para que as divergências sejam possíveis entre aqueles que nesse mundo se comunicam.

De acordo com Oliveira e Carvalho (2007), em relação ao mundo, a pessoas podem encontrar-se em três diferentes estágios de consciência. O primeiro deles é a imersão, quando o indivíduo está totalmente envolvido pela realidade, não tendo condições de pensá-la. O segundo estágio é a emersão, que consiste na capacidade humana de se distanciar da realidade e observá-la objetivando-a. Por fim, a inserção é o momento em que há um retorno do indivíduo à realidade, com a intenção de transformá-la através de sua práxis, ou seja, de sua reflexão e ação.

Frigotto (2009) busca no legado de Marx essa compreensão, que dialoga com as ideias de Paulo Freire, de que “não é a consciência, a teoria e a linguagem que criam a realidade, mas elas são produzidas dentro e a partir de uma realidade histórica, sendo e tornando-se, porém, elas mesmas parte dessa realidade” (2009, p. 168). Assim, aproxima as concepções de Marx e Freire, em que ambos entendem a realidade concreta como lócus da produção da consciência. Por isso, o autor defende que as relações de trabalho são ponto de partida para o conhecimento e para a formação da consciência. É pelo trabalho e pela ação sobre a natureza que o indivíduo se humaniza, se cria, se aperfeiçoa, adquire consciência de si e expande seu conhecimento.

MÉTODO

Este artigo compreende os resultados da pesquisa de mestrado Os Sentidos Do Trabalho e o Envelhecimento: um estudo de caso com adultos maduros que atuam como corretores de imóveis, realizada na Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul

(FACED/UFRGS). O estudo teve uma abordagem qualitativa, de natureza exploratória, do tipo estudo de caso (GIL, 2008), com o objetivo de investigar a relação entre os sentidos conferidos ao trabalho e o processo de envelhecimento, para adultos maduros que atuam como corretores de imóveis. Como “adultos maduros” se considerou pessoas acima de 50 anos, que estão em transição, rumo à fase da velhice. Tal definição se fundamenta na perspectiva de Neri (NERI, 2009), que entende o envelhecimento como um processo natural e universal, que apresenta sinais físicos que aparecem por volta dos 50 anos, como rugas ou cabelos brancos, que são socialmente entendidos como marcadores do início da velhice.

Participaram da pesquisa três homens e uma mulher, com idades entre 53 e 64 anos, residentes na cidade de Porto Alegre/RS. Os dados foram produzidos através de quatro entrevistas em profundidade, a partir de um roteiro semiestruturado, realizadas entre os meses de janeiro e março de 2017. Os participantes foram selecionados por conveniência, a partir da indicação de um informante-chave, que atua no mercado imobiliário, conhecida como técnica bola de neve (VINUTO, 2014). O roteiro foi composto por doze perguntas abertas, por meio das quais se buscou mapear da trajetória de trabalho dos participantes. A duração das entrevistas variou entre 41 e 63 minutos.

O roteiro e o projeto foram aprovados pelo Comitê de Ética da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, de acordo com a Resolução CNS nº 510/16, que dispõe sobre a ética na pesquisa com seres humanos. Os entrevistados aceitaram participar voluntariamente da pesquisa e tiveram a garantia do anonimato e do sigilo sobre os dados produzidos. Os áudios das entrevistas foram gravados com autorização prévia dos participantes, através do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), no qual também autorizaram a transcrição das entrevistas e a divulgação dos resultados. Para preservar a identidade dos entrevistados, seus nomes foram alterados para nomes de escritores: Clarice (Lispector), 61 anos; Mário (Quintana), 53 anos; Gabriel (Garcia Marques), 61 anos; e Jorge (Luis Borges); 64 anos.

O método utilizado para tratamentos dos dados foi a análise de conteúdo (BARDIN, 1977). Na constituição do *corpus*, observou-se as regras de exaustividade, de pertinência e de homogeneidade. Com relação à representatividade, o *corpus* representa apenas o conjunto de dados obtidos a partir das entrevistas realizadas. Utilizou-se a categorização como procedimento utilizado de análise, no qual se buscou classificar as falas a partir do tema (1) educação-trabalho e (2) visão das condições de trabalho.

RESULTADOS

A dimensão prática e teórica do trabalho

Acácia Kuenzer argumenta que existe uma dimensão educativa no trabalho. Segundo a autora, o saber é produzido coletivamente no interior das relações sociais, a partir dos enfrentamentos de questões cotidianas dos sujeitos entre si (KUENZER, 1989). Estas questões demandam a elaboração de estratégias a fim de pensar, lidar, executar, interpretar e enfrentar. Assim, o trabalho é considerado a categoria que fundamenta o processo de elaboração do conhecimento (FRIGOTTO; CIAVATTA; RAMOS, 2005; KUENZER, 1989). Partindo desses pressupostos, buscou-se identificar a relação entre educação e trabalho analisando as trajetórias de trabalho dos sujeitos.

Os resultados da análise mostraram que a maioria dos sujeitos possui uma visão positiva do trabalho e da educação. Todos os entrevistados pertencem à geração *baby boomer*, o que significa dizer que foram formados numa lógica de preparação e capacitação para o trabalho, que tinha por objetivo ajustar o trabalhado à rotina da fábrica. A trajetória profissional era um projeto estável, planejada e previsível. Não era comum as pessoas mudarem suas qualificações, profissões e ambientes de trabalho, ao longo da vida laboral (ENGUITA, 2004). Com frequência, se aposentavam após praticamente uma vida inteira na mesma empresa.

Com relação à escolaridade, pelo menos três deles fizeram o curso superior, sendo que dois se formaram. Um deles não conseguiu concluir a faculdade devido à reprovação do Trabalho de Conclusão, situação que marcou a sua biografia de maneira significativa. Outro não possui formação superior, mas teve uma educação militar e frequentou diversas formações para suas atividades de trabalho, visando uma qualificação técnica imposta pela empresa da qual foi empregado. A maior parte dos entrevistados fez a transição de outras profissões para atividade de corretores de imóveis em uma idade madura. Dois deles tornaram-se corretores após o evento da aposentadoria.

A escolha da atividade de corretores de imóveis teve relação com as experiências de trabalho anteriores. Isso evidencia que a mobilização dos saberes das experiências foi utilizada como recurso para a escolha dessa nova atividade, numa perspectiva de aprofundar ainda mais os conhecimentos que já possuíam.

Já tinha uma bagagem de conhecimento, eu não vim nua e crua, né... Então eu sabia todos os passos, que eu... Eu realmente quando eu vou fazer alguma coisa, eu estudo antes. (Clarice, 61)

[...] Me chamaram, convidaram, daí eu fui pra uma reunião aí eu expliquei isso para ele, olha eu tenho uma corretora de seguros, quero expandir a minha atividade, são atividades congruentes, não excludentes, né... Não estou saindo do seguro para vender sapato, né, é congruente. (Mário, 53 Já tinha uma bagagem de conhecimento eu não vi nua e crua, né... Então eu sabia todos os passos, que eu... Eu realmente quando eu vou fazer alguma coisa, eu estudo antes... (Clarice, 61 anos)

Foi possível identificar, na maioria dos sujeitos, elementos de relação entre seu trabalho e a educação. A maior parte deles cita a importância da busca de conhecimento para desempenhar melhor o trabalho. Na visão sobre trabalho desses indivíduos, a prática e a experiência carregam um componente educativo. A prática ensina e qualifica, mas o acesso à teoria possibilita o aprofundamento do saber e o avanço a patamares superiores. A fala de uma das entrevistadas evidencia a importância da busca de conhecimento para desempenhar melhor o trabalho.

[...] faço curso, busco informações fora para... Financiamento? Qual corretor que sabe realmente fazer um financiamento, buscar todas as informações, fazer todas as documentações? Muito pouco... Tem gente há 20 anos no mercado e não se dedicam àquilo [...] É outra coisa, eu fiz tudo o que é curso, de financiamento para ajudar as pessoas e contratos e tudo... Contratos, era... Eu basicamente já tinha bastante conhecimento, de contratos, a gente em administração já tem uma parte de direito, direito civil e direito... processual, um pouquinho. Então eu sabia bastante e sempre procurei me aprofundar naquilo que eu fazia [...] Então, nunca neguei auxílio para os outros, né, sempre gostava de fazer, de participar, e de buscar conhecimento, né. (Clarice, 61)

Nesse aspecto, a dimensão teórica é considerada importante na profissão de corretor: é necessário estudar, saber “todos os passos” para melhor realizar a prática do seu trabalho. No entanto, é preciso ter “autonomia” também na busca da teoria, pois a própria prática nem sempre traz todo elemento teórico necessário para o seu desempenho. Só a prática e a experiência não são suficientes para ser um bom profissional.

Isso evidencia a relação inseparável da teoria e da prática como intrínseca ao trabalho (KUENZER, 1989). Na fala de Mário, a educação formal junto com os saberes aprendidos nas relações sociais foram os recursos que possibilitaram seu desenvolvimento e especialização para se tornar autônomo. Quando fez o curso de corretor, além do interesse no conhecimento e em adquirir competência técnica, buscou na relação com os professores a oportunidade de aprender também a partir da prática.

Na ACM, quando eu fiz o curso, a mesma coisa... Aí dois professores me convidaram, Mário, vamos abrir uma parceria, trabalhar junto [...] Aí começamos a trabalhar junto, eu entendi o mercado [...] Aí eu entrei, fiquei um ano nessa condição e o meu escritório de seguros tocando normal, aí eu trabalhei na MTR [...] Fiquei um ano mais ou menos, entendendo, porque eu sou muito observador. E eu sempre fui assim de entender o mecanismo. (Mário, 61)

Aqui também se observa a ligação entre teoria e prática: para que a teoria faça sentido, é necessário também colocá-la em prática: No trecho acima, Mário demonstra que valoriza a

dimensão prática do trabalho como meio de aprender mais. Fica evidente que o seu interesse era entender/compreender/apreender o “mecanismo” da atividade de corretor. Nesse sentido, revela a dimensão educativa que a prática do trabalho carrega no seu acontecendo (KUENZER, 1989). Esse relato mostra a produção do saber acontecendo de forma coletiva, no conjunto das relações sociais. A partir destes embates cotidianos, das trocas e das vivências os indivíduos desenvolvem suas estratégias para pensar, fazer, analisar, observar experimentar e aprender.

Diferentemente da maioria, um dos entrevistados possui uma visão bastante pessimista do trabalho. Com relação à educação, escolhe dar destaque à decisão de desistir da faculdade, no último ano, porque teve seu trabalho de conclusão reprovado. Outro elemento trazido diz respeito à frustração que sente por não reconhecer sucesso em sua trajetória, pois tinha como referência os colegas da faculdade, todos eles filhos de empresários, ao contrário do entrevistado.

É o sonho de ter uma indústria, pra ser o dono de uma indústria... Eu não sei porque, eu gosto disso. Eu adoro, é o meu sonho... [Tu conhece alguém que tem uma indústria] Não, eu tive amigos da faculdade que teve injetoras, teve cara que teve indústrias de tudo que é tipo... Os amigos na faculdade, um tinha madeira, o outro tinha não sei o quê, o outro tinha construção de cabines de caminhão, outros carroceria de caminhão. Esses caras, assim, de pólo metal-mecânico, isso aí me apaixonou, né. Onde eu vivi, logo na faculdade... Eu vivi com esses amigos meus que todos produziam coisas, e aí veio o meu sonho. [...] estão em Caxias com indústria, bem de vida, muito bem. Isso aí me frustra muito, tem essa parte que me frustra que eu sei que tem amigos meus foram... estão todos muito bem, exceção de alguns e eu também não fui bem... Mas cara que tem fábricas, tem indústria hoje, que foram meus colegas. (Jorge, 64)

Para Jorge, as relações sociais e o trabalho, muito mais que a educação e conhecimento, trazem uma perspectiva de vencer as condições de vida, de superar uma condição difícil, de proporcionar mobilidade social e estabilidade material. No seu caso, considera que não conseguiu atingir esse objetivo por não ter capacidade. Possivelmente, a reprovação que teve na faculdade deixou marcas tão negativas e profundas, que refletiu na sua trajetória de trabalho, vista a partir disso, como uma história de fracasso.

Nunca aconteceu um up muito grande e agora vai... (porque tu acha que não aconteceu?). Ah, às vezes eu me pergunto também... não aconteceu porque? Nunca tive eu acho que a sorte que tinha que ter, porque um negócio é capacidade, sorte e oportunidade. Aí não pintou sorte, nem oportunidade, só trabalho. [...] Só, simplesmente, talvez essa minha capacidade... Eu não vou ficar enlouquecendo assim, ah mas como é que eu não venci na vida, meu Deus, eu sou um derrotado. Não vou fazer isso... Não deu, não deu porque não deu. Vou viver com o que dá pra viver assim mesmo. Não tem o que fazer. (Jorge, 64)

A consciência do trabalho precarizado

A profissão de corretor de imóveis tem adquirido características bem acentuadas de precariedade, que não eram observadas historicamente. Isso porque carregava um status de

profissão liberal, devido ao seu caráter autônomo e técnico. Porém, durante a década de 2000, o mercado imobiliário foi marcado por um grande crescimento e junto com ele a demanda por esses profissionais.

Essa demanda foi vista como uma oportunidade de trabalho, especialmente para as pessoas maduras, que estavam numa fase de transição, de uma situação de trabalho mais formal e estável para a aposentadoria. Além disso, representou também uma oportunidade de negócios na área da educação técnica, o que fez crescer consideravelmente a oferta de cursos Técnicos em Transações Imobiliárias.

A corretagem imobiliária historicamente é vista como uma carreira de ganhos fáceis (XAVIER, 2015). Com o crescimento do mercado imobiliário, muitas pessoas foram atraídas pela perspectiva de ganhos extraordinários. Entretanto, esse crescimento não se sustentou e mostrou a face da precarização dessa atividade. A fala de Jorge mostra esse período de crise, antecedido por uma fase próspera:

Só que depois veio a crise dos imóveis. Depois de 2013, 2014, 2015 e 2016, foram meses de recessão no Brasil, aí nada movimentava, imóveis era o último a ser negociado, ninguém queria fazer negócio. E foi difícil... Daí eu estava indo bem, senti confiança, foi bem aqueles 2010 a 2013. Fiz vários negócios, nos lançamentos, né... E depois entrou a recessão, ficou vendendo menos, bem menos até hoje. Aquilo que eu fiz aqueles 3 anos, comprei um carro, melhorei em casa, comprei umas coisas... E fiquei vivendo até hoje de alguma reserva que já acabou. E aí... Não, não é... não fui só eu. Claro, eu não quero dar... dizer que... mas muito, diminui o mercado muito... Crise econômica, recessão no país, né... Eu também senti, eu também fiquei mal, não vendi, muito pouco. (Jorge, 64)

[Tens retorno financeiro] Está... digamos que está... Até o ano passado foi meio... foi meio sacrificado, assim. Não cheguei atingir objetivos que eu criei em função de eu parei, fiquei, somando assim dois meses mais dois meses, eu fiquei quatro meses parado, em função de, de, fiz alguns procedimentos... [Uma cirurgia?] É uma cirurgia, e fiquei me recuperando um tempo da cirurgia. Então... [Ficou em casa recebendo só aposentadoria] Só em casa, é. Hospital e casa, hospital e casa. [Não teve nenhum benefício (social)?] Olha, por incrível que pareça, assim, teve benefício. Porque tu sabe que na venda se tu... se vendem um agenciamento teu, tu ganha também. [Me referi a benefício social] Ah não, não, não. Eu queria, até tentei fazer um negócio lá de assistente... como é que é... Ah, tinha um negócio lá que o meu sobrinho me falou que não sei o quê... benefício social, mas aí tinha que abrir mão da aposentadoria, não sei quê...

Embora haja a exigência de concluir um curso de técnico em Transações Imobiliárias para atuar, algumas imobiliárias “aceitam” pessoas que estão no início do curso. Essas pessoas são contratadas como estagiários e recebem uma comissão inferior em comparação àqueles que já possuem a carteira do Conselho Regional de Corretores de Imóveis (CRECI). Aqui é possível observar, por trás dessa aparência liberal, a essência da exploração da mão de obra pelo capital,

em função de ela não estar plenamente qualificada. Os profissionais se submetem a essa situação por não terem outra opção.

Mesmo com a visão positiva sobre o trabalho, a maioria deles percebe a profissão de corretor como precária. Através das suas experiências de trabalho e da relação com os outros colegas, adquirem a consciência da condição de precariedade a que estão sujeitos. A precariedade observada se deve ao caráter de instabilidade, insegurança e imprevisibilidade da profissão. É percebida por meio a relação que estabelecem com a realidade concreta, na sua situação de trabalho e na relação com os outros (FREIRE, 2008). Clarice, que já está aposentada, fala da dificuldade da profissão, ao comentar sobre os desvios éticos, cometido pelos colegas corretores de imóveis, quem precisam fechar negócios para “botar comida na mesa”. Segundo ela, enlouqueceria caso tivesse de sobreviver dessa atividade:

Porque realmente, financeiramente... Não necessito disso, entende? (tu trabalha hoje não por) Por ter que botar comida na mesa, como muitos colegas realmente precisam, né... Tem. E eu acho que eu enlouqueceria se eu tivesse que (sobreviver) dessa atividade... Eu acho que é por isso que muitos, né, fazendo alguma coisa que não deveriam, né, por necessidade (sobrevivência). Por que é desgastante, né... (Clarice, 61)

Mário (53) defende a ideia de que o corretor é o “dono” do seu negócio, mesmo que repasse parte de sua comissão à imobiliária, além de assumir custos como cartões de visitas, transporte, alimentação e um aluguel pelo “espaço” que “aluga” na imobiliária em que trabalha. Entretanto, relata que teve uma passagem pelo sindicato dos corretores, que considera muito mais como um “clube” de benefícios, do que como uma organização de representação de classe. Quando questionado a respeito dos benefícios que considera como responsabilidade do sindicato ofertar aos seus associados e de como percebe a desassistência ao corretor de imóveis, Mário acaba assumindo o caráter instável da profissão:

[...] ao mesmo tempo ele é autônomo né, então nós temos feito um plano de saúde para os corretores de imóveis, mas estourou (porque eles não pagavam) não vendiam, não tinha dinheiro... Corretor tem disso né ele pode um dia dormir pelado em outro acordar rico. (Mário, 53)

Percebe-se que Mário consegue manter uma certa distância da profissão quando ocupa uma posição no sindicato da categoria que o permite perceber a realidade da maioria dos corretores. Esse afastamento proporciona uma consciência com relação a condição precária da profissão.

[Pesquisadora questiona sobre as questões trabalhistas] Isso é um hiato que existe, que estas relações agora estão sendo mexidas, né. As próprias imobiliárias estão muito assustadas com isso, porque a gente falar em direitos trabalhistas passou a ser visceral, assumiu uma proporção... Então é uma tendência que o mercado ainda está com essa pauta na mesa. [O sindicato está atuando nesse sentido de exigir garantias trabalhistas] Está sim. E houve uma denúncia... E a partir dali o Ministério do Trabalho determinou que todas as administradoras chamassem o sindicato de categoria e a partir daí se

criasse o dissídio de categoria, aquelas coisas que a lei determina. Esta nesse processo de evolução. (Mário, 53)

Entretanto, essa consciência se dá no segundo estágio, que Freire chama de emersão (OLIVEIRA; CARVALHO, 2007), que consiste na capacidade humana de se distanciar da realidade e apenas observá-la com objeto. Porém, na ocasião que tem a possibilidade de transitar para um grau de consciência de terceiro estágio, a inserção, que é o momento em que há a intenção de transformar a realidade, através da práxis, ou seja, da reflexão e da ação, ele opta por não entrar “nessa briga”. Nesse sentido, reconhece um caráter de embate entre capital-trabalho, mas não consegue superar os limites para avançar da reflexão para ação (FREIRE, 2008).

Essa pauta inclusive está no congresso, né, mas como eu me desliguei do sindicato, eu digo não vou entrar nessa briga agora né... Eu sempre brigo com o sindicato, sou briguento, sempre por produtos, serviços e benefícios. É digno tu ter alguém da categoria te defendendo. Independente e autônomo. (Mário, 53)

Embora Jorge tenha trabalhado a maior parte de sua vida como autônomo, quando reflete sobre sua situação atual, tem consciência que a precariedade o impacta. Ele menciona a questão da terceirização e parece entender que esse impacto o atinge de forma mais crítica, por estar na fase do envelhecimento. Em contato com o mundo, toma consciência dos condicionamentos impostos pelo envelhecimento, das condições precárias que o cerca e dos limites do baixo valor da aposentadoria, que não dá conta das condições mínimas de vida. A partir dessa leitura da sua realidade-mundo (FREIRE, 2008), conclui que terá de trabalhar até o fim da vida nessa atividade, para manter condições dignas de sobrevivência.

Vou precisar trabalhar até 80 (anos) ... até quando tiver forças.... Não sei se nesse ramo, mas... possivelmente, né, porque a terceirização está aí, cada vez vai ser mais sem vínculo. Eu já estou nesse ramo aqui, vou continuar aqui. Até que tenha uma ideia melhor (Jorge, 64)

Assim como Mário, Jorge também parece ter uma consciência que se encontra em nível de emersão (OLIVEIRA; CARVALHO, 2007). Tem consciência das condições objetivas do mundo, mas não consegue ver em si a possibilidade de ser mais, de enfrentar a situação-limite da precarização, e transitar para um estágio de consciência de imersão, que implica além da reflexão a ação ´para transformação as condições objetivas da realidade. Sem conseguir vislumbrar inéditos-viáveis, ou seja, alternativas possíveis de mudança, resta ele apenas se conformar com a realidade.

CONCLUSÃO

A partir dos resultados é possível concluir que as relações entre educação e trabalho compreendem especialmente a relação entre teoria e prática como intrínseca ao trabalho dos corretores de imóveis. A escolha desta atividade foi motivada pela dimensão mais prática, ou seja, pelos saberes das experiências de trabalho anteriores, mobilizados como recursos para a ação. Entretanto, apenas os saberes da experiência não são considerados suficientes para ser um bom profissional. É necessário complementá-los com o saber teórico, para além do curso de Técnico em Transações Imobiliárias, que possibilite o aprofundamento dos conhecimentos, qualificando a atuação.

Ainda que o trabalho possa ser visto como positivo, através da experiência e das relações de trabalho, os indivíduos conseguem tomar consciência da condição de precariedade a que estão sujeitos. Embora a corretagem de imóveis possa ser vista aparentemente como uma atividade autônoma e liberal, é percebida pelos próprios corretores como uma atividade instável, insegura e imprevisível. Entretanto, a consciência da sua situação de trabalho permanece no segundo estágio, a emersão, que consiste no distanciamento da realidade para observá-la e objetivá-la. Não há avanços para o estágio de inserção, onde a intencionalidade da mudança está presente e se efetiva para além da reflexão, passando à ação, ou seja, através da práxis.

Por fim, este trabalho apresenta como limites o número restrito de participantes, que representa somente o universo compreendido por esta pesquisa. Ademais, outro limite é que os temas tratados neste artigo, como precarização e consciência, não eram os enfoques principais da pesquisa original. Entretanto, surgiram em todas as entrevistas e por isso a decisão de discutí-los. Outras pesquisas com foco nesses temas se mostram pertinentes para problematizar o avanço da precarização em atividades que não eram historicamente consideradas precárias.

Agradecimentos

"O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

REFERÊNCIAS

ALBORNOZ, S. **O que é trabalho**. [s.l.] Brasiliense, 2017.

ANTUNES, R. **O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital**. 1ª edição ed. São Paulo, SP: Boitempo, 2018.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

ENGUITA, M. F. **Educar em tempos incertos**. Tradução: Fátima Murad. Porto Alegre, RS: Artmed, 2004.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

FRIGOTTO, G. A polissemia da categoria trabalho e a batalha das ideias nas sociedades de classe. **Revista Brasileira de Educação**, v. 14, p. 168–194, abr. 2009.

FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M.; RAMOS, M. O trabalho como princípio educativo no projeto de educação integral de trabalhadores. Em: COSTA, H. DA; CONCEIÇÃO, M. DA (Eds.). **Educação integral e sistema de reconhecimento e certificação educacional e profissional**. São Paulo: CUT, 2005. p. 168.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

KRELING, N. H. Envelhecimento e inserção do idoso no mercado de trabalho, na Região Metropolitana de Porto Alegre. **Indicadores Econômicos FEE**, v. 43, n. 3, p. 141–154, 29 fev. 2016.

KUENZER, A. Z. O trabalho como princípio educativo. **Cadernos de Pesquisa**, n. 68, p. 21–28, 1989.

LEITE, F. L. DE C. **Boom imobiliário e treinamento de corretores de imóveis no Brasil: um estudo de caso de uma empresa líder do setor**. text—[s.l.] Universidade de São Paulo, 03 set. 2009.

LUKÁCS, G. **Para uma ontologia do ser social I**. 2ª edição ed. [s.l.] Boitempo, 2018.

MARX, K. **O capital. Crítica da economia política**. São Paulo: Editora Nova Cultura, 1996. v. 1

MARX, K. **Manuscritos econômico-filosóficos**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2009.

NERI, A. A. O Envelhecimento no Universo do Trabalho: Desafios e Oportunidades Depois dos 50 Anos. Em: BARROS JÚNIOR, J. C. (Ed.). **Empreendedorismo, trabalho e qualidade de vida na terceira idade**. São Paulo, SP: Edicon, 2009.

OLIVEIRA, P. C. DE; CARVALHO, P. DE. A intencionalidade da consciência no processo educativo segundo Paulo Freire. **Paidéia (Ribeirão Preto)**, v. 17, p. 219–230, ago. 2007.

SAVIANI, D. Trabajo y educación: fundamentos ontológicos e históricos. **Revista brasileira de educação**, v. 12, n. 34, p. 152–165, 2007.

SILVA, R. D. M. **A CORRETAGEM DE IMÓVEIS NO RIO GRANDE DO NORTE:** Dissertação de Mestrado—Natal: UFRGN, 2011.

VINUTO, J. A amostragem em bola de neve na pesquisa qualitativa: um debate em aberto. **Temáticas**, v. 22, n. 44, p. 203–220, 30 dez. 2014.

XAVIER, G. R. **Rotatividade dos corretores de vendas que atuam na BR House Inteligência Imobiliária:** perdas que esta rotatividade ocasiona. Monografia (Especialização em MBA Gestão de Pessoas e Coaching). Centro Universitário de Brasília. Brasília, 2015. Disponível em: <https://repositorio.uniceub.br/jspui/handle/235/8013>

LAS RELACIONES ENTRE EDUCACIÓN Y TRABAJO EN LA EXPERIENCIA DE LOS AGENTES INMOBILIARIOS

Resumen: *Este artículo tuvo como objetivo analizar la relación entre educación y trabajo a partir de la trayectoria laboral de adultos maduros que actúan como agentes inmobiliarios en la ciudad de Porto Alegre/RS. Para ello, fue necesario mapear la trayectoria laboral de estos sujetos, identificar sus visiones sobre la educación y el trabajo y comprender la relación entre la educación y sus experiencias laborales. Este análisis fue realizado a partir de un estudio cualitativo, del tipo estudio de caso, con cuatro adultos maduros, entre 53 y 64 años, que actúan como agentes inmobiliarios en la ciudad de Porto Alegre/RS. La base teórico-metodológica utilizada se basó en los conceptos de trabajo como principio educativo (FRIGOTTO, CIAVATTA & RAMOS, 2005^a; KUENZER, 1991) y conciencia (FREIRE, 1981). Se utilizaron como instrumentos las entrevistas semiestructuradas, a partir de las cuales se produjeron datos para la constitución del corpus de análisis de contenido (BARDIN, 1977).*

Palabras clave: *Educación. Trabajo. Conciencia. Envejecimiento. agentes inmobiliarios*

**MAPEAMENTO DA PRODUÇÃO ACADÊMICA VIA
DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL: O CASO DOS
TRABALHADORES DA SECRETARIA DE ESPORTES E LAZER DE
BELO HORIZONTE**

doi: 10.47930/1980-685X.2022.0106

PEREIRA, Jurema Luzia Ribeiro – juremalrpereira@gmail.com
Instituto Centroamericano de Administración Pública (Icap)
100 metros sur y 75 metros oeste de la heladería Pops, Curridabat,
San Jose – Costa Rica

Resumo: *Contextualizado à inovação gerencial consubstanciada na Gestão do Desempenho e do Desenvolvimento profissional promovida pela Prefeitura de Belo Horizonte (PBH) a partir de 2018, este trabalho objetiva analisar o mapeamento dos conteúdos de doze produções acadêmicas de quatorze colaboradores da Secretaria Municipal de Esportes e Lazer (Smel) da PBH apresentados em oito eventos técnicos (encontros, seminários, congressos) em 2019 e 2020, bem como traçar o perfil técnico funcional deles. A difusão de tais trabalhos está em programação para inserção no EAD municipal. A autora atua na equipe de Desempenho e Desenvolvimento Profissional da Smel e produziu um dos trabalhos enfocados. A metodologia teve naturezas qualitativa e quantitativa, exploratória e descritiva, configurando-se em estudo de caso múltiplo, com amostragem não randômica. A coleta dos dados ocorreu por questionário estruturado em planilha compartilhada via e-mail corporativo à amostra via Google Drive, de abril a maio de 2021, com tratamento através de análise documental. Estes foram os resultados: 1. temáticos e 2. funcionais: 1.1 finanças públicas (autora); 1.2 formação esportiva; 1.3 eventos esportivos e de lazer; 1.4 lazer, saúde e qualidade de vida; 2.1.1 uma Administradora (autora) e 2.1.2 treze Educadores Físicos; 2.2.1 dez ocupando cargo efetivo (autora) e 2.2.2. quatro comissionados; 2.3.1 todos os quatorze autores ocupantes do cargo de Analista de Políticas Públicas. Conclui-se que as produções oportunizaram aprofundar criticamente quesitos relativos ao ciclo das políticas públicas de governança, esportes e lazer, para além dos espaços das rotinas de trabalho que caracterizam os autores como cumpridores dos pactos definidos pelos mandatários do Poder Executivo.*

Palavras-chave: *Capacitação. Esportes. Lazer. Políticas Públicas. Cidadania.*

1 INTRODUÇÃO

O presente artigo contextualiza-se à inovação gerencial implementada pela Prefeitura Municipal de Belo Horizonte (PBH) a partir de 2018: a oferta de ações de desenvolvimento profissional, consubstanciadas em 1. capacitações (cursos de qualificação, aperfeiçoamento, atualização, etc), 2. apresentações de trabalhos técnicos em eventos (conferências, congressos, seminários, encontros, etc), e 3. licenças para aperfeiçoamento profissional (cursos de pós graduação *lato* e *stricto sensu*), e correlacionadas ao objetivo de contribuir para o desempenho / performance dos trabalhadores no cumprimento dos resultados planejados para as políticas públicas.

Em 2007, Belo Horizonte recebeu a tocha dos Jogos Panamericanos (PBH, 2007); em 2011, a Smel alcançou a autonomia como plena, deixando de ser adjunta da Secretaria Municipal de Políticas Sociais (PBH, 2011a), no contexto da recepção dos mega eventos esportivos Copa do Mundo da FIFA 2014 e do Torneio de Futebol Olímpico dos Jogos Olímpicos Rio 2016; posteriormente, da Copa América de 2019.

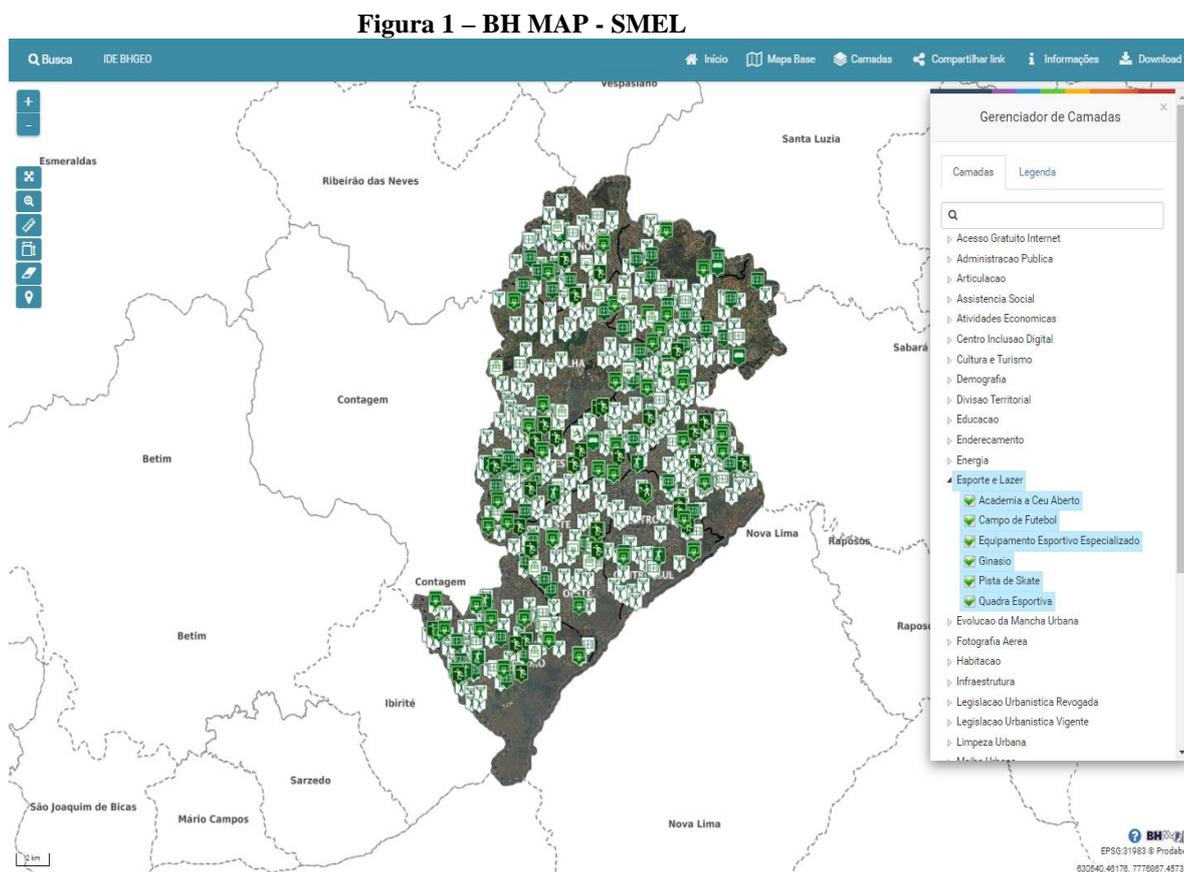
O Conselho Municipal de Política de Esportes de Belo Horizonte, instituído em 2011 para auxiliar a PBH no planejamento e gestão das políticas públicas de esportes e lazer, teve, dentre as suas atribuições originais, o acompanhamento das políticas da Copa do Mundo de 2014 (PBH, 2011b.).

Em 2018, Belo Horizonte ocupou a segunda posição no “Ranking das Capitais Brasileiras Amigas da Atividade Física” (PBH, 2018a). Acerca da dimensão lazer, em 2017 foi criado o programa “BH é da Gente”, que objetiva estimular a ocupação do espaço público, convivência e a cidadania via promoção de atividades de lazer, além de esportivas, de saúde, culturais e sócio assistenciais (PBH, 2020).

O incentivo à apropriação dos espaços públicos urbanos para a prática de atividades físicas esportivas e de lazer é uma das metas da administração municipal de Belo Horizonte contemplada na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2022 (PBH, 2021).

Materializando a previsão acima, em 2022 a PBH determinou que a utilização de vias e logradouros públicos para treinos esportivos e atividades físicas grupais independe de comunicação ao Poder Público ou de qualquer forma de licenciamento (PBH, 2022).

A caracterização da logística de esportes e lazer do município de Belo Horizonte inclui mais de 750 equipamentos esportivos: campos e quadras de futebol, ginásios poliesportivos, pistas de skate e Academias à Céu Aberto (PBH, 2020). A figura 1 apresenta parte dos citados, extraída das camadas de esportes e lazer da aplicação *BH MAP*, da PBH:



Fonte: adaptado de

http://bhmap.pbh.gov.br/v2/mapa/idebhgeo#zoom=1&lat=7797324.37115&lon=614081.12354&baselayer=base&layers=academia_ceu_aberto%2Ccampo_futebol%2Cequip_esportivo_especializado%2Cginasio%2Cpista_skate%2Cquadra

A autora deste trabalho: 1 participou das equipes de planejamento e gestão da Copa do Mundo de 2014 e Jogos Olímpicos de 2016; 2.estruturou a sua dissertação de Mestrado acerca do *status report* do planejamento desses eventos no âmbito municipal e a sua tese doutoral na série histórica daquelas recepções, incluindo também a Copa América de 2019 e de 2021; 3.atua na equipe de Desempenho e Desenvolvimento Profissional da Smel [incluindo a gestão do Plano Anual de Desenvolvimento do Servidor (Pads)]; 4.coordena o Comitê de Integridade Pública e Gestão de Riscos dessa secretaria; e 5. produziu um dos trabalhos enfocados no presente trabalho.

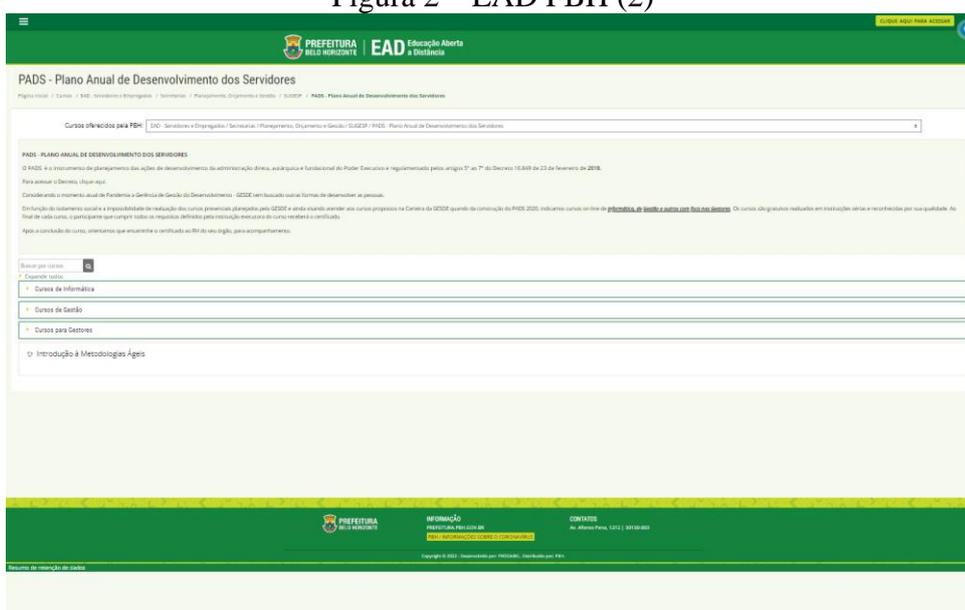
No âmbito municipal, a Smel tornou-se a principal executora financeira do orçamento do Pads, sincronizado ao Programa de Avaliação de Desempenho por Competências. Essa secretaria foi também a primeira na ativação tecnológica do Plano de Acompanhamento do Desempenho Profissional (Padp) e no Plano de Desenvolvimento Profissional (PDP), que correlacionam o aperfeiçoamento das competências aos resultados da performance individual como contribuição ao alcance dos resultados governamentais. Prevê-se a difusão de tais trabalhos (gestão do conhecimento produzido) via inserção no Portal de Educação à Distância (EAD) da PBH, no ambiente do Pads, demonstrado nas figuras 1 e 2, abaixo apresentadas:

Figura 1 – EAD PBH (1)



Fonte: Adaptado de <https://ead.pbh.gov.br/?redirect=0>

Figura 2 – EAD PBH (2)



Fonte: Adaptado de <https://ead.pbh.gov.br/course/index.php?categoryid=134>

O Gerenciamento do Pads é realizado pela Subsecretaria de Gestão de Pessoas (Sugesp), da Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão (Smpog) e ele se alinha ao planejamento estratégico dos órgãos da administração direta, autárquica e fundacional da Prefeitura de Belo Horizonte (PBH).

A partir de 2022, a carga horária executada no Pads passou a ser meta física monitorada no Plano Plurianual de Ação Governamental (PPAG) 2022-2025.

2 OBJETIVOS

Analisar o mapeamento efetuado da produção acadêmica relacionada às ações de desenvolvimento profissional dos servidores municipais enfocados e traçar o perfil técnico funcional dos mesmos.

3 JUSTIFICATIVA

Fundamenta a elaboração deste trabalho o espectro de consolidação da difusão / gestão do conhecimento produzido por servidores municipais em situações de relatos técnicos sobre a dinâmica profissional e análise de políticas públicas, contemplando as interações em diversos grupos temáticos aos quais os eventos acadêmicos relacionam-se, via portal de Educação à Distância da PBH.

4 ESTADO DA ARTE: MODELOS PÚBLICOS DE APRENDIZAGEM ORGANIZACIONAL, DESEMPENHO E DESENVOLVIMENTO

Em 2006, o governo federal instituiu a Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoal para a administração direta, autarquias e fundações, em cujas finalidades se inclui a melhoria da eficiência, eficácia e qualidade dos serviços entregues aos cidadãos (BRASIL, 2006).

A Política de Desenvolvimento dos Servidores Públicos Estaduais da dimensão civil em Minas Gerais é composta pela implementação de ações de capacitação, elevação de escolaridade, formação profissional, e outras que permitam o desenvolvimento dos conhecimentos, habilidades e atitudes, visando à melhoria do desempenho do trabalhador, sendo uma das diretrizes da mesma o crescimento profissional dele via atitudes inovadoras e comportamentos proativos, em perspectiva sistêmica (MINAS GERAIS, 2006).

A PBH definiu que as ações de desenvolvimento devem viabilizar o incremento dos conhecimentos e habilidades para a melhoria do desempenho e, conseqüentemente, da

prestação de serviços à municipalidade, no âmbito da administração direta, autárquica e fundacional. Dentre as diretrizes das ações de desenvolvimento profissional, enumera-se a garantia do alinhamento das ações de desenvolvimento às estratégias de governo (PBH, 2018b).

O planejamento e a gestão das ações acima mencionadas contemplam, dentre outros, o Plano Anual de Desenvolvimento dos Servidores (Pads). As ações de desenvolvimento objetivam o desenvolvimento, aprimoramento e atualização de conhecimentos e habilidades requeridas para o exercício das atribuições do cargo efetivo e complementam a formação profissional, conforme a PBH, sendo que uma das regras daquelas é o compromisso do trabalhador em multiplicar os conhecimentos adquiridos (PBH,2018b).

Quanto ao enfoque das competências na perspectiva da municipalidade de Belo Horizonte, elas são consideradas o histórico dos conhecimentos e habilidades do trabalhador postos à disposição da administração pública para permitir a entrega de resultados à sociedade (PBH, 2019a), sendo subdivididas em essenciais (proatividade, trabalho em equipe, orientação para resultados), gerenciais (gestão de pessoas; comunicação, gestão estratégica) e específicas a determinados cargos.

As competências acima mencionadas configuram-se na fonte para a avaliação da performance / desempenho do trabalhador, fundamentada em comportamentos observáveis (PBH, 2019b).

Em conformidade à PBH, um dos objetivos da avaliação acima apresentada é identificar os *gaps* / brechas do desempenho do trabalhador, solucionáveis via ações de desenvolvimento profissional (PBH, 2019c).

5 MARCO TEÓRICO: DESENVOLVIMENTO, DESEMPENHO E CAPITAL INTELECTUAL

Acerca da relação entre desenvolvimento e desempenho, SENGE (1998) afirma que quando desenvolvidas conjuntamente, as disciplinas de aprendizagem poderão ter um relevante e mensurável impacto sobre o desempenho.

Descrevendo as curvas do mercado, MORRISON (1997) indica que ele se moveu da primeira (capital) para a segunda (conhecimento).

STEWART (2002) argumenta que três pilares ancoram a economia do conhecimento: 1. ele impregna tudo o que se compra, vende, produz; 2. o capital intelectual passou a ser mais importante do que os ativos físicos e financeiros; 3. um novo léxico e novas técnicas de gestão, tecnologias e estratégias se fazem necessárias para que se prospere nessa economia.

6 METODOLOGIA

A metodologia teve naturezas qualitativa (documental) e quantitativa, exploratória e descritiva, configurando-se em estudo de caso múltiplo, com amostragem não probabilística /randômica. A coleta dos dados ocorreu por questionário estruturado em planilha compartilhada via *e-mail* corporativo à amostra via *Google Drive*, de abril a maio de 2021, tendo sido o tratamento deles processado através de análise documental. Todo o produto final foi remetido ao órgão central gestor do desempenho e do desenvolvimento da PBH e à alta administração da Smel.

O estudo qualitativo analisa múltiplas realidades subjetivas; o quantitativo mede fenômenos; o estudo de caso é um método contextualizado à pesquisa qualitativa, e ele é múltiplo quando tem mais de uma unidade de análise; o exploratório relaciona-se aos temas relativamente pouco conhecidos; o descritivo objetiva especificar as propriedades, as características e os perfis de pessoas, grupos, comunidades, processos objetos ou outros fenômenos analisáveis; a amostragem não probabilística depende de causas vinculadas ao tipo da pesquisa ou propósitos do pesquisador, dependendo do seu processo de tomada de decisão (SAMPIERI, 2014).

7 RESULTADOS

Os resultados são resumidos em seguida e detalhados nos quadros 1 a 4, em seguida apresentados: 1.temáticos (1.1 finanças públicas (*autora*); 1.2 formação esportiva; 1.3 eventos esportivos e de lazer; 1.4 lazer, saúde e qualidade de vida); 2.funcionais (2.1.1 uma Administradora (*autora*); 2.1.2 treze Educadores Físicos; 2.2.1 dez ocupando cargo efetivo (*autora*) e 2.2.2.quatro comissionados; 2.3.1 todos os quatorze autores oriundos do cargo de Analista de Políticas Públicas), tendo sido detectada a participação de um mesmo autor (a) em um número de uma a três produções.

1 – Detalhes temático funcionais (I)

TRABALHO	TIPOLOGIA DA PRODUÇÃO	NOME DO EVENTO	PROMOTOR	ANO	NÚMERO DE AUTOR (ES) / (AS)
1	Relato de experiência profissional	VII Encontro Brasileiro de Administração Pública	Sociedade Brasileira de Administração Pública (SBAP)	2020	1
2	Relato de experiência acadêmico profissional	XIV ENCONTRO INTERNACIONAL CIENTÍFICO OTIUM E CONGRESSO IBEROAMERICANO DE ESTUDOS DO LAZER, ÓCIO E RECREAÇÃO	Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)	2020	1
3	Relato de experiência profissional	Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte (CONBRACE)	Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte (CBCE)	2019	2
4	Relato de experiência acadêmico profissional	XII Congresso Brasileiro de Atividade Física e Saúde (CBAFS) - <i>participação 1</i>	Sociedade Brasileira de Atividade Física e Saúde	2019	1
5	Relato de experiência acadêmico profissional	XII Congresso Brasileiro de Atividade Física e Saúde (CBAFS) - <i>participação 3</i>	Sociedade Brasileira de Atividade Física e Saúde	2019	6
6	Relato de experiência acadêmico profissional	XII Congresso Brasileiro de Atividade Física e Saúde (CBAFS) - <i>participação 4</i>	Sociedade Brasileira de Atividade Física e Saúde	2019	6
7	Relato de experiência acadêmico profissional	XII Congresso Brasileiro de Atividade Física e Saúde (CBAFS) - <i>participação 5</i>	Sociedade Brasileira de Atividade Física e Saúde	2019	1
8	Produção vinculada a tese doutoral	ENAREL Encontro Nacional de Recreação e Lazer e 9º Seminário de Estudos do Lazer > 30º ENAREL Encontro Nacional de Recreação e Lazer e IX Seminário de Estudos do Lazer - <i>participação 1</i>	30º ENAREL Encontro Nacional de Recreação e Lazer e 9º Seminário de Estudos do Lazer	2019	1
9	Pesquisa científica	ENAREL Encontro Nacional de Recreação e Lazer e 9º Seminário de Estudos do Lazer > 30º ENAREL Encontro Nacional de Recreação e Lazer e IX Seminário de Estudos do Lazer - <i>participação 2</i>	30º ENAREL Encontro Nacional de Recreação e Lazer e 9º Seminário de Estudos do Lazer	2019	1
10	Pesquisa científica	VII Congresso Internacional do Envelhecimento Humano	Realize Eventos Científicos e Editora	2020	1
11	Pesquisa científica	Congresso Internacional de Envelhecimento Humano	Universidade Estadual da Paraíba e Rio Grande do Norte	2020	1
12	Pesquisa científica	III Simpósio de Pesquisa em Educação Física	Unimontes	2020	1

Fonte: autora, com base nos dados coletados

Quadro 2– Detalhes temático funcionais (II)

	Evento	Cargo Efetivo	Cargo comissionado ou função comissionada	Link do trabalho
1	VII Encontro Brasileiro de Administração Pública (Ebap)	Analista de Políticas Públicas / Administradora	Não	https://ebap.online/ebap/index.php/VII/vieebap/paper/viewFile/1148/500
2	XIV Encontro Internacional Científico OTIUM/ Congresso Iberoamericano de Estudos do Lazer, Ócio e Recreação	Analista de Políticas Públicas - Educação Física	Sim	https://s3-sa-east-1.amazonaws.com/congresse-me-assets-host/articles/archives/8071/original/Coletanea_do_XIV_Encontro.pdf?1606239773
3	Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte (CONBRACE)	Analista de Políticas Públicas Educação Física	Não - autor 1	http://congressos.cbce.org.br/index.php/conbrace2019/8conice/paper/viewFile/13754/7131
4	Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte (CONBRACE)	Analista de Políticas Públicas Educação Física	Sim - autor 2	http://congressos.cbce.org.br/index.php/30enarel/30enarel/paper/view/14272
5	30º Encontro Nacional de Recreação e Lazer (ENAREL) e IX Seminário de Estudos do Lazer	Analista de Políticas Públicas- Educação Física	Não	http://congressos.cbce.org.br/index.php/30enarel/30enarel/paper/view/14275
6	30º Encontro Nacional de Recreação e Lazer (ENAREL) e IX Seminário de Estudos do Lazer	Analista de Políticas Públicas - Educação Física	Sim	http://congressos.cbce.org.br/index.php/30enarel/30enarel/paper/view/14272
7	Congresso Internacional de Envelhecimento Humano	Analista de Políticas Públicas - Educação Física	Não	https://www.editorarealize.com.br/index.php/artigo/visualizar/73950
8	III Simpósio de Pesquisa em Educação Física	Analista de Políticas Públicas - Educação Física	Não	https://www.periodicos.unimontes.br/index.php/renef/article/view/3564
9	VII Congresso Internacional do Envelhecimento Humano	Analista de Políticas Públicas - Educação Física	Não	https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/73219
10	Congresso Brasileiro de Atividade Física e Saúde (CBAFS)	Analista de Políticas Públicas Educação Física	Não	https://rbafs.org.br/RBAFS/article/view/14171/10989
11	Congresso Brasileiro de Atividade Física e Saúde (CBAFS)	Analista de Políticas Públicas Educação Física	Não	https://rbafs.org.br/RBAFS/article/view/14171/10989
		Analista de Políticas Públicas Educação Física	Não	
		Analista de Políticas Públicas Educação Física	Não	
		Analista de Políticas Públicas Educação Física	Não	
		Analista de Políticas Públicas Educação Física	Não	
		Analista de Políticas Públicas Educação Física	Sim	
12	Congresso Brasileiro de Atividade Física e Saúde (CBAFS)	Analista de Políticas Públicas Educação Física	Não	https://rbafs.org.br/RBAFS/article/view/14171/10989
		Analista de Políticas Públicas Educação Física	Não	
		Analista de Políticas Públicas Educação Física	Não	
		Analista de Políticas Públicas Educação Física	Não	
		Analista de Políticas Públicas Educação Física	Não	
		Analista de Políticas Públicas Educação Física	Sim	
13	Congresso Brasileiro de Atividade Física e Saúde (CBAFS)	Analista de Políticas Públicas Educação Física	Sim	https://rbafs.org.br/RBAFS/article/view/14171/10989

Fonte: autora, com base nos dados coletados

Quadro 3– Detalhes temáticos (I)

GRUPO TEMÁTICO	TÍTULO	MACROTEMA	DESTAQUE DA ANÁLISE / DISCUSSÃO / RECOMENDAÇÕES / LIÇÕES APRENDIDAS / CONCLUSÃO	
1	PLANEJAMENTO E GESTÃO	PERSPECTIVAS DE FONTES ALTERNATIVAS DE FINANCIAMENTO DE POLÍTICAS PÚBLICAS: UMA ANÁLISE COMPARATIVA DA AGENDA SETTING VIA EXECUTIVO X VIA LEGISLATIVO: O CASO DA INFRAESTRUTURA MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER DE BELO HORIZONTE	Formação de agenda / agenda setting; economicidade na manutenção de equipamentos esportivos e de lazer e que contribuem para a redução dos indicadores de sedentarismo populacional; área de intervenção planejamento urbano, cultura e esporte, infraestrutura	Estratégica necessidade de sistematizar a interface entre os poderes executivo e o legislativo;
2	FORMAÇÃO ESPORTIVA	SUPERAR/MARCONI: IMPLEMENTAÇÃO DE UM PROJETO DE ESPORTE E LAZER ESCOLAR ÀS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA EM BELO HORIZONTE	Convenções dos Direitos das Pessoas com Deficiência, realizado pela Organização das Nações Unidas no ano de 2006; Programa Superar da Secretaria Municipal de Esportes e Lazer de Belo Horizonte e a Escola Municipal Marconi da Secretaria Municipal de Educação.	Potencial do Projeto Superar/Marconi para desmistificar a condição da pessoa com deficiência, apresentando as suas potencialidades e possibilidades de auxiliar no processo de inclusão
3	FORMAÇÃO ESPORTIVA	RELATO DE EXPERIÊNCIA SOBRE A POLÍTICA PÚBLICA DE ESPORTES PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES NA CIDADE DE BELO HORIZONTE-MG	organização da política pública de esportes e lazer para crianças e adolescentes do município de Belo Horizonte.	De 2002 até a presente data foi possível observar melhora nas capacidades físicas e motoras dos atendidos, além de transformações nas competências cognitivas e sociais; esperamos que após esse relato experiência acerca do PEE possa servir de estímulo às demais prefeituras do Brasil
4	EVENTOS ESPORTIVOS E DE LAZER	Programa BH é da Gente: análise do perfil e comportamento de usuários	"BH é da Gente" (BHdaGente), implementado em 2017 pela Secretaria Municipal de Esportes e Lazer de Belo Horizonte/MG	O comportamento ativo auxilia na melhoria dos componentes da aptidão física. Programas de esportes/lazer têm disponibilizado vias públicas e praças para prática de AF e de lazer.
5	LAZER E QUALIDADE DE VIDA	Prevalência de sarcopenia em idosos ativos	alterações, têm-se aquelas associadas ao sistema neuromuscular que interferem na coordenação e na força, fundamentais para atividades do cotidiano.	Os resultados demonstraram baixa prevalência de sarcopenia, apoiando a evidência de que a prática regular de exercícios físicos pode ser benéfica para sua prevenção
6	LAZER E QUALIDADE DE VIDA	Associação entre o tempo do teste de caminhada de Rockport e a Classificação de Risco	O Programa Caminharação pública que acontece em locais fixos das nove regiões de Belo Horizonte e realiza avaliações físicas periodicamente com o objetivo de acompanhar e orientar os praticantes de atividade física visando melhorias na saúde e qualidade de vida	relacionar o tempo de execução do teste de caminhada de 1600m de Rockport com a Classificação de risco para o desenvolvimento de diabetes e doenças cardiovasculares (que associa IMC e circunferência abdominal – ABESO 2009/2010) dos participantes do Programa. No presente estudo, o RMA, que está relacionado com a obesidade, parece estar associado com o maior tempo de execução do teste da caminhada de 1600m.

Fonte: autora, com base nos dados coletados

continua

Quadro 4– Detalhes temáticos (II)

Continuação

GRUPO TEMÁTICO	TÍTULO	MACROTEMA	DESTAQUE DA ANÁLISE / DISCUSSÃO / RECOMENDAÇÕES / LIÇÕES APRENDIDAS / CONCLUSÃO	
7	LAZER E QUALIDADE DE VIDA	Em busca de adequar o serviço público: motivos da desistência da participação no programa caminhar	O Programa Caminhar	Concluiu-se que a maior parte das desistências de participação no programa está associada ao abandono da prática de atividades físicas, sendo então necessárias principalmente, intervenções no atendimento que incentivem não só a prática, mas também a manutenção do comportamento ativo
8	LAZER E QUALIDADE DE VIDA	Valores de referência para avaliação da força por dinamometria lombar	avaliação da força muscular de participantes de um serviço público de acompanhamento para praticantes de atividade física em Belo Horizonte.	Não houve diferença entre as mulheres (p=0,1958), mas sim entre os homens (p=0,001829). O teste de Tukey indicou diferença entre o grupo de homens até 59 anos e aqueles com 60 ou mais, sem diferença intragrupos.
9	FORMAÇÃO ESPORTIVA	A CONSTRUÇÃO DE EQUIPAMENTOS ESPORTIVOS E DE LAZER E A RELAÇÃO COM A METRÓPOLE: O DESPONTAR DO GINÁSIO MINEIRINHO NA PAMPULHA	qual a relação da construção do Mineirão e do Mineirinho com a reconfiguração espacial da região em que se encontram? Esta é a questão central na realização do presente estudo, que é parte da pesquisa de doutorado concluída em julho de 2019, e que teve por objetivo identificar e analisar os processos que impulsionaram a construção do Palácio dos Esportes, popularmente conhecido por Mineirinho	a construção do Mineirão e do Mineirinho impactou a configuração espacial do local em que se encontram e também da região mais próxima a eles, impulsionando, inicialmente, a retirada da vegetação existente no local; a atuação do Estado de modo mais intenso no processo de constituição de redes de água, esgoto e comunicação, atendeu, em especial, os dois equipamentos, e beneficiou também as imediações.
10	FORMAÇÃO ESPORTIVA	PROGRAMA ESPORTE PARA TODOS: UMA ANÁLISE SOB A LUZ DO DECRETO Nº 14.183/10	políticas públicas tributárias de esporte e lazer: s documentos: o Decreto nº 14.183/10 que institui o PET e suas alterações; e o portal eletrônico da PBH. O PET é uma proposta moderna, complexa e que envolve um considerável contingente de secretarias municipais, além das entidades participantes. O decreto em questão orienta as ações de um programa social que pretende democratizar o acesso às práticas esportivas e de lazer para uma parcela socialmente vulnerável da população.	o PET é um programa de cunho social e, apesar de não termos estudos sobre a sua implementação, é evidente que ele (re) orienta a organização do município no que diz respeito aos tributos, (re) afirmando o esporte e lazer enquanto direitos sociais integrantes da agenda política na cidade.
11	LAZER E QUALIDADE DE VIDA	ANÁLISE DAS AUTOAVALIAÇÕES DE SAÚDE E DO BEM-ESTAR SUBJETIVO EM PESSOAS IDOSAS FISICAMENTE ATIVAS E INATIVAS	ANALISAR SE HÁ UMA RELAÇÃO ENTRE PESSOAS IDOSAS FISICAMENTE ATIVAS E INATIVAS E, AS AUTOAVALIAÇÕES DA SAÚDE E DO BEM-ESTAR SUBJETIVO. PARA TANTO, ADOTAMOS OS PRESSUPOSTOS DA PSICOLOGIA DA SAÚDE, DA PSICOLOGIA POSITIVA E EPIDEMIOLOGIA DA ATIVIDADE FÍSICA.	OS DADOS DEMONSTRAM QUE AMBOS OS CONSTRUTOS APRESENTARAM AUTOAVALIAÇÕES SATISFATÓRIAS, INDEPENDENTEMENTE DO GRUPO DE PESSOAS FISICAMENTE ATIVAS OU INATIVAS. CONCLUÍMOS QUE A VARIÁVEL ATIVIDADE FÍSICA ANALISADA DE FORMA ISOLADA NÃO É SUFICIENTE PARA DETERMINAR DIFERENÇAS NAS AUTOAVALIAÇÕES DA SAÚDE E DO BEM-ESTAR SUBJETIVO, SENDO NECESSÁRIO, TAMBÉM, CONSIDERAR OUTROS FATORES COMO AS CONDIÇÕES DE VIDA OFERECIDAS PELO PODER PÚBLICO À POPULAÇÃO E ASPECTOS COMPORTAMENTAIS
12	LAZER E QUALIDADE DE VIDA	SATISFAÇÃO DO(A)S PARTICIPANTES DO PROGRAMA VIDA ATIVA EM BELO HORIZONTE/MG.	ESTUDO DE CARÁTER TRANSVERSAL, DESCRITIVO E QUALITATIVO; ADOTOU-SE UM QUESTIONÁRIO SEMIESTRUTURADO CONTENDO DADOS SOCIODEMOGRÁFICOS E QUESTÕES RELACIONADAS À SATISFAÇÃO, CRÍTICAS E ELOGIOS REFERENTES AO PROGRAMA. A AMOSTRA FOI COMPOSTA DE 425 PESSOAS, A FAIXA ETÁRIA COM MAIOR NÚMERO DE PARTICIPANTES FOI 70-79 ANOS (44,37%). COMO PRINCIPAIS RESULTADOS ENCONTROU-SE QUE 51,8% DAS PESSOAS ESTÃO NO PROGRAMA A MAIS DE 5 ANOS; 55,7% ESTÃO SATISFEITAS COM A INFRAESTRUTURA; 83,8% ESTÃO SATISFEITAS COM A QUALIDADE DAS AULAS E 79,7% MENCIONARAM TER ALCANÇADOS	CONCLUI-SE QUE, EM GERAL, AS PESSOAS ESTÃO SATISFEITAS COM A PROPOSTA E A EXECUÇÃO DO PROGRAMA, COM A INFRAESTRUTURA OFERECIDA, MAS, TAMBÉM, SOLICITAM MELHORIAS COMO A AMPLIAÇÃO DO NÚMERO DE AULAS E NO ATENDIMENTO? POPULAÇÃO?

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Fundamentando-se na análise dos conteúdos gerados pelos autores, conclui-se que as produções oportunizaram aprofundar criticamente, sob o amparo de teorias diversificadas (*conhecimento reflexivo do capital intelectual*), quesitos relativos ao ciclo das políticas públicas das áreas de governança e finalística de esportes e lazer, para além dos espaços das rotinas de trabalho que caracterizam os autores como cumpridores dos pactos definidos pelos mandatários do Poder Executivo para a resolução das mais prementes necessidades de coletividade, no contexto em estudo, segmentadas ao esporte e ao lazer.

Dado o histórico de Belo Horizonte na segunda posição do ranking nacional de atividades físicas nas capitais e a premissa do Programa “BH é da Gente” de apropriação dos espaços públicos municipais e defesa da cidadania, a atualização dos conhecimentos técnicos e práticos dos trabalhadores da Smel é significativo fator para a contribuição ao cenário de manutenção do mencionado destaque nacional, bem como à ampliação do pertencimento social para com os espaços coletivos.

REFERÊNCIAS

BENEVENUTO, Aline das Graças *et al.* Associação entre o tempo do teste de caminhada de Rockport e a Classificação de Risco. XII Congresso Brasileiro de Atividade Física e Saúde (CBAFS). *In: Anais eletrônicos [...]*, Curitiba: **Revista Brasileira de Atividade Física e Saúde, 2019**. Sociedade Brasileira de Atividade Física e Saúde. Disponível em: <https://rbafs.org.br/RBAFS/article/view/14171/10989>. Acesso em: 11 maio 2022.

BRASIL. Presidência da República. **Decreto nº 5.707, de 23 de fevereiro de 2006**. Institui a Política e as Diretrizes para o Desenvolvimento de Pessoal da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, e regulamenta dispositivos da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Brasília, DF, [2006]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Decreto/D5707.htm. Acesso em 10 maio 2022.

BRAZ, Julia Medeiros; SALOMÃO, Karina Lúcia; VIDIGAL, José Mauro Silva. Prevalência de Sarcopenia em idosos ativos. XII Congresso Brasileiro de Atividade Física e Saúde (CBAFS). *In: Anais eletrônicos [...]*, Curitiba: **Revista Brasileira de Atividade Física e Saúde, 2019**. Sociedade Brasileira de Atividade Física e Saúde. Disponível em: <https://rbafs.org.br/RBAFS/article/view/14171/10989>. Acesso em: 11 maio 2022.

CALDEIRA, João Rafael da Silva. Valores de referência para avaliação da força por dinamometria lombar. XII Congresso Brasileiro de Atividade Física e Saúde (CBAFS). *In: Anais eletrônicos [...]*, Curitiba: **Revista Brasileira de Atividade Física e Saúde, 2019**. Sociedade Brasileira de Atividade Física e Saúde. Disponível em: <https://rbafs.org.br/RBAFS/article/view/14171/10989>. Acesso em: 11 mai. 2022. p 347.

CASTRO, Luciana Paro de *et al.* Em busca de adequar o serviço público: motivos da desistência da participação no programa caminhar. XII Congresso Brasileiro de Atividade Física e Saúde (CBAFS). *In: Anais eletrônicos [...]*, Curitiba: **Revista Brasileira de Atividade Física e Saúde**, 2019. Sociedade Brasileira de Atividade Física e Saúde. Disponível em: <https://rbafs.org.br/RBAFS/article/view/14171/10989>. Acesso em: 11 maio 2022.

COSTA, Luciana Cirino Lages Rodrigues. A construção de equipamentos esportivos e de lazer e a relação com a metrópole: o despontar do Ginásio Mineirinho na Pampulha. 30º ENAREL Encontro Nacional de Recreação e Lazer e 9º Seminário de Estudos do Lazer. *In: Anais eletrônicos [...]*. Curitiba: Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte (CBCE), 2019. Disponível em: <http://congressos.cbce.org.br/index.php/conbrace2019/8conice/paper/viewFile/13754/7131>. Acesso em: 11 maio 2022.

GOVERNO DE MINAS GERAIS. Decreto 44205, de 12/01/2006: Institui a Política de Desenvolvimento dos Servidores Públicos Cíveis da Administração Pública Direta, Autárquica e Fundacional do Poder Executivo Estadual e dá outras providências. (publicado em 13/1/2006). Belo Horizonte, MG, [2006]. Disponível em: https://planejamento.mg.gov.br/sites/default/files/documentos//decreto_44205_2006.pdf. Acesso em: 10 maio 2022.

MACIEL, Marcos Gonçalves. Análise das autoavaliações de saúde e do bem-estar subjetivo em pessoas idosas fisicamente ativas e inativas. Congresso Internacional de Envelhecimento Humano. *In: Anais eletrônicos [...]*, Campinha Grande: Universidade Estadual da Paraíba e Rio Grande do Norte, 2019. Disponível em: <https://www.editorarealize.com.br/index.php/artigo/visualizar/73950>. Acesso em: 11 maio 2022.

MEIRA, Sara Lage *et al.* Relato de experiência sobre a política pública de esportes para crianças e adolescentes na cidade de Belo Horizonte – MG. XXI Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte (CONBRACE). *In: Anais eletrônicos [...]*. Natal: **Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte (CBCE)**, 2019. Disponível em: <https://ebap.online/ebap/index.php/VII/viiebp/paper/viewFile/1148/500>. Acesso em: 11 maio 2022.

MENDES, Marcelo de Melo *et al.* SUPERAR/MARCONI: implementação de um projeto de esporte e lazer escolar às pessoas com deficiência em Belo Horizonte. XIV Encontro Internacional Científico OTIUM/ Congresso Iberoamericano de Estudos do Lazer, Ócio e Recreação. *In: Anais eletrônicos [...]*. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2020. Disponível em: https://s3-sa-east-1.amazonaws.com/congresso-me-assets-host/articles/archives/8071/original/Coletanea_do_XIV_Encontro.pdf?1606239773. Acesso em: 11 maio 2022.

MORRISON, IAN. A segunda Curva: estratégias revolucionárias para enfrentar mudanças aceleradas. Editora Campus Ltda, Rio de Janeiro, 1997.

MOURA, Giselle Alves De, *et al.* Satisfação do(a)s participantes do programa vida ativa em Belo Horizonte/MG. In **Anais eletrônicos** [...], Campina Grande: Realize Editora, 2020. Disponível em: https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/73219_. Acesso em: 12 maio 2022.

MOURA, Giselle Alves de. Ações de um programa público para idosos durante a Pandemia. III Simpósio de Pesquisa em Educação Física. In: **Anais eletrônicos** [...], Montes Claros, Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes), 2020. Disponível em: <https://www.periodicos.unimontes.br/index.php/renef/article/view/3564/3377>. Acesso em: 11 maio 2022.

PEREIRA, Jurema Luzia Ribeiro. Perspectivas de fontes alternativas de financiamento de políticas públicas: uma análise comparativa da agenda setting via executivo X via legislativo: o caso da infraestrutura municipal de esportes e lazer de Belo Horizonte. In: VII Encontro Brasileiro de Administração Pública, 2020, Brasília. **Anais eletrônicos** [...]. Brasília: **Sociedade Brasileira de Administração Pública**, 2020. Disponível em: <https://ebap.online/ebap/index.php/VII/viiebap/paper/viewFile/1148/500>. Acesso em: 11 maio 2022.

PERES, Fabiano Antônio Sena. Programa Esporte Para Todos: uma análise sob a luz do decreto nº 14.183/10. 30º ENAREL Encontro Nacional de Recreação e Lazer e 9º Seminário de Estudos do Lazer. In: **Anais eletrônicos** [...]. Curitiba: Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte (CBCE), 2019. Disponível em: <http://congressos.cbce.org.br/index.php/30enarel/30enarel/paper/view/14272>. Acesso em: 11 maio 2022.

PREFEITURA DE BELO HORIZONTE. Tocha do PAN é recebida com festa na capital. Belo Horizonte, MG, [2007]. Disponível em: <http://portal6.pbh.gov.br/dom/iniciaEdicao.do?method=DetalheArtigo&pk=960830>. Acesso em: 13 maio 2022.

PREFEITURA DE BELO HORIZONTE. Lei nº 10.264, de 20 de setembro de 2011: Altera a Lei nº 9.011/05, que dispõe sobre a estrutura organizacional da Administração Direta do Poder Executivo e dá outras providências. **Diário Oficial do Município**. Belo Horizonte, MG [2011a]. Disponível em: <http://portal6.pbh.gov.br/dom/iniciaEdicao.do?method=DetalheArtigo&pk=1066162>. Acesso em: 12 maio 2022.

PREFEITURA DE BELO HORIZONTE. Lei nº 10.259, de 20 de setembro de 2011: Cria o Conselho Municipal de Política de Esportes de Belo Horizonte - CMES/BH, Belo Horizonte, MG [2011b]. **Diário Oficial do Município**. Disponível em: <http://portal6.pbh.gov.br/dom/iniciaEdicao.do?method=DetalheArtigo&pk=1066157>. Acesso em: 12 maio 2022.

PREFEITURA DE BELO HORIZONTE. Ranking aponta BH como a segunda capital mais 'amigável' para atividades físicas, Belo Horizonte, MG [2018a]. Disponível em: <https://prefeitura.pbh.gov.br/noticias/ranking-aponta-bh-como-segunda-capital-mais-amigavel-para-atividades-fisicas>. Acesso em: 12 maio 2022

PREFEITURA DE BELO HORIZONTE. Decreto nº 16.849, de 23 de fevereiro de 2018. Estabelece diretrizes para o desenvolvimento profissional e dispõe sobre a concessão de licença para aperfeiçoamento profissional dos agentes públicos da administração direta, autárquica e fundacional do Poder Executivo. Belo Horizonte, MG, [2018 b].

Diário Oficial do Município. Disponível em:

<http://portal6.pbh.gov.br/dom/iniciaEdicao.do?method=DetalheArtigo&pk=1190958>.

Acesso em: 19 maio 2022.

PREFEITURA DE BELO HORIZONTE. Instrução normativa Nº IN 027/2019. Belo Horizonte, MG, [2019a]. Disponível em:

<https://prefeitura.pbh.gov.br/sites/default/files/estrutura-de-governo/planejamento/gestao-de-pessoas/IN%200272019%20Avalia%C3%A7%C3%A3o%20de%20Desempenho.pdf>.

Acesso em: 10 maio 2022.

PREFEITURA DE BELO HORIZONTE. PORTARIA SMPOG Nº 005/2019: Define as competências essenciais, específicas e gerenciais a que se refere o art. 5º dos Decretos nº 17.045/19 e nº 17.046/19, que dispõe sobre o processo de avaliação de desempenho, e define a escala dos conceitos e notas utilizadas no novo modelo de Avaliação de Desempenho por Competências. Belo Horizonte, MG, [2019b]. Disponível em:

[https://prefeitura.pbh.gov.br/sites/default/files/estrutura-de-governo/planejamento/gestao-de-pessoas/Portaria%20SMPOG%20005%202019%20\(1\)_0.pdf](https://prefeitura.pbh.gov.br/sites/default/files/estrutura-de-governo/planejamento/gestao-de-pessoas/Portaria%20SMPOG%20005%202019%20(1)_0.pdf). Acesso em: 10 maio 2022.

PREFEITURA DE BELO HORIZONTE. Decreto nº 17.045, de 9 de janeiro de 2019.

Regulamenta o processo de avaliação de desempenho dos agentes públicos integrantes do quadro geral de pessoal da administração direta do Poder Executivo. Belo Horizonte, MG, [2019c]. Disponível em: [https://prefeitura.pbh.gov.br/sites/default/files/estrutura-de-governo/planejamento/gestao-de-pessoas/Decreto%20n%C2%BA%2017.045%20de%209%20de%20janeiro%20de%202019%20\(1\).pdf](https://prefeitura.pbh.gov.br/sites/default/files/estrutura-de-governo/planejamento/gestao-de-pessoas/Decreto%20n%C2%BA%2017.045%20de%209%20de%20janeiro%20de%202019%20(1).pdf).

Acesso em: 10 maio 2022.

PREFEITURA DE BELO HORIZONTE. **BH é da Gente:** três anos de lazer e cidadania.

2020, Belo Horizonte, MG [2020]. Disponível em: <https://prefeitura.pbh.gov.br/noticias/bh-e-da-gente-tres-anos-de-lazer-e-cidadania>. Acesso em: 13 maio. 2022.

PREFEITURA DE BELO HORIZONTE. Lei nº 11.308, de 09 de setembro de 2021. Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da Lei do Orçamento Anual de 2022 e dá outras providências. Belo Horizonte, MG, [2022]. Disponível em:

https://prefeitura.pbh.gov.br/sites/default/files/estrutura-de-governo/planejamento/SUPLOR/Diretoria%20Central%20de%20Coordena%C3%A7%C3%A3o%20do%20Or%C3%A7amento/LDO/ldo_2022_lei_11308_09-09-2021_e_anexos.pdf.

Acesso em: 14 maio 2022.

PREFEITURA DE BELO HORIZONTE. **BHMap v.0.0.3.1.** Programa Geoprocessamento Corporativo – PRODABEL. Belo Horizonte, MG. Disponível em:

http://bhmap.pbh.gov.br/v2/mapa/idebhgeo#zoom=1&lat=7797324.37115&lon=614081.12354&baselayer=base&layers=academia_ceu_aberto%2Ccampo_futebol%2Cequip_esportivo_especializado%2Cginasio%2Cpista_skate%2Cquadra. Acesso em: 13 maio 2022.

PREFEITURA DE BELO HORIZONTE. Decreto nº 17.871, de 15 de fevereiro de 2022: Disciplina a utilização de vias e logradouros públicos para prática de treinos esportivos e atividades físicas em grupos. Belo Horizonte, MG, [2022]. **Diário Oficial do Município**. Disponível em: <https://dom-web.pbh.gov.br/visualizacao/ato/10188>. Acesso em: 12 maio 2022.

SAMPIERI, Roberto Hernández; COLLADO, Carlos Fernández; LUCIO, Pilar Baptista. **Metodología de la investigación**. 6ª edición. México:Mc Graw Hill Education. El oso panda.com. Disponível em: <https://www.uca.ac.cr/wp-content/uploads/2017/10/Investigacion.pdf>. Acesso em: 28 abr. 2022.

SENGE, Peter. A Quinta Disciplina. **Círculo do Livro**. Editora Best Seller: São Paulo, 1998. p 25

SILVA, Lorryne Ariadne Costa *et al.* Programa BH é da Gente: análise do perfil e comportamento de usuários. XII Congresso Brasileiro de Atividade Física e Saúde (CBAFS). *In: Anais eletrônicos [...]*, Curitiba: **Revista Brasileira de Atividade Física e Saúde**, 2019. Sociedade Brasileira de Atividade Física e Saúde. Disponível em: <https://rbafs.org.br/RBAFS/article/view/14171/10989>. Acesso em: 11 maio 2022. p 65.

STEWART, Thomas, A. **A Riqueza do Conhecimento: o capital intelectual e a organização do Século XXI**. Editora Campus Ltda. Elsevier Science. Rio de Janeiro, 2002, p 30.

ABORDAGEM ERGOLOGICA DO TRABALHO: NORMAS, SABERES E VALORES NO OFÍCIO DE COSTUREIRA

doi: 10.47930/1980-685X.2022.0107

ROSA, Mislene A. Gonçalves – misleneag@gmail.com
Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Educação
Av. Pres. Antônio Carlos, 6627 – Pampulha
31270-901 – Belo Horizonte – MG – Brasil

CUNHA, Daisy Moreira – daisycunhaufmg@gmail.com
Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Educação
Av. Pres. Antônio Carlos, 6627 – Pampulha
31270-901 – Belo Horizonte – MG – Brasil

Resumo: *A comunicação aqui descrita tem origem na pesquisa de doutoramento intitulada “Competências do feminino? Normas, saberes e valores no ofício de costureiras”¹. Dentro dessa realidade o artigo propõe responder à questão: quais normas, saberes e valores perpassam a atividade no ofício de costureira. A abordagem ergológica do trabalho foi a orientação teórica que fundamentou as reflexões e análises apresentadas. A metodologia utilizada, em termos de técnicas e ferramentas, incluiu revisão da literatura, estudo preliminar, observação e entrevista semiestruturada. Os achados da pesquisa apontaram que ofício de costureira não apresenta um procedimento formal escrito, no entanto a atividade não é desprovida de normas, as costureiras fazem de seu trabalho um espaço de normas que tenham pertinência com a atividade, atribuem normas e valores que possuem sentidos para elas e para o ofício.*

Palavras-chave: *Abordagem ergológica do trabalho. Ofício de costureira. Normas. Saberes. Valores.*

¹ ROSA, Mislene Aparecida Gonçalves. **Competências do feminino? Normas, saberes e valores no ofício de costureiras**. 2022. 176p. Tese (Doutorado em Educação). Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2022.

1 INTRODUÇÃO

A comunicação aqui descrita tem origem na pesquisa de doutoramento intitulada “Competências do feminino? Normas, saberes e valores no ofício de costureiras”, desenvolvida junto ao Programa de Pós-Graduação em Educação: Conhecimento e Inclusão Social da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais (FaE/UFMG), sob orientação da Profa. Dra. Daisy Moreira Cunha. Neste artigo propõe-se discutir a questão: quais normas, saberes e valores perpassam a atividade no ofício de costureira, esta questão é parte integrante da pesquisa completa de doutoramento.

Os achados da pesquisa foram analisados na perspectiva da abordagem ergológica do trabalho, objetivando compreender a atividade a partir de aspectos identificados como normas, valores e saberes expressos no ofício de costureira. Discutiu-se como as costureiras mobilizam diferentes valores e saberes, por meio de um debate de normas que situa e constrói a atividade, à luz da abordagem ergológica, teoria a qual lança um olhar que expande a atividade de trabalho.

De acordo com Schwartz (1998, p.81), “toda situação de trabalho seria sempre, segundo graus variáveis, experiência, encontro; por isso, ela é colocada à prova de normas e valores antecedentes numa situação histórica sempre em parte singular”. O autor argumenta que o sujeito faz valer suas próprias regras de vida para construir sua identidade, a dimensão coletiva do trabalho coloca em cena histórias inigualáveis, trazendo uma oportunidade para o sujeito tornar singular o meio, tentando fazer valer ali suas próprias normas de vida, suas próprias referências, através de uma síntese pessoal de valores.

No mesmo sentido, constatou-se que as costureiras fazem de seu trabalho um espaço de normas que tenham pertinência com a atividade, atribuem normas e valores que possuem sentidos para elas e para o ofício.

Abordagem ergológica do trabalho

As interpelações teórico-metodológica pluridisciplinar desenvolvida na abordagem ergológica propõe um novo tratamento ao estudo da situação de trabalho, as normas antecedentes são confrontadas e renormalizadas pelos sujeitos. Neste sentido, tal abordagem foi primordial para compreender e discutir a questão proposta neste artigo, quais normas, saberes e valores perpassam a atividade no ofício de costureira?

De acordo com Schwartz (2007a, p. 13) toda atividade de trabalho comporta debates de normas e valores; os valores estão presentes no mais microscópico dos atos de trabalho, as escolhas de atividades, sobre as quais pesam os valores geram também trajetórias de saberes. Cunha (2014, p. 2), explica que “a complexidade das renormalizações da atividade está em interação com os diversos níveis de normas antecedentes aos quais faz face no meio em que opera – das prescrições mais simples presentes na tarefa às normas socioculturais mais gerais”.

A proposta da construção da perspectiva ergologia se ampara em discussões provenientes da ergonomia da atividade, de origem francófona, e da filosofia das normas de Georges Canguilhem. Outra fonte de influência para abordagem ergológica é noção de Comunidade Científica Ampliada desenvolvida por Ivar Oddone, como nova concepção de pesquisa, em torno de discussões provenientes de contextos envoltos por grande tensão e conflitos correlatos às más condições de trabalho.

Schwartz (2007a, p. 13) resgata “a noção de atividade a partir enigmática distância entre o trabalho prescrito e o trabalho real, tratada pela ergonomia de tradição francófona”. O descompasso entre o trabalho prescrito e o trabalho real requer do sujeito um debate permanente com as normas antecedentes à atividade.

Schwartz na Conferência proferida na Journées de Réflexion et de Débats “Intervention et Savoirs” La Pensée au Travail, Conservatoire National des Arts et Métiers (CNAM), faz sua contribuição com objetivo de elucidar em que sentido a reelaboração do conceito de atividade conduz a renovar nosso olhar sobre a relação entre a construção dos saberes e as experiências de vida.

[...] as vidas sociais e principalmente as vidas das pessoas no trabalho, são, já, antes de todo agir, manipuladas por conceitos: através das práticas sociais, das formações discursivas, exprime-se em nós, através de nós, um sistema social de colocação de lugares, que absorve antecipadamente tudo o que se poderá dizer de pertinente a esse respeito. (SCHWARTZ, 2007a, p. 2).

A abordagem ergológica permite situar de maneira complexa o conceito de trabalho porque o remete à atividade humana, o trabalho enquanto produto da vivência individual e coletiva. Schwartz (2007a) reflete sobre a necessidade de renovar nosso olhar sobre a relação entre a construção dos saberes e as experiências de vida, pensar novas formas de interferência dos saberes na experiência, para Schwartz (2007a) o uso que o sujeito faz de si no trabalho é singular e a consciência desta singularidade permite a objetivação e a desnaturalização das atividades de trabalho.

Enquanto método analítico a abordagem ergológica parte da complexidade da atividade entendendo-a como um objeto transdisciplinar, para compreender e intervir nas situações de trabalho para transformá-las, busca estabelecer um diálogo pluridisciplinar. Conforme Trinquet (2010, p. 94), “embora a abordagem ergológica seja muito elaborada cientificamente, ela não é uma nova disciplina, trata-se de um método ou de uma metodologia que permite abordar a realidade da atividade humana, em geral, e a atividade de trabalho, em particular.”

Durrive (2011) explica que o mundo é continuamente transformado pela atividade humana e essa transformação produz saberes, de construções híbridas, mais ou menos em aderência, portanto ligadas a valores preconcebidos localmente, e mais ou menos em desaderência, quer dizer, próximos de uma elaboração conceitual.

Assumindo a atividade de trabalho como uma totalidade, busca-se estabelecer a relação entre os saberes conceituais das disciplinas científicas e os saberes investidos estruturados na experiência permitindo a formulação de um novo tipo de conhecimento. Trinquet (2010), ao abordar a pluridisciplinaridade ergológica reforça que é preciso colocar em dialética os saberes elaborados pelas disciplinas científicas (saberes constituídos) com os saberes adquiridos na experiência (saberes investidos). A complexidade da atividade humana inviabiliza que sua compreensão seja realizada a partir de uma única disciplina, qualquer que seja ela, sendo assim “todas são necessárias, embora nenhuma seja suficiente. Trata-se, portanto, de colocar em dialética – e não somente de sobrepô-las umas sobre as outras – o conjunto dos saberes elaborados pelas outras disciplinas.” (TRINQUET, 2010, p. 94).

2 METODOLOGIA

A metodologia apresentada é parte da pesquisa de doutoramento, cujo objetivo amplo foi desvelar a complexidade dos saberes da mulher costureira, buscando identificar quais são e como foram desenvolvidos estes saberes, possibilitando compreender em que medida os saberes constituído pelas mulheres no âmbito do trabalho reprodutivo, são mobilizados nas relações de trabalho produtivo apontando aspectos da dinâmica entre estes, por meio da análise das competências evidenciadas em situações de trabalho.

As indicações metodológicas utilizadas para o desenvolvimento da pesquisa têm sua escolha justificada pelo objeto e pelas questões diante das quais ele nos coloca, desta forma, utilizou-

se de três técnicas de coletas de dados: i) pesquisa exploratória; ii) observação; e iii) entrevistas semiestruturadas.

A pesquisadora realizou um estudo preliminar participando de um curso de Corte e Costura com duração de 4 (quatro) meses, este estudo prévio teve a finalidade principal de elaborar um instrumento de coleta de dados baseado nas experiências reais dos sujeitos de pesquisa, no seu vocabulário e ambiente de trabalho. A natureza qualitativa e contextual do estudo preliminar se aproxima do procedimento metodológico denominado pesquisa exploratória, conforme Quivy e Campenhoudt (1998, p.72) “define-se pesquisa exploratória, na qualidade de parte integrante da pesquisa principal, como o estudo preliminar realizado com a finalidade de melhor adequar o instrumento de medida à realidade que se pretende conhecer”.

Poder-se-ia pensar o local escolhido para a pesquisa empírica, sala de costura de costureiras que trabalham em casa, como um ambiente bastante comum e rotineiro, o estudo preliminar permitiu a pesquisadora minimizar os efeitos que distorcem a percepção, permitiu que a realidade fosse percebida tal como ela é, e não como a pesquisadora pensava que fosse.

O estudo preliminar, da maneira proposta neste estudo, ocorreu de forma aberta e flexível com o objetivo de encontrar pistas de reflexão, descobrir enfoques e percepções, contribuindo para que, pouco a pouco, as percepções da pesquisadora fosse se ajustando à percepção dos sujeitos de pesquisa. Essas estratégias permitiram um entendimento do objeto de pesquisa e possibilitaram a definição de um percurso metodológico que favorecesse a sua ampliação.

Posteriormente utilizou-se da técnica de observação para apreensão das atividades realizadas, optou-se por escolher duas costureiras como sujeitos de pesquisa para investigar detalhadamente sua atividade de trabalho.

De acordo com Velho (1978, p. 123), na observação o/a pesquisador/a deve captar as experiências e vivencia do objeto de estudo e ao mesmo tempo deve mergulhar no problema da pesquisa com uma distância social e psicológica. Sendo assim, pautou-se na observação direta da atuação das costureiras, tal procedimento permitiu observar o fenômeno estudado mais de perto e, ainda, no momento em que está ocorrendo o trabalho real.

Os primeiros dias de observação foram filmados, importante informar que as costureiras foram avisadas que estavam sendo gravadas. Além da gravação do áudio e vídeo, fez-se

também um registro escrito de alguns acontecimentos que chamaram mais a atenção da pesquisadora (diário de campo).

A princípio a observação seria o único instrumento de coleta de dados, no entanto no decorrer do processo por vezes, a pesquisadora considerou muito difícil apenas observar, a observação não parecia nem completa, nem consistente para responder a problemática de pesquisa. Sendo assim, em face da natureza dos objetivos da pesquisa, além da observação direta da atuação das costureiras, optou-se também pela realização de entrevistas semiestruturada. As entrevistas foram gravadas em áudio e transcritas na íntegra, possibilitando uma análise que inter-relacione a percepção e a realidade das costureiras em relação a realização de sua atividade e seus saberes teóricos e práticos.

A entrevista semiestruturada possibilitou a exposição espontânea do sujeito sobre fatos e informações, bem como permitiu observar atitudes e esclarecer dúvidas sobre percepções, sentimentos e atitudes relativos aos saberes requeridos, mobilizados, reconhecidos e valorizados na atividade da costureira, função socialmente considerada feminina.

O processo de observação e entrevista aconteceu no segundo semestre de 2019. Após o consentimento de Jade e Ágata (nomes fictícios) iniciou-se o processo de observação da atividade no respectivo local de trabalho. Elas demonstraram bastante receptividade o que contribuiu para os resultados do estudo.

Durante as entrevistas a pesquisadora manteve-se na maior parte do tempo calada, exceto nos momentos de explicação inicial e arguição das perguntas, não interrompendo de forma a não influenciar as respostas das costureiras. O objetivo era deixá-las falar livremente, expondo o máximo possível o seu ponto de vista, justificativas e razões.

Jade: 51 Anos; casada; um filho. Se interessou por costura ainda criança quando via a mãe costurando em casa. Começou a costurar profissionalmente quando precisou de uma fonte de renda para sustentar a família enquanto marido estava desempregado. Depois que começou a trabalhar nunca mais parou, ela relata que herdou a profissão da mãe, mas de fato gostou de ser costureira. Durante toda sua trajetória alternou entre diferentes posições na costura, trabalhou produzindo peças completas sob encomenda, realizando reformas de peças já prontas e como costureira faccionista. Motivada para manter o cuidado com o filho, priorizou trabalhar em casa.

Ágata: 63 anos; divorciada; dois filhos. Ela relata que sempre gostou de costurar, mas nunca teve uma oportunidade de terminar um curso de qualificação. Iniciou alguns cursos de modelagem, corte e costura, contudo sempre acabava abandonando para cuidar dos filhos pequenos. Aprendeu a costurar com a mãe e a tia, trabalhava em casa fazendo consertos e customizações em roupas já prontas. Hoje, já com os filhos crescidos, montou em casa um ateliê onde produz peças sob encomenda e para compor a renda também faz alguns trabalhos como costureira faccionista.

Logo após cada entrevista anotou-se no diário de campo as primeiras percepções e interpretações, através dos relatos de Jade e Ágata foi possível colher muitas informações para desenhar o perfil das costureiras.

3 OFÍCIO DE COSTUREIRA: NORMAS, SABERES E VALORES

De acordo com Schwartz o meio de trabalho é sempre variável e imprevisto, tornando necessário uma mobilização de saberes, por meio de escolhas a serem feitas, deixando o trabalho de ser uma mera execução, mas um uso de si. Schwartz (2000b) explica o termo uso de si frente as infidelidades do meio, uso si por si mesmo é o uso que fazemos nós mesmos para renormalizar as prescrições e criar estratégias singulares para enfrentar os desafios do meio e o uso de si pelos outros, é o uso que o outro faz de nós para execução do trabalho, sendo o trabalho, em parte, heterodeterminado por meio de normas, prescrições e valores constituídos historicamente.

Segundo Schwartz (2003), existe uma tensão entre uso de si por si e pelos outros, toda atividade é prevista por normas (científicas, técnicas, organizacionais, hierárquicas), que remetem a relações de desigualdades e de poder, essa dualidade é justamente o que torna o trabalho um drama. Schwartz traz o conceito dramáticas de usos de si, para explicar a tensão entre norma prescrita, infidelidade do meio, renormalização e atividade singular.

Drama porque as relações de força são desiguais: o desenvolvimento das ciências, sua incorporação nas técnicas, mas também a autoridade, o poder que confere a todo argumentário social sua apresentação, sob o modo conceitual, não cessaram e não cessam de impedir o outro uso. (SCHWARTZ, 2003, p. 23).

Schwartz (2007a) argumenta que apesar de todo esse trabalho dramático, o/a trabalhador/a precisa transgredir, fazer valer suas próprias regras de vida e constituir sua identidade de trabalhador/a. A dimensão coletiva do trabalho coloca em cena histórias singulares, trazendo uma oportunidade do/a trabalhador/a ‘desanonimar’ o meio, tentando fazer valer ali suas

próprias normas de vida, suas próprias referências, por meio de uma síntese pessoal de valores.

Sendo assim, ainda que o ofício das costureiras não se apresente com um procedimento formal escrito, a atividade não é desprovida de normas, as costureiras fazem de seu trabalho um espaço de normas que tenham pertinência com a atividade.

Nouroudine (2011) conclui que as normas do trabalho informal são diferentes das normas do trabalho mercantil, no trabalho informal é preciso buscar as normas nos relatos do sujeito em situação de trabalho.

Ela é, notadamente, de acesso relativamente difícil. Muitas vezes é preciso buscá-la na fala, e não na escrita. Sua função organizadora só se dá a perceber na trama das atividades sociais. Isso implica acionar uma análise aprofundada das atividades. Mas, como cada norma intrínseca a uma determinada atividade está estreitamente correlacionada às normas de outras atividades, a coerência de uma norma particular só pode ser esboçada em uma abordagem sintética da realidade social própria ao coletivo de vida em questão. Quando este é organizado de maneira tal que a satisfação das necessidades de seus membros pode passar igualmente pelo trabalho mercantil, pelo trabalho não mercantil e pelo ‘trabalho informal’ (e que essas diferentes formas do trabalho, em vez de se oporem sistematicamente, muitas vezes se completam), surge um fenômeno de circulação das normas, valores, atividades, saberes de uma forma de trabalho para outra que complexifica o esforço de compreendê-las. (NOUROUDINE, 2011, p. 70).

O empenho da pesquisa estava justamente em buscar na observação da atividade e na fala das costureiras quais normas e valores faziam sentidos para elas e para o ofício. Observou-se, que característica como pontualidade, compromisso e capricho são extremamente valorizadas e percebidas como atributos de uma boa costureira.

Para ser uma boa costureira precisa de capricho, qualidade, dedicação e responsabilidade com prazo. É um conjunto de coisas, pontualidade e capricho, para você não ter prejuízo. (ÁGATA).

Na observação da atividade foi possível evidenciar normas antecedentes, por exemplo estabelecer um prazo de entrega, planejamento na compra de insumos (linhas; agulhas; botões; outros); organizar o espaço de trabalho.

Você tem que ter uma disciplina, você tem dia e hora para entregar a roupa. Então você tem que ter disciplina, paciência e amor pela profissão, porque se você não tiver amor você não trabalha bem. O compromisso precisa estar em primeiro lugar. (JADE).

Tais normas não estão escritas, Jade usa a palavra “disciplina” para expressar que as 6 horas da manhã precisa estar na sala de costura. Ágata usa a palavra “responsabilidade” para dizer que quando ela combina uma data de entrega com a cliente ela cumpre o que foi acordado. Na obra “O normal e o patológico”, George Canguilhem estabelece que viver é normativo, “esse ponto de vista é o da normatividade vital. Viver é, mesmo para uma ameba, preferir e excluir.

Um tubo digestivo, órgãos sexuais são normas do comportamento de um organismo” (CANGUILHEM, 2009, p. 52).

Observando a atividade de trabalho, constatou-se que cada costureira interpreta e aplica as normas a partir de um conjunto de elementos que são influenciados pelo contexto específico em que a situação de trabalho se desenvolve. Jade relata que procura trabalhar em casa como se estivesse em uma fábrica, tem o horário certo para se dedicar a atividade:

A minha disciplina é como se eu estivesse em uma fábrica, só paro para tomar café e almoçar, não faço hora de almoço, nem nada. Quando eu estou focada na costura, é só costura. (JADE).

Ágata lida com a organização do tempo de forma diferente, ela não estabelece um horário fixo para iniciar o trabalho. O foco dela está em entregar a roupa no prazo determinado por isso diversas vezes tem uma longa jornada de trabalho costurando.

Não tem hora certa não, tem dia que eu levanto mais cedo organizo só um cafezinho e já vou para a costura. Começo a fazer uma peça, se eu vejo que aquela peça ficou boa eu continuo o resto. Se eu tenho muito serviço com o prazo pequeno para entregar eu trabalho 12 a 15 horas por dia. Quando tenho pouca encomenda eu trabalho bem menos. (ÁGATA).

Ao examinar a interação estabelecida entre as normas criadas pelas próprias costureiras, é possível constatar que, de alguma maneira, as experiências singulares de cada uma são convocadas. Elas desenvolvem estratégias que legitimam sua condição de profissionais, levando a produção de um saber incrustado na sua experiência. O foco são os valores intrínsecos as costureiras ao reelaborarem as normas no trabalho e gerir sentidos para suas atividades.

De acordo Schwartz (2011b, p. 33) “a atividade não é um puro encadeamento de normas e procedimentos”, uma atividade de trabalho é sempre o lugar, mais ou menos infinitesimalmente, de reapreciação, de julgamentos sobre os procedimentos, os quadros, os objetos do trabalho, e por aí não cessa de ligar um vaivém entre o micro do trabalho e o macro da vida social cristalizada, incorporada nessas normas.

O espaço de trabalho representa o ponto de partida para as costureiras desenvolverem suas habilidades na prática da renormalização, importante destacar que deter certo controle do espaço é determinante para que elas possam reinterpretarem e reinventarem as normas. Para as costureiras escolhidas como sujeitos de pesquisa, o espaço de trabalho é o mesmo espaço de casa, tal fato leva a outras questões que serão melhor discutidas nos próximos capítulos.

Nas palavras de Canguilhem (2009, p. 78), “a vida não é, portanto, para o ser vivo, uma dedução monótona, um movimento retilíneo; ela ignora a rigidez geométrica, ela é debate ou explicação com um meio em que há fugas, vazios, esquivamentos e resistências inesperadas. ”

Ainda que o trabalho da costureira possa ser pouco valorizado e reconhecido socialmente, o produto final do trabalho está associado a valores além do valor monetário. Durante a pesquisa foi evidenciado que as costureiras demonstram um sentimento de gratidão em relação a oportunidade de mostrarem seu potencial, elas consideram que seu sucesso profissional é proporcionado pelo benefício de uma oportunidade, esse fator é muito importante do ponto de vista do reconhecimento profissional. Ficou evidente na fala das entrevistadas que elas enfatizam e valorizam e a relação de confiança que constroem nas interações com as clientes, a confiança estabelecida promove o empenho para o constante aprendizado.

A individualidade de cada costureira está impressa nas roupas produzidas, mostrando que o ofício de costura não é constituído somente por tecidos, aviamentos e moldes padronizados, mas também indica a presença do sujeito, de jeitos próprios de trabalhar, de renormalização, de escolhas, de valores e saberes. Para cada costureira realizar um trabalho de qualidade é uma questão de honra, não se trata apenas de manter a cliente satisfeita, mas também, uma forma de mostrar a sua competência profissional e pessoal.

A atividade de costura é constituída por normas, valores e saberes, no ofício das costureiras os saberes envolvidos são constituídos com a prática diária na confecção de peças, por isso a atividade acaba sendo considerada como um trabalho basicamente de execução, sem qualquer evolução criativa por parte do executor. No entanto ainda que a atividade pareça essencialmente manual, fragmentada e repetitiva, cada costureira desenvolve saberes e valores, são conhecedoras de vários tipos de tecidos, insumos, acessórios, acabamentos e até noções de manutenção no maquinário de costura.

Dessa forma, em seu relato Jade explica como organiza seu trabalho, citando inclusive que precisar ter noções básicas de como dar manutenção na máquina de costura:

A minha primeira organização é limpar as máquinas, tirar óleo de máquina, passar álcool para não sujar a roupa. Testar se a máquina está costurando bem, ver se não tem nenhum ponto errado. Eu não gasto muito dinheiro com a manutenção das máquinas, eu mesmo arrumo, não preciso sempre chamar o técnico. Às vezes é problema simples de arrumar, por exemplo quando os pontos da linha ficam arrebatando, já sei onde tenho que regular o parafuso para não ficar frouxo. Ano passado eu chamei o técnico para arrumar uma máquina que estragou a carretilha, ele arrumou, mas não ficou boa. Depois ele me orientou pelo *WhatsApp* e eu consegui mexer nela sozinha, agora a máquina está costurando. (JADE).

Freidson explica a relação entre trabalho qualificado e não-qualificado a partir do conceito de divisão do trabalho proposto por Marx:

O trabalho qualificado se distingue do não-qualificado por um critério adicional - o grau em que essas atividades são simples e repetitivas, ou variam de um ofício para outro. Aquilo que Karl Marx chamou “divisão de trabalho parcelar”, um número relativamente pequeno de ações simples, repetitivas e invariáveis, representa o que decidi chamar especialização mecânica. No outro extremo fica o trabalho especializado que não pode ser desempenhado mecanicamente, pois as contingências de uma tarefa em particular variam tanto, em relação a outras, que o trabalhador precisa ter considerável discernimento para adaptar seu conhecimento e sua qualificação a cada circunstância, a fim de trabalhar com sucesso. (FREIDSON, 1998, p. 2).

Sennett (2009), percebe que em todo trabalho a habilidade torna-se sincronizada com a atividade, não se trata apenas da aquisição de um conhecimento em profundidade, mas o diálogo constante entre o fazer e o pensar, de forma indissociada. O autor explica que “em patamares mais elevados, a técnica deixa de ser uma atividade mecânica; as pessoas são capazes de sentir plenamente e pensar profundamente o que estão fazendo quando o fazem bem” (SENNETT, 2009, p. 30).

Nessa perspectiva, Ágata relata como realiza o aprimoramento técnico de seu ofício, ela forja seu corpo e sua mente na realização da atividade, ressalta que se sente muito feliz em aprender e ensinar o ofício em seu dia a dia:

Para sentar na máquina e fazer ou consertar uma roupa tem que ter muito treino. Eu peguei minha máquina e fui costurando, errando muito e aprendendo muito também. Fui descobrindo coisas maravilhosas costurando, mas eu nunca tinha ensinado ninguém, aí minha vizinha queria aprender a costurar e eu ensinei o que eu sabia, com isso eu aprendi ainda mais. É maravilhoso quando você encontra alguém que ama a costura igual você ama, você se apaixona ainda mais. Por isso não posso dizer que sei tudo da costura, eu aprendo todo dia. (ÁGATA).

De acordo com Sennett (2009), toda atividade se baseia em aptidão técnica desenvolvida em alto grau, o autor aponta que se deve, portanto, desconfiar das supostas habilidades inatas e sem treinamento. Logo pode-se afirmar que, ao ver o trabalho de uma costureira é fato que ela aprendeu uma técnica complexa por meio de muito estudo, ainda que esse processo de formação não seja formalmente reconhecido.

Outro ponto problemático é que o ofício de costureira, por vezes, é associado a um trabalho doméstico e não profissionalizado. De fato, no estudo empírico e no estudo teórico foi possível evidenciar que, na maioria dos casos, o aprendizado do ofício da costura se estabeleceu a partir de um ensino não formal, mas é importante destacar que isto não é obstáculo para estas mulheres exercerem a profissão.

Eu aprendi a costurar com minha avó, ela me orientava, me mostrou como cortava o tecido se era pelo avesso ou pelo direito. A primeira peça que ela me ensinou foi uma saia, sem molde sem nada, ela só media a cintura e marcava mais ou menos o comprimento, cortava o pano e colocava o zíper. Depois dessa saia eu empolguei com a costura, nunca mais parei de costurar. (ÁGATA).

Sem uma qualificação formal, o que se observou na prática é a utilização de outros meios para validar os saberes envolvidos no ofício, as costureiras não são meras executoras de processos predeterminados, estas profissionais agregam diversos valores a atividade. Tais evidências, podem ser encontradas nas falas das entrevistadas que são exemplificadas nas passagens:

Faço meu trabalho com qualidade, é tão bom você ver uma pessoa usando uma peça que você fez, traz um orgulho, você se sente realizada, porque é uma coisa que a gente fez. Me dá muito prazer quando alguém pega uma peça que eu fiz, olha e fala assim: “a peça dela não tem nenhum defeito, ficou perfeita”. (JADE).

Observa-se um elemento de motivação na fala de Jade, o desejo de qualidade faz com que ela realize o seu trabalho numa constante busca pela perfeição. Assim, como Sennett (2009, p. 30) observa na atividade do carpinteiro, “ainda que sua atividade tenha caráter prático, sua lida não é apenas meio para alcançar um outro fim.”

Ser costureira para mim é uma honra, porque sabendo que fiz um trabalho, que outra pessoa viu, gostou e elogiou, eu já não me sinto muito inútil. Para mim é um troféu quando a cliente experimenta a roupa e eu vejo que ela gostou. Me sinto realizada quando ela veste a roupa e diz “estou linda”. Se eu fiz meu trabalho com capricho e eu mesma gostei a cliente vai ficar mais grata ainda. Quando alguém vê meu trabalho e pergunta: “nossa que roupa linda e maravilhosa, quem fez?”. Fico muito feliz e tento fazer ainda melhor da próxima vez. (ÁGATA).

A relação entre os saberes e os valores estão articulados a atividade, chamam atenção para a singularidade do sujeito ao apresentar o produto de seu trabalho, tanto Jade quanto Ágata expressam na costura sua maneira de relacionar com si mesmas e com o outro, a busca por qualidade, a confecção de um bom trabalho, é o principal fator na forma como elas se apropriam de saberes e o que atribuem como valor.

Fischer (2016) aborda o assunto de forma semelhante, relata por exemplo que a forma que a costureira faz o acabamento de uma peça, costuras e bainhas, pode tornar a roupa uma obra prima:

A estética e o toque do acabamento podem fazer da roupa uma obra-prima ou acabar com a peça. É sempre necessário ter um bom conhecimento sobre fechamentos, forros, comportamento de tecidos técnicas, tradicionais de acabamentos ou técnicas para tecidos específicos. (FISCHER, 2016, p. 165).

É válido afirmar que, embora existam qualificações formais em relação à atividade da costura, essa qualificação não é fator determinante para executar a profissão, até porque a profissão da costureira ainda é uma atividade não regulamentada no Brasil, conforme já mencionado. Os

saberes profissionais das costureiras entrevistadas foram validados no trabalho real, por meio de experiências anteriores e na prática diária de costura.

Apoiando-se nas pesquisas empíricas aprofundadas de Everett Hughes (1955), descrito no artigo “The making of a physician - A fabricação de um médico”, Dubar (2012) corrobora o argumento empírico ao explicar que se tornar um profissional médico não estava unicamente associado ao ingresso na universidade e na aquisição de conhecimentos teóricos e abstratos, o êxito da formação profissional era atingido a partir da iniciação ao trabalho real (oposto de trabalho prescrito). O autor conclui que “não se trata fundamentalmente de acumulação de conhecimentos, e sim de incorporação de uma definição de si e de uma projeção no futuro, envolvendo, antes de tudo, o compartilhamento de uma cultura do trabalho profissional e a exigência do trabalho bem feito” (DUBAR, 2012, p. 357).

Também para a costureira o fazer estar relacionado ao pensar, ao desenvolver esta relação elas aperfeiçoam sua técnica, a qual deixa de ser apenas uma habilidade para tornar-se um saber sincronizado com à situação de trabalho, gerando novas competências. De acordo com Sennett (2009, p. 30) “em seus patamares mais elevados, a técnica deixa de ser uma atividade mecânica; as pessoas são capazes de sentir plenamente e pensar profundamente o que estão fazendo quando o fazem bem”.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Retomando a questão proposta neste artigo, quais normas, saberes e valores perpassam a atividade no ofício de costureira, constatou-se que a atividade das costureiras não apresenta um procedimento formal escrito. No entanto a atividade não é desprovida de normas, as costureiras fazem de seu trabalho um espaço de normas que tenham pertinência com a atividade, normas e valores que possuem sentidos para elas e para o ofício.

Não se tratou de investigar qualquer situação ou discorrer sobre qualquer atividade, mas de analisar uma situação bem delimitada e inscrita no âmbito doméstico. Para as costureiras o espaço de trabalho é o mesmo espaço de casa, esse espaço representa o ponto de partida para as costureiras desenvolverem suas habilidades. Na prática da renormalização deter certo controle do espaço é determinante para que elas possam reinterpretarem e reinventarem as normas, sendo que cada costureira interpreta e aplica as normas a partir de um conjunto de elementos que são influenciados pelo contexto específico em que à situação de trabalho se desenvolve.

Na observação da atividade foi possível evidenciar normas antecedentes, por exemplo estabelecer um prazo de entrega, planejamento na compra de insumos (linhas; agulhas; botões; outros); organizar o espaço de trabalho. Abordar o ofício de costureira significa estar diante de um universo de aspectos bastante amplos e em que várias normas, saberes e valores podem se encontrar. Observou-se, que característica como pontualidade, compromisso e capricho são extremamente valorizadas e percebidas como atributos de uma boa costureira.

Em geral as costureiras apontam como positivo o reconhecimento de seu trabalho, ainda que algumas atividades possam ser pouco valorizadas, o produto final do trabalho está associado a valores além do valor monetário. Contudo, as costureiras não estão do lado de fora da relação entre valores mercantis e não mercantis, elas visam a possibilidade de maiores ganhos financeiros em contradição com a relação com aspectos qualitativos da atividade. Ambos os valores, mercantis e não mercantis, encontram e estão em conflito no mesmo mundo do trabalho.

REFERÊNCIAS

CANGUILHEM, Georges. O normal e o patológico. Tradução de Mana Thereza Redig de Carvalho Barrocas; revisão técnica Manoel Barros da Motta; tradução doposfácio de Piare Macherey e da apresentação de Louis Althusser, Luiz Otávio Ferreira Barreto Leite. - 6.ed. rev. - Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009 rev. **Rio de Janeiro: Forense Universitária**, 2009.

CUNHA, Daisy Moreira. Ergologia e psicossociologia do trabalho: desconforto intelectual, interseções conceituais e trabalho em comum. **Cadernos de Psicologia Social do Trabalho**, v. 17, n. spe1, p. 55-64, 2014.

DUBAR, Claude. A construção de si pela atividade de trabalho: a socialização profissional. **Cadernos de pesquisa**, v. 42, n. 146, p. 351-367, 2012.

DURRIVE, Louis. A atividade humana, simultaneamente intelectual e vital: esclarecimentos complementares de Pierre Pastré e Yves Schwartz. **Trabalho, educação e saúde**, v. 9, p. 47-67, 2011.

FISCHER, Maria Clara Bueno. A arte de aprender a trabalhar coletivamente na vida de uma costureira. **Revista Trama Interdisciplinar**, v. 7, n. 1, 2016.

FREIDSON, Eliot. Renascimento do Profissionalismo-Teoria, Profecia e Política. **Edusp**, 1998.



NOUROUDINE, Abdallah. Como conhecer o trabalho quando o trabalho não é mais o trabalho? **Trabalho, Educação e Saúde**, v. 9, p. 69-83, 2011.

QUIVY, Raymond; CAMPENHOUDT, LucVan. **Manual de Investigação em Ciências Sociais**–Trajectos. 2ª edição. Lisboa: Gradiva _ Publicações, 1998.

SCHWARTZ, Yves. Os ingredientes da competência: um exercício necessário para uma questão insolúvel. **Educação & Sociedade**, v. 19, n. 65, p. 101-140, 1998.

SCHWARTZ, Yves. Trabalho e saber. **Trabalho & Educação**, v. 12, n. 1, p. 21-34, 2003.

SCHWARTZ, Yves. Do desvio teórico à atividade como potência de convocação dos saberes. **Serviço Social e Saúde**, v. 6, n. 1, p. 1-20, 2007a.

SCHWARTZ, Yves. Uso de si e competência. In **Trabalho e ergologia: conversas sobre a atividade humana**. SCHWARTZ, Yves; DURRIVE, Louis. (orgs). Niterói: EdUFF, p. 191-206. 2007b.

SCHWARTZ, Yves. Qual sujeito para qual experiência? *Tempus Actas de Saúde Coletiva*, v. 5, n. 1, p. ág. 55-67, 2011a.

SCHWARTZ, Yves. Intervenção, experiência e produção de saberes. **Serviço Social e Saúde**, v. 10, n. 2, p. 19-43, 2011b.

SENNETT, Richard. O artífice. 2ª edição. Rio de Janeiro: **Editora Record**, 2009.

TRINQUET, Pierre. Trabalho e educação: o método ergológico. **Revista HISTEDBR Online**, v. 10, n. 38e, p. 93-113, 2010.

VELHO, Gilberto. Observando o familiar. In: NUNES, Édson de Oliveira (org.). **A aventura sociológica: objetividade, paixão, improviso e método na pesquisa social**. Rio de Janeiro, Zahar, 1978

ERGONOMICAL APPROACH TO WORK: STANDARDS, KNOWLEDGE AND VALUES IN THE SEAMLESS WORK

***Abstract:** The communication described here originates from the doctoral research entitled “Female competences? Norms, knowledge and values in the craft of seamstresses”. Within this reality, the article proposes to answer the question: which norms, knowledge and values permeate the activity in the seamstress's craft. The ergonomical approach of the work was the theoretical orientation that based the reflections and analyzes presented. The methodology used, in terms of techniques and tools, included literature review, preliminary study, observation and semi-structured interview. The research findings showed that the seamstress does not have a formal written procedure, however the activity is not devoid of norms, seamstresses make their work a space of norms that are relevant to the activity, they attribute norms and values that have meanings for them and for the job.*

***Keywords:** ergonomical approach to work. Seamstress job. Standards. knowledge. Values.*

2020: O ANO QUE NÃO ACABOU – UM OLHAR PARA O TRABALHO DOCENTE NA REDE MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

doi: 10.47930/1980-685X.2022.0108

ALVES, Vanessa Aparecida – alves.van@gmail.com
UFMG, Faculdade de Educação
Av. Pres. Antônio Carlos, 6627 - Pampulha
31270-901 – Belo Horizonte – MG – Brasil

CUNHA, Daisy Moreira – daisycunhaufmg@gmail.com
UFMG, Faculdade de Educação
Av. Pres. Antônio Carlos, 6627 - Pampulha
31270-901 – Belo Horizonte – MG – Brasil

***Resumo:** O presente texto apresenta reflexões desenvolvidas no âmbito de uma pesquisa de doutoramento, em curso, em que se propõe realizar uma análise situada da atividade de trabalho docente no Ensino Fundamental, em uma escola da Rede Municipal de Educação (RME) de Belo Horizonte, no contexto do trabalho teletrabalho imposto pela pandemia de COVID-19.*

***Palavras-chave:** Trabalho docente; ergologia; saberes; valores; teletrabalho.*

1 INTRODUÇÃO

Uma vez que convocados ao isolamento social devido à pandemia em curso de COVID-19, vimos muitas atividades de trabalho se deslocarem para o espaço doméstico. Dentre tantos trabalhos que migraram para este home office improvisado, está o trabalho docente. O contexto da pandemia de COVID-19 causada pelo vírus SARS-CoV-2, declarada pela OMS no dia 11 de março de 2020, impôs a professores e professoras, dentre tantos outros trabalhadores, um cenário de transformações tão repentinas quanto inesperadas e de indagações que requerem reflexões. Diante das escolas fechadas pela grave crise sanitária que vivenciamos, professores e professoras de todo o mundo que, até então, lecionavam no conhecido espaço de suas salas de aula viram-se diante da realidade de um teletrabalho com as características de um home office improvisado. Quer se dedicassem ao ensino remoto emergencial ou ao planejamento e reestruturação do projeto pedagógico de suas escolas, a

construção de alternativas para o momento de toda forma, parecia desembocar no ensino remoto e na discussão de modelos de ensino híbrido.

Novas demandas se apresentaram ao trabalho dos professores impondo outras normas para sua organização e, com elas, novas prescrições surgiram no desenrolar da pandemia, após março de 2020. As possibilidades de interação com os colegas e com os estudantes ficaram, por um período significativo, limitadas às tecnologias digitais da informação e comunicação. Seja qual fosse o dispositivo, a internet passou a ser a via principal para estas relações. É justamente do trabalho docente nesse contexto pandêmico, em uma escola da Rede Municipal de Educação (RME) de Belo Horizonte, visto à luz da abordagem ergológica, que vimos nos debruçando no desenvolvimento da pesquisa de doutoramento em curso.

2 CONTEXTUALIZANDO O ESTUDO DESENVOLVIDO

No Brasil, o processo de fechamento das escolas e de construção de estratégias para a continuidade do processo de escolarização no contexto pandêmico se deu com diferentes nuances conforme as regiões, governos locais e redes de ensino, refletindo a falta de coordenação das ações por parte do Ministério da Educação. Voltando nosso olhar para o Ensino Fundamental no município de Belo Horizonte, Minas Gerais, temos, desde meados do mês de março de 2020, convivendo entre si, distintas realidades conforme a rede de ensino: municipal, estadual (dentro da qual há ainda a realidade das escolas militares), privada, federal. Em comum temos o fato de que, diante das medidas de isolamento e distanciamento social, com o fechamento das escolas por um período de tempo incerto, vimos a escola como conhecíamos até então e as configurações do nosso próprio trabalho no seu interior desvanecerem dia após dia.

Perpassando brevemente as redes de ensino que atendem a ampla maioria dos estudantes do Ensino Fundamental no município de Belo Horizonte - rede municipal, estadual (não se considerando as especificidades das escolas militares) e privada -, considerando os primeiros encaminhamentos que levaram à configuração do trabalho docente no período de fechamento das escolas, tivemos: as escolas privadas e a rede estadual suspenderam, inicialmente, as atividades por três dias a partir de 18 de março de 2020, antecipando em seguida o recesso escolar previsto para o mês de julho. As escolas privadas passaram logo a desenvolver atividades de forma não presencial utilizando plataforma digitais próprias ou as redes sociais disponíveis no momento. A rede estadual de educação iniciou no dia 18 de maio de 2020 seu projeto de ensino remoto emergencial, o Regime de Estudo Não Presencial, que contava com

materiais impressos, página na internet, programa de televisão, aplicativo para celulares. E, por fim, temos a RME de Belo Horizonte, onde está inserida a escola tomada como campo de nossa pesquisa de doutoramento e sobre a qual nos deteremos deste ponto em diante.

Antes de avançarmos é importante mencionar que embora alguns termos utilizados pareçam se confundir, eles se tangenciam sem que sejam de fato sinônimos. A transição entre um e outro está profundamente relacionada às diferentes configurações que o trabalho docente vai adquirindo na RME e, por consequência, na escola tomada como campo para a pesquisa. Essas passagens de um a outro momento serão melhor esclarecidas no decorrer do texto, mas antecipamos aqui as definições com as quais estamos trabalhando. O teletrabalho e o sobreaviso serão tomados com a mesma definição apresentada no Decreto N° 17.298, de 17 de março de 2020, onde:

I – Teletrabalho: regime de trabalho em que o agente público executa, em caráter contínuo, parte ou a totalidade de suas atribuições fora das dependências físicas da sua unidade de lotação, por meio da utilização de tecnologias de informação e comunicação;

II – Sobreaviso: casos em que o agente público não exerce suas atividades, que ficam sobrestadas até convocação (PREFEITURA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE, 2020, Art. 3°).

Dados os protocolos sanitários e a situação de quarentena, o teletrabalho desenvolveu-se principalmente na forma de home office, expressão inglesa cuja tradução literal é escritório em casa. Na situação de trabalho da qual tratamos, toda a estrutura necessária para o exercício desse trabalho em casa foi providenciada pelos próprios trabalhadores, como desenvolveremos mais à frente. Acontece que, nem sempre o teletrabalho (realizado em home office) foi sinônimo de Ensino Remoto Emergencial (ERE) que, embora utilize recursos comuns da Educação a Distância, difere dela por ser uma estratégia emergencial que transfere para plataformas digitais basicamente os mesmos conteúdos da aula presencial e as mesmas abordagens; não possui o mesmo tipo de planejamento e de construção metodológica que a Educação a Distância. O ERE na Rede Municipal de Educação de Belo Horizonte só veio a ocorrer para uma parcela específica dos estudantes a partir de setembro de 2020 e teve a oferta ampliada para a totalidade deles em fevereiro de 2021. Avançaremos então na compreensão desses diferentes momentos e movimentos que, muitas das vezes, inclusive sobrepõem-se. A experimentação, pela autora enquanto Coordenadora Pedagógica Geral da escola tomada como campo da pesquisa, desses momentos em conjunto com os professores foi o que motivou a realização da pesquisa cujos contornos gerais apresentaremos aqui.

3 PANORAMA DA EDUCAÇÃO NA RME DE BELO HORIZONTE EM TEMPOS DE DISTANCIAMENTO SOCIAL: UM UNIVERSO DE QUESTÕES POSSÍVEIS

Na RME, as aulas foram suspensas no dia 19 de março de 2020, por tempo indeterminado, por meio da Portaria SMED Nº 102/2020. Os professores foram então colocados em regime de sobreaviso. Neste primeiro momento, em função do próprio contexto pandêmico e de todo o inesperado que de modo geral ele representou para nós, o clima sentido no interior das escolas era um misto de preocupação, medo e alívio pelo fechamento para uma quarentena. Entretanto, também pela falta de informações que nesse primeiro momento era natural, havia uma expectativa de que esse momento representasse apenas uma pausa de poucos dias que de fato cumpriria o papel de conter o avanço da pandemia, e que em breve as atividades normais começariam a ser retomadas. A contenção imaginada não aconteceu e o período de sobreaviso se estendeu até o dia 15 de junho de 2020. Como os professores, vendo suas rotinas alteradas de forma tão acentuada e incerta, vivenciaram esse primeiro momento? Que impactos esse período e tudo o que ele trouxe causou na vida desses professores e em seu trabalho? Houve então um hiato de quase três meses em que os estudantes e suas famílias não receberam qualquer tipo de informação sobre as atividades escolares, assim como os professores permaneceram também em suspenso.

Diferente das outras redes, brevemente apresentadas, na RME de Belo Horizonte não foi adotado de forma imediata o regime de Ensino Remoto Emergencial (ERE). Isso sob o argumento da dificuldade de acesso de grande parte dos estudantes às condições mínimas necessárias para tal, e da necessidade de planejamento das ações. No ato da convocação dos professores para o regime de teletrabalho, em 16 de junho de 2020, por meio da Portaria SMED Nº 110/2020, ficou estabelecido que passassem a desenvolver atividades de planejamento pedagógico e curricular, de reorganização do trabalho escolar, de formação continuada, de elaboração de diagnósticos relativos ao momento atual, de manutenção dos vínculos entre estudantes e escola. Embora não estivessem desenvolvendo ERE, os professores da RME viram seu trabalho migrar para o espaço doméstico e para o virtual ganhando também novas configurações: não se trata de ter o ato de lecionarem lugar de centralidade como se pressupõe habitualmente na docência, e sim dar ênfase a outras dimensões que também compõem o trabalho docente, como o planejamento e a construção de estratégias, mas em um contexto de incertezas em que não se sabia sequer se tais estratégias seriam colocadas em prática ou como isso se daria. Surgem demandas completamente novas, inúmeras questões emergem o tempo inteiro e, na escola em que se desenvolve a pesquisa,

questões que já estavam em pauta dentro do próprio grupo de professores passam a ser problematizadas de forma mais sistemática.

A ausência de uma orientação clara por parte da Secretaria Municipal de Educação (SMED) em relação à plataforma digital a ser utilizada, à forma de contato com os estudantes, aos aspectos relativos à integralização do ano letivo de 2020 para os estudantes, numa situação que perdurou durante todo o ano de 2020, foi justificada pelo discurso de que as escolas possuíam autonomia para realizar escolhas como a da plataforma, ou das plataformas a utilizar. A única orientação foi, por meses, a de que as escolas realizassem uma busca ativa dos estudantes a fim de construir um mapeamento socioeducativo que permitisse conhecer as possibilidades e limitações de acesso a recursos digitais por parte da comunidade escolar, e que se mantivesse um vínculo afetivo com os estudantes auxiliando-os a compreenderem o momento que todos nós vivenciávamos. Poderiam ser utilizadas as plataformas digitais disponíveis, conforme a opção de cada escola e as informações obtidas no mapeamento socioeducacional dos estudantes sobre as suas possibilidades de acesso: WhatsApp, Facebook, Instagram, Google Sala de Aula (Classroom), sites ou blogs das escolas.

A escola em que se desenvolve a pesquisa atende a aproximadamente 600 estudantes e existe desde o ano 2000. Possui uma característica que sobressaiu durante o período de pandemia: por estar localizada próximo ao limite entre Belo Horizonte e outro município, e pela forma como a escola foi sendo reconhecida na região em que está localizada e na própria RME como referência em termos de educação pública, a escola recebe também estudantes deste outro município limítrofe e de outros bairros da mesma região em Belo Horizonte propriamente. O fato de os estudantes não viverem necessariamente no entorno da escola impactou diretamente as ações desenvolvidas e o trabalho dos professores nesse período.

Juntamente com a orientação emitida pela SMED de que não se realizaria ainda o ERE nas escolas municipais de Belo Horizonte e com a falta de orientação clara das ações, o fato de conviverem no município de Belo Horizonte diferentes realidades, nas diferentes redes de ensino, impôs aos professores da RME constantes cobranças e comparações por parte de suas comunidades escolares. A ausência de ações coordenadas das escolas municipais passou a ser cobrada diretamente das escolas como ausência e omissão dos professores propriamente ditos ou das instituições de ensino de forma individualizada, não compreendidas no contexto de uma rede. Por vezes, os questionamentos partiram dos próprios profissionais da educação que passaram a enviar atividades pedagógicas aos estudantes (e não apenas voltadas para a

manutenção do vínculo do estudante com a escola, como era naquele momento a orientação da SMED), utilizando-se de estratégias que variam de escola para escola, iniciando inclusive um movimento de envio de atividades impressas aos estudantes. Esse movimento aponta, dentre outras coisas, para a circulação de valores que tratam do que seja o próprio conteúdo da docência para os professores e do que importa para eles na relação ensino aprendizagem, na garantia de que os estudantes tenham acesso ao conhecimento escolar.

Em setembro de 2020 foi implementado o ERE visando atender os estudantes em terminalidade de ciclos ou de percursos que os levassem a ser direcionados para outras redes de ensino. Era o caso dos estudantes matriculados nas turmas de quinto ano do Ensino Fundamental em escolas que atendem somente até este ano, estudantes do nono ano do Ensino Fundamental de todas as escolas da RME, estudantes matriculados na Educação de Jovens e Adultos em fase de certificação. Para estes estudantes tornou-se obrigatória a oferta das 800 horas referentes ao ano letivo de 2020 até 28 de fevereiro de 2021. Novamente não houve, por parte da SMED, ações no sentido de oferecer uma plataforma própria para a realização da oferta das aulas remotas, nem mesmo a padronização de uma plataforma já disponível que devesse ser utilizada por todas as escolas. Reafirmou-se a recomendação de que se adotasse a plataforma mais acessível aos estudantes e de que, se necessário, fosse feito o envio das atividades de forma impressa.

Passam a conviver, então, na RME, duas realidades em relação aos estudantes e aos professores. Parte dos estudantes segue sem qualquer informação quanto à integralização dessa carga horária. Da mesma forma, parte dos professores estavam em teletrabalho com ERE para os estudantes em situação de terminalidade, parte seguia em teletrabalho desenvolvendo atividades interdisciplinares voltadas para a manutenção do vínculo afetivo dos estudantes com a escola e atuando no mapeamento socioeducativo dos mesmos. É nesse período que se começa a ouvir nas escolas, de maneira um tanto informal, que o ano de 2020 seria integralizado juntamente com o de 2021, na forma de um *continuum* de aprendizagem.

Somente em janeiro de 2021 ficou estabelecido o ERE para todos os estudantes matriculados nas escolas da RME. Ficou de fato definido que os estudantes teriam acesso ao conhecimento curricular e à carga horária relativos ao ano letivo de 2020 juntamente com 2021, em um continuum no qual até dezembro de 2021 deveriam integralizar as 1.600 horas letivas relativas aos dois anos. Na escola em que vimos desenvolvendo nossa pesquisa, a opção foi

pela adoção do aplicativo WhatsApp como principal ferramenta de contato com os estudantes e de envio das atividades.

Assim, a partir de fevereiro de 2021, os professores do Ensino Fundamental da RME se engajam na construção de estratégias de ERE para todos os estudantes. Como experiência prévia, puderam contar com a oferta do ano anterior para os estudantes de terminalidade, mas é importante considerar que essa experiência foi vivenciada apenas por parte do grupo, com um segmento de estudantes que apresenta muitas especificidades inclusive em termos de autonomia e acesso a recursos digitais, por se tratar essencialmente dos estudantes do último ano ofertado pela escola. A expectativa de um retorno ao atendimento presencial foi uma constante no decorrer de 2021 e, quando se efetivou, ocorreu de forma escalonada e não obrigatória. Esse cenário implicou em um ano de trabalho ainda mais atípico, se é que isso é possível, dada a velocidade das mudanças relativas ao protocolo sanitário e por ter sido finalizado com a execução, na prática, do ensino híbrido.

Outra particularidade da RME em relação ao ano letivo de 2021 é que, ao tê-lo finalizado, os professores relataram com certa frequência a sensação de 2020 ainda não acabou. Isso porque, em função da ausência de participação efetiva de parte dos estudantes, é publicada em 04 de dezembro a Portaria SMED nº 245/2021 que prorroga o prazo de permanência dos estudantes no *continuum* de dois anos e, conseqüentemente, para a integralização da carga horária legalmente previstas para 2020 e 2021 até o encerramento do ano letivo de 2022.

Conforme Alves (2009), o trabalho se constrói a partir de antecipações, do protocolo, mas não é mero seguimento desse protocolo. É também encontro, experiência. Encontro no qual o sujeito que trabalha faz usos de si, numa dramática em que precisa arbitrar diante das variabilidades que surgem. Esse uso de si que fazem os trabalhadores é definido por suas próprias normas, por seus próprios valores. Partindo desse princípio, para além dos valores e saberes que permeiam o trabalho docente neste momento de enfrentamento de uma pandemia e de teletrabalho, e, em diálogo com esses saberes e valores, há ainda outra dimensão que propomos investigar à luz da ergologia: Que dramáticas de usos-de-si enfrentam esses mesmos professores neste momento?

Não podemos também nos esquecer de que o trabalho docente traz consigo a marca de ser um trabalho profundamente coletivo, e temos como pressuposto que esse aspecto coletivo do trabalho docente sofre os impactos da transferência do trabalho no chão da escola para os

meios virtuais. Lhuilier (2020) destaca que o teletrabalho, embora seja uma forma de se manter a atividade profissional, “expõe o risco do trabalho sem os outros, sem o apoio do coletivo de trabalho” (p.75) e que o trabalhar juntos amplia as possibilidades de inventividade, de reflexão coletiva. No interior da escola há, certamente, coletivos que estão mais ou menos pré-estabelecidos: agrupamento de professores que lecionam para o mesmo ano ou para o mesmo ciclo, por exemplo, e que podem conforme apontam Boy e Duarte (2014) ser vivenciados de diferentes maneiras. Schwartz (2007) chama a atenção para a existência, também, de coletivos de trabalho de tamanhos e formas variáveis que não se assentam sobre os coletivos predefinidos e que se constroem em um momento específico a fim de resolver as questões colocadas por uma dada situação. E há, ainda, um outro elemento de coletividade nesse trabalho que é aquele exposto por Tardif e Lessard (2005) quando tratam das interações do professor com seus alunos. Como essas diferentes dimensões coletivas do trabalho docente no ensino fundamental são impactadas pelo regime de teletrabalho? Como as novas demandas, inclusive de domínio ou da falta dele sobre as ferramentas de trabalho remoto definirão, ou não, outros contornos para esses coletivos?

O conjunto das questões apresentadas até aqui nos move na proposta de realizar uma análise da atividade de trabalho docente no Ensino Fundamental em uma escola da Rede Municipal de Educação de Belo Horizonte sob a perspectiva da ergologia, no contexto do teletrabalho, realizado de forma remota, imposto pela pandemia em curso de COVID-19 durante os anos de 2020 e 2021. Partindo desse objeto de pesquisa, buscamos responder às questões: Que valores e saberes orientam e são mobilizados pelo trabalho dos professores? Que saberes se constroem neste momento? Que dramáticas dos usos-de-si esses professores vivenciam diante do contexto exposto? Como os diferentes aspectos ligados à coletividade do trabalho docente são afetados ou se reconstroem nesse contexto?

4 ASPECTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa está sendo desenvolvida na perspectiva de uma análise situada da atividade de trabalho de trabalho dos professores, partindo da abordagem ergológica. Segundo Trinquet (2010, 95), “enquanto abordagem, a ergologia consiste em um estudo de toda atividade humana e, mais notadamente, da atividade humana do trabalho”. Ainda de acordo com o autor, a base do método ergológico está em “colocar em diálogo a pluridisciplinaridade dialética dos saberes eruditos e dos saberes de experiência [...] no seio de um dispositivo dinâmico de três polos” (TRINQUET, 2010, 95).

Durante todo o percurso será mantida a postura necessária ao estabelecimento do Dispositivo Dinâmico a Três Polos, criando espaços de diálogo que viabilizem o processo socrático de duplo sentido, em que os saberes acadêmicos e organizacionais e os saberes investidos possam trabalhar cooperativamente. Essa reconvocação entre saberes do primeiro e segundo polo tem por objetivo fazer com que esses saberes dialoguem entre si de tal forma a tornar possível o enriquecimento mútuo e o surgimento de novos saberes.

Foi realizada, no período de 2020 e 2021, a observação participante da atividade de trabalho docente, de forma não estruturada. Foi reunido também um grande acervo de documentos de autoria da escola e da própria autora enquanto coordenadora pedagógica, que aguarda o parecer do Comitê de Ética em Pesquisa da UFMG para ser analisado.

Durante a escrita do presente projeto, realizamos conversas exploratórias com sete professores de diferentes segmentos do ensino fundamental – 2 professoras de 1º ciclo, 1 de 2º ciclo, 4 professores de 3º ciclo dos diversos campos disciplinares, buscando captar suas primeiras impressões sobre a experiência do trabalho remoto. Propomos ainda a realização de entrevistas em profundidade, a fim de explorar as dimensões que compõem a atividade de trabalho docente no contexto da pesquisa. As entrevistas poderão ser não-estruturadas ou semiestruturadas, conforme a análise dos registros citados anteriormente demandar.

Levando em conta o que nos coloca Clot (2001) a respeito da atividade:

A atividade não é somente aquilo que se faz. O real da atividade é também o que não se faz, aquilo que não se pode fazer, o que se tenta fazer sem conseguir – os fracassos - aquilo que se desejaria ou poderia fazer, aquilo que não se faz mais, aquilo que se pensa ou sonha poder fazer em outro momento. É necessário acrescentar aqui – um paradoxo frequente – atividade é aquilo que se faz para não fazer o que tem que ser feito ou ainda o que se faz sem desejar fazer. Sem contar o que deve ser refeito. A atividade possui então um volume que transborda a atividade realizada (CLOT, 2001, p.6).

Recorreremos a estratégias metodológicas da clínica da atividade para tentarmos uma maior aproximação do real da atividade dos sujeitos. Nesse sentido, todo o material produzido ou resultante das análises será submetido aos sujeitos em um processo de autoconfrontação simples e/ou cruzada.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tudo o que foi vivenciado no decorrer do período de isolamento social em 2020 e 2021, considerando-se sobretudo o fechamento das escolas, coloca os professores no centro de um processo que convoca e ressignifica, o tempo todo, quais sejam seus valores e saberes. Além

de evidenciar a pertinência de conhecermos as dramáticas dos usos de si que se desenvolvem em sua atividade de trabalho. Como terão feito os professores a gestão desses encontros entre normas, aparentemente desencontradas, os valores que eles próprios trazem e que orientam suas concepções sobre o que seja o ser professor, os saberes construídos em suas experiências?

Como vivenciaram e vivenciam o ano de 2020 que, na RME de Belo Horizonte, se estendeu por 2021 e prossegue, como um ano que não acabou, perdurando por 2022?

REFERÊNCIAS

ALVES, V. A. **A atividade de trabalho docente em uma escola privada: usos de si e circulações de valores, saberes e competências**. 2009. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009.

BELO HORIZONTE. **Decreto Municipal N°17.298, de 17 de março de 2020**. Dispõe sobre medidas temporárias de prevenção ao contágio e de enfrentamento e contingenciamento, no âmbito do Poder Executivo, da epidemia de doença infecciosa viral respiratória causada pelo agente Coronavírus - COVID-19. Belo Horizonte: Câmara Municipal, 2020. Disponível em: <https://www.cmbh.mg.gov.br/atividade-legislativa/pesquisar-legislacao/decreto/17298/2020>. Acesso em 20/01/2022.

BELO HORIZONTE. Portaria SMED N° 102/2020. Dispõe sobre interrupção das atividades escolares nas escolas municipais e creches parceiras, integrantes do Sistema Municipal de Ensino, em razão de epidemia causada pelo Coronavírus – COVID-19. **Diário Oficial do Município**, Belo Horizonte, 18 mar. 2020.

BELO HORIZONTE. Portaria SMED N° 110/2020. Dispõe sobre a convocação de Professores para a Educação Infantil, de Professores Municipais e de Pedagogos da Rede Municipal de Educação para o exercício de suas atribuições nos termos da Portaria SMPOG n° 014/2020. **Diário Oficial do Município**, Belo Horizonte, 16 jun. 2020.

BELO HORIZONTE. Portaria SMED N° 245/2021. Altera a Portaria SMED n° 012/2021. **Diário Oficial do Município**, Belo Horizonte, 04 dez. 2021. Disponível em: <https://dom-web.pbh.gov.br/visualizacao/ato/6437>. Acesso em 20 fev. 2022.

BOY, L. C. G.; DUARTE, A. M. C. A dimensão coletiva do trabalho docente: uma experiência em duas escolas municipais de Belo Horizonte. **Educação em Revista**. Belo Horizonte, v. 30, n. 4, p. 81-104, dez. 2014.

CLOT, Y. Clínica do trabalho, clínica do real. Publicado no **Le journal des psychologues**, n° 185, mars 2001. [Tradução livre: Kátia SANTORUM e Suyanna Linhares BARKER]. Disponível em: https://www3.fmb.unesp.br/sete/pluginfile.php/20540/mod_page/content/3/CLINICA_DO_TRABALHO_CLINICA_DO_REAL.pdf. Acesso em: 19 fev. 2022.

LHUILIER, D. Trabalho durante e depois da pandemia: entrevista com Dominique Lhuillier. [Entrevista concedida a] CARRETEIRO, T. C. e NASCIUTTI, J. R. In: GUIMARÃES, L. de

V. M.; CARRETEIRO, T. C.; NASCIUTTI, J. R. **Janelas da Pandemia**. Belo Horizonte: Editora Instituto DH, 2020.

SCHWARTZ, Y. Anexo ao Capítulo 5 - A Dimensão coletiva do trabalho e as Entidades Coletivas Relativamente Pertinentes (ECRP). In: SCHWARTZ, Y.; DURRIVE, L. (orgs). **Trabalho & Ergologia**: conversas sobre a atividade humana. Niterói: EdUFF, 2007.

TARDIF, M. e LESSARD, C. **O trabalho docente** – elementos para uma teoria da docência como profissão de interações humanas. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

TRINQUET, P. Trabalho e Educação: o método ergológico. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, p. 93-113, ago. 2010.

2020: THE YEAR THAT HAS NOT ENDED – A LOOK AT TEACHING WORK IN THE MUNICIPAL NETWORK OF BELO HORIZONTE

***Abstract:** This text presents reflections developed within the scope of a doctoral research, in progress, in which it proposes to carry out a situated analysis of the activity of teaching work in Elementary School, in a school of the Municipal Education Network (RME) of Belo Horizonte, in the context of teleworking imposed by the COVID-19 pandemic.*

***Keywords:** Teaching work. Ergology. Knowledge. Values. Teleworking.*
